

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

DANIELE ROCHA RODRIGUES

**O DENTRO-FORA DOS MUROS DA ESCOLA: A RELAÇÃO DA ESCOLA  
PÚBLICA COM O ADOLESCENTE E SUA FAMÍLIA**

Porto Alegre  
2012

DANIELE ROCHA RODRIGUES

**O DENTRO-FORA DOS MUROS DA ESCOLA: A *RELAÇÃO DA ESCOLA  
PÚBLICA COM O ADOLESCENTE E SUA FAMÍLIA***

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini.

Porto Alegre  
2012

DANIELE ROCHA RODRIGUES

**O DENTRO-FORA DOS MUROS DA ESCOLA: A *RELAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA COM O ADOLESCENTE E SUA FAMÍLIA***

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Márcia Salete Arruda Faustini - PUCRS

---

Profa. Dra. Bettina Steren dos Santos - PUCRS

---

Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini - PUCRS

Porto Alegre  
2012

***Dedico este trabalho ao Gabriel, meu filho adolescente, estudante de escola pública. Minha principal motivação ao tema de estudo.***

## AGRADECIMENTOS

*Nesse momento tão importante e significativo da minha vida, muitas pessoas contribuíram para que o caminho fosse mais leve e agradável. E nessas poucas linhas, não poderia deixar de agradecer todo o apoio e acolhida prestada a mim.*

*Agradeço primeiramente ao pai maior e a todos os queridos amigos espirituais que com suas sábias palavras e consolos, me instigavam a ir em frente.*

*Aos meus bens mais preciosos, GABRIEL e JUNIOR, amor incondicional, que me inspira a cada dia, a cada noite e a cada novo amanhecer... se não fosse pelo meu pequeno e amado filho essa pesquisa não teria sentido em minha vida.*

*A família é grande e companheira, mas sem delongas, agradeço do fundo do coração a minha amada irmãzinha DAIANA, é um prazer tê-la como irmã nessa vida, sei que posso sempre contar com ela, seja na dor ou na alegria...*

*À turma de Mestrado em Serviço Social 2010, cada um (a) dos colegas, certamente vivemos juntos experiências inesquecíveis nas disciplinas.*

*Como não agradecer a minha querida e espirituosa orientadora Maria Isabel – BELINHA, que me acompanha desde a graduação, que capta meus pensamentos, que estimula minha criatividade... obrigada prof., és muito importante para mim.*

*Agradeço também as colegas e amigas do GFASSS/NETSI, em especial a Gisele Ramon e Vanessa Azevedo as quais por vezes recorro e sempre estão dispostas a me ajudar.*

*Não poderia deixar de agradecer ao CNPq, o qual sem a sua ajuda e financiamento tornaria impossível à realização desse estudo.*

*Agradeço também as professora Márcia Faustini e Bettina Steren dos Santos, pela disponibilidade e o carinho como conduziram a avaliação dessa dissertação.*

*E por último, mas mais que importantes e essenciais, agradeço aos sujeitos participantes da pesquisa: **Vans, João, Jaqueline, Lelê, Maria, Cachorro, Panter, Dora, Foguinho, Ninha, Vih, Vivi, Toinha, ET, Gege, Mari, Cabal, Aninha, Lilica, PH, LH, João, Penckezinho, BB, Colono, Jarbas, Gabilene, Sei fazer Miojo, Oliveira, SV 96, 4 pés fora do chão, Kamykazy, Alemão, Mario, Tonia, Myh, Boneca, Dym, Fé, Besourinho, Golpe Baixo, Perigo, Jeroni, Teletubies, Julio, Kaka** (nomes escolhidos por eles no momento da entrevista). Obrigada pela disponibilidade, atenção e pelos depoimentos, vocês tornaram a pesquisa real, são a pesquisa e estão mencionados em toda a escrita do trabalho. O meu MUITO OBRIGADA.*

## RESUMO

Estudo do tipo exploratório, abordagem qualitativa, orientado pelo Método Dialético Crítico. Objetivo geral: Identificar limites e possibilidades de efetivação da Política Educacional a partir da relação estabelecida com os adolescentes e suas famílias no espaço da escola pública. A relação da escola pública com o adolescente e sua família está atravessada pelas relações sociais presentes na própria sociedade. Relações que sofreram e sofrem mudanças significativas ao longo dos tempos. As famílias de hoje já não são as mesmas de antigamente, as características dos adolescentes de hoje, bem como suas atitudes comportamentais, são resultado dessas tantas transformações da sociedade e da família. Vive-se uma realidade de intensa transformação, da super valorização do novo, do acesso veloz de informações, um mundo da descartabilidade de acordo com as mudanças globais. Nisso em rápido espaço de tempo os adolescentes são apanhados por culturas diferentes das suas, mas que impactam na sua, já que estão sempre atentos as novidades e dispostos a experimentar, suas características são de ousadia, de desafio. A escola precisa estar atenta a isso, conhecer as características que moldam os adolescentes, suas realidades de vida, assim como ao que acontece do lado de fora de seus muros. A família de hoje já não consegue sozinha acompanhar a vida cotidiana de seus adolescentes, dessa forma necessita do apoio da escola, precisam estar unidas. Por sua vez, a escola vem abarcando a responsabilidade da educação e também do cuidado, mas precisa de vigilância e efetivação do que está preconizado na política educacional, precisa de mais investimentos, ampliação de recursos físicos e financeiros. Para acolher de forma integral seus alunos e suas famílias, se faz necessário que a política educacional e a escola adotem ações interdisciplinares e intersetoriais, já que um único profissional e uma única política não acolhe a integralidade de vida dos adolescentes e suas famílias na atualidade. Se faz necessário a inserção de profissionais como o assistente social na política de educação e na escola, profissional capaz de buscar essa articulação entre os demais setores e políticas sociais em benefício da comunidade escolar, por uma educação pública de qualidade.

Palavras Chave: Política Educacional, escola pública, adolescência, família, Serviço Social.

## **ABSTRACT**

Explorative study, a qualitative approach, guided by the Critical Dialectic Method. General Objective: To identify the limits and possibilities of realization of the Educational Policy from the relationship established with adolescents and their families within the public school. The relationship with the public school adolescents and their families is crossed by the present social relations in society itself. Relations have suffered and suffer significant changes over time. Today's families are no longer the same as before, the characteristics of today's teenagers and their behavioral attitudes are a result of these many changes in society and family. We live in a reality of intense transformation, the super-exploitation of the new, faster access to information, a world of disposability in line with global changes. In this fast-time teens are caught in their different cultures, but in its impact, since the news is always attentive and willing to try, its features are bold, and challenging. The school needs to be aware of this, knowing the characteristics that shape young people, their realities of life, as to what happens outside its walls. The family of today can not alone keep up with the daily lives of their teens, so needs the support of the school need to be united. In turn, the school is embracing the responsibility of education and also care, but needs monitoring and enforcement of what is recommended on educational policy, needs more investment, expansion of physical and financial resources. To receive in full their students and their families, it is necessary that educational policy and school adopt interdisciplinary and intersectoral actions, as a sole practitioner and a single policy does not take the whole of life of adolescents and their families today. It is necessary to enter the professional and social policy in education and in school, professional able to get the connections between other sectors and social policies to benefit the school community, for a quality public education.

Keywords: Educational Policy, public school, adolescence, family, Social Services.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Escolas Medievais.....	18
Quadro 1 – Constituições Federais Brasileiras e a Educação.....	28
Quadro 2 – Movimentos Sociais pela Educação no Brasil.....	33
Quadro 3 – Educação – Diferenças e Semelhanças: O Estado e o Município.....	53
Quadro 4 – Os Sujeitos da Pesquisa.....	76
Quadro 5 – Identificação dos Adolescentes – Escola Estadual e Municipal.....	78
Quadro 6 – Processo de Categorização.....	80

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>I PARTE: FORA DOS MUROS DA ESCOLA.....</b>	<b>15</b>
<b>2 A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA: ENSINO, FORMAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E CIDADANIA .....</b>	<b>15</b>
2.1 ESCOLAS MEDIEVAIS.....	15
2.2 A SOCIEDADE REGIDA PELO CAPITAL E A EDUCAÇÃO .....	23
2.3 CONSTITUIÇÕES FEDERAIS: A LEGISLAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL .....	27
2.4 MOVIMENTOS SOCIAIS PELA EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO....	32
<b>3 A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: ESCOLA OU GAIOLA? .....</b>	<b>39</b>
3.1 DEMOCRACIA, ESTADO E O DIREITO A EDUCAÇÃO PÚBLICA .....	39
3.2 O ESTADO E O MUNICÍPIO: SUAS VERSÕES DE ESCOLAS PÚBLICAS .....	49
<b>4 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: UMA EQUAÇÃO NECESSÁRIA .....</b>	<b>57</b>
4.1 ASSISTENTE SOCIAL & POLÍTICA EDUCACIONAL & ESCOLA .....	57
4.2 INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: A TRAJETÓRIA DOS PROJETOS DE LEIS .....	67
<b>II PARTE – ENTRE OS MUROS DA ESCOLA.....</b>	<b>72</b>
<b>5 NAS TRILHAS DA PESQUISA A CAMINHO DA ESCOLA .....</b>	<b>72</b>
5.1 TRILHA ESCOLHIDA.....	72
5.2 PASSO A PASSO .....	74
<b>6 ENTRE OS MUROS DA ESCOLA - A ESCOLA E SUA RELAÇÃO COM O ADOLESCENTE E SUA FAMÍLIA.....</b>	<b>81</b>
6.1 EDUCAÇÃO.....	82
6.2 RELAÇÕES INTERPESSOAIS.....	92
6.3 ADOLESCÊNCIA.....	98
6.4 FAMÍLIA.....	106
6.5 REALIDADE SOCIAL.....	109
<b>7 LIMPANDO O QUADRO NEGRO: APAGANDO/ACENDENDO A LUZ .....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>125</b>
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido Para os pais/responsáveis, educadores, assistentes sociais.....	126
APÊNDICE B - Termo de Assentimento .....	127
<b>ANEXOS .....</b>	<b>128</b>
ANEXO A – Ofício de Aprovação da Pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.....	129
ANEXO B - Ofício de Aprovação da Pesquisa na Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.....	130
ANEXO C - Portaria nº 023, de 18 de junho de 2011, ata nº 1.841.....	131

## 1 INTRODUÇÃO

*Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado. (Rubem Alves)*

Tomando o pensamento do poeta como referência, o encorajamento do voo poderia, ou melhor dizendo, deveria ser a principal tarefa da escola junto aos seus educandos. Encorajar aqueles sujeitos que ocupam boa parte de seu tempo na instituição escola a saltos importantes em suas vidas, talvez fosse o que de mais significativa a escola poderia fazer.

A palavra escola na sua origem, “skhole” do grego ou “schola” do latim clássico, traz o significado de lazer, do prazer na busca de conhecimentos, do ócio dedicado ao estudo, a contemplação do saber (OLIVEIRA, [2011]).

A escola tem um papel importante na vida, principalmente, daqueles sujeitos sob cuidados que dela participam. Há quem diga que o papel da escola é ensinar<sup>1</sup>, inculcar o conhecimento, e o da família é cuidar<sup>2</sup> e educar, no desenvolvendo das faculdades físicas, morais e intelectuais dos seus membros. Mas com o decorrer do tempo esses papéis já não o são tão assim delimitados, e a escola também se empenha na educação e no cuidado.

O significado da palavra educação vem do latim “educare, por sua vez ligado a educere, verbo composto do prefixo ex (fora) + ducere (conduzir, levar), e significa literalmente 'conduzir para fora', ou seja, preparar o indivíduo para o mundo” (SCHÜTZ, [2011]). E dessa forma encorajar para o voo. Uma tarefa um tanto desafiadora para as escolas públicas da atualidade, que se vêem atravessadas cotidianamente por implicações e necessitam de maior presença e cuidado do Estado.

A relação da escola pública com o adolescente e sua família, tema principal desse estudo, está atravessada pelas relações sociais presentes na própria sociedade. Relações essas que sofreram e sofrem mudanças significativas ao longo

---

<sup>1</sup> Ensinar: dar instrução sobre, ministrar conhecimento, doutrinar, indicar, mostrar, instruir. (RIOS, 1999, p. 248)

<sup>2</sup> Cuidar: ter atenção, pensar, meditar, proteger, prevenir, assistir, tratar. (RIOS, 1999, p. 200)

dos tempos, impactando nas próprias relações. As famílias de hoje já não são as mesmas de antigamente, as características dos adolescentes de hoje, bem como suas atitudes comportamentais, são resultado dessas tantas transformações da sociedade e também da família.

Vive-se uma realidade de intensa transformação, da super valorização do novo, um mundo da descartabilidade de acordo com as mudanças globais, onde ter/possuir algo é mais importante do que ser alguém, ou seja, sou o que tenho ou o que pareço ser. Vive-se em um mundo do acesso veloz das informações, globalizado, o mundo da transparência, onde tudo é visto e também copiado por todos. Com isso, ou por isso, em rápido espaço de tempo os adolescentes são apanhados por culturas diferentes das suas, mas que impactam na sua, já que estão sempre atentos as novidades e dispostos a experimentar. Adoram o mundo da tecnologia e informatização.

Nisso vem muita informação útil, mas também o bombardeio de informações ainda pouco compreensíveis por essa faixa etária. Como os casos da erotização precoce, estimulada pela música funk, atos violentos, e entre outros tantos eventos por vezes promovidos por redes sociais e pela mídia.

E é essa a realidade de hoje, composta por eventos cotidianos que a moldam gradativamente. A escola precisa estar atenta a isso, ao que acontece do lado de fora de seus muros. É de suma importância conhecer quem são os sujeitos que frequentam suas salas de aula, para assim conseguir acolhe-los, ensiná-los, educá-los, cuidá-los. Mas o fato é que sozinha a escola não consegue, e sobre esse impasse é que essa dissertação se propõe a discutir em seus capítulos.

O desenvolvimento desse estudo fomentou na pesquisadora uma maior apropriação do tema, a elaboração de respostas e de outras indagações resultados dos muitos questionamentos que a inquietavam e motivaram esta investigação vinculada a experiências pessoais e profissionais. A pesquisadora, enquanto mãe de adolescente estudante de escola pública fora diversas vezes requisitada pela escola justificado pelo comportamento, atitudes do filho adolescente interpretados pelos professores como inadequado e em desacordo. Nessas tantas visitas a escola, identificou distanciamento e diferenças existentes entre os professores e os alunos, incompreensão sobre a fase da adolescência, sobre a realidade vivida por esses sujeitos, bem como a incompletude da instituição escola quanto a compreensão do que seja educação integral, preconizada pela Política de Educação.

Tonet (2008) reflete que a educação integral somente poderá ser possível e realizável a partir da construção de uma nova sociabilidade, pois na sociedade regida pelos parâmetros do capital, do lucro e da competitividade não o é possível. Ainda assim acredita-se que a educação é ferramenta essencial para a construção da consciência dos sujeitos e para a busca por garantia de direitos. Para que ela cumpra seu papel se impõe que os sujeitos que dela participam sejam motivados para isso, para a transformação individual e social.

O fato é que a escola como se constitui na atualidade precisa de reformas, precisa de mais investimentos, inserção de outros profissionais, que citaremos no corpo do trabalho, e de articulação junto às outras políticas públicas, do contrario o acolhimento dito integral não ocorrerá.

A implicação da pesquisadora com o tema está tanto como profissional, cidadã, mãe e mulher. A importância de entender a relação entre a escola e o adolescente, está para além de uma curiosidade profissional, mas sim de um compromisso como assistente social, mãe e cidadã.

Partiu-se de uma necessidade de entendimento da forma de inserção e permanência nos espaços escolares do sujeito em formação e digno de cuidados e compreensão “o adolescente”. Aos poucos outros sujeitos foram ganhando espaço de discussão e análise “os professores e a família”, para tanto, tentando compreender esses fenômenos e relações sociais, estruturou-se o projeto de pesquisa “A Relação da Escola Pública com o Adolescente e Sua Família: Política Educacional e o cotidiano escolar”, o qual teve como questões norteadoras:

Quais são as transformações mais significativas da sociedade e como a política educacional e a escola estão acompanhando e/ou se adequando para atender e incluir o adolescente e sua família?; A política educacional está em consonância com o cotidiano escolar, e vice e versa? A política educacional contempla os avanços da sociedade? A prática pedagógica utilizada esta contemplando o processo dialético da formação humana?; Como o adolescente é inserido na escola pública e como tem sido efetivado o seu “acesso, permanência e qualidade da educação escolar”? Qual a percepção da família, do adolescente e da escola sobre as mudanças da sociedade, a política educacional, e o próprio adolescente (essa fase da vida)?; Qual o papel do Assistente Social na Política Educacional e na sua inserção como trabalhador nas escolas públicas? (RODRIGUES, 2011, p. 12)

O objetivo geral foi “Identificar limites e possibilidades de efetivação da Política Educacional a partir da relação estabelecida com os adolescentes e suas famílias no espaço da escola pública” (RODRIGUES, 2011, p. 13), e os objetivos

específicos: Identificar as mudanças da sociedade contemporânea e o perfil do adolescente e da família na atualidade; Analisar em que medida a política educacional está em consonância com as transformações da sociedade, com o perfil dos adolescentes e sua família, bem como, com o cotidiano na escola; Conhecer como o adolescente é inserido na escola pública e qual a sua percepção sobre o seu processo de educação escolar; Conhecer como está sendo efetivada a inserção dos Assistentes Sociais nas escolas públicas (RODRIGUES, 2011, p. 13).

No decorrer do texto estão expressas falas e depoimentos dos sujeitos entrevistados, obtidas no momento da entrevista. Procurou-se proteger o sigilo dos depoimentos, dessa forma as falas são identificadas por codinomes escolhidos pelos próprios entrevistados.

O trabalho está dividido em duas partes, a Primeira Parte: FORA DOS MUROS DA ESCOLA, faz menção aos aspectos teóricos já produzidos sobre o tema. A Segunda Parte: ENTRE OS MUROS DA ESCOLA, traz os sujeitos e a análise do conteúdo de suas falas, como se apresenta a seguir.

O capítulo 1 está a presente **Introdução**.

No capítulo 2 **A Constituição da Escola: Ensino, Formação, Transformação e Cidadania**, procurou-se resgatar o início da invenção da instituição escola, sua criação e desenvolvimento, tendo como marco referencial as escolas da Idade Média até os dias atuais. Para tanto, considerou-se também outros aspectos evolutivos da sociedade, como a família e os direitos sociais, marcados ao longo as Cartas Constitucionais vivenciadas pelo Brasil, e alguns movimentos sociais que contribuíram positivamente para a evolução do direito a educação e construção da cidadania.

O capítulo 3 **A Educação Pública Brasileira e a Educação em Movimento**, traz aspectos históricos que permearam a evolução das Políticas Públicas e da Educação, assim como as transformações do Estado e a construção da democracia e cidadania. É também abordado nesse capítulo as instâncias administrativas da política de educação, tendo como referência Escolas Públicas Municipais e Estaduais, buscando conhecer suas características, semelhanças e diferenças.

No capítulo 4 aborda-se **O Serviço Social e a Educação: uma equação necessária**, apresenta-se a profissão Serviço Social e a importância da sua inserção como trabalhador no espaço escolar. Traz-se também as propostas e projetos de lei apresentados para essa inserção e o subsídio de trabalho.

No capítulo **5 Nas Trilhas da Pesquisa a Caminho da Escola** está presente o Método e a metodologia utilizada para o estudo, instrumentos e coleta das informações, tratamento dos dados e análise.

O capítulo **6 Entre os Muros da Escola: A Escola Hoje e sua Relação com o Adolescente e sua Família**, traz os sujeitos pesquisados, suas falas e categorias explicativas. A aproximação com a realidade pela fala e observação. Os sujeitos: professores, adolescentes e seus familiares.

## I PARTE: FORA DOS MUROS DA ESCOLA

### 2 A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA: ENSINO, FORMAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E CIDADANIA

A escola, da forma como é conhecida hoje, surgiu ao longo de transformações da sociedade. Hoje para falar da escola e da política educacional é preciso antes de tudo, conhecer e entender os fatos históricos que permearam as mudanças na educação, como: a realidade social, a sociedade, a legislação, enfim, conhecer como a instituição escola foi sendo constituída, bem como, as implicações dos objetivos da educação na atualidade. Para adensar estes estudos o capítulo a seguir subdivide-se em: Escolas Medievais; A sociedade regida pelo capital e a educação; Constituições Federais: a legislação e o desenvolvimento da Política Educacional no Brasil; e Movimentos Sociais pela Educação.

#### 2.1 ESCOLAS MEDIEVAIS

A realidade social pode ser a união dos fatos que permeiam a situação atual de uma sociedade, como a economia, a política, o tipo de governo em vigência, as presentes desigualdades sociais, etc. As características de uma sociedade se formam através de fatores históricos, culturais e sociais, em interação com os atuais. Dessa forma pode-se dizer que na existência humana coexistem inúmeras dimensões que permeiam e interagem entre si, como: a biológica, emocional, cultural, política, social, espiritual, afetiva, familiar, laboral, entre outras.

Para Kosik (2002) o conhecimento da realidade depende de uma concepção explícita ou implícita dessa realidade. Mas o que é realidade? Tanto pode ser um conjunto de fatos e/ou de elementos simples, até mesmo inderiváveis, ou seja, “a concreticidade, a totalidade de todos os fatos” (KOSIK, 2002, p. 42). Na totalidade a realidade significa: um todo estruturado, dialético, no qual um ou mais fatos pode vir a ser racionalmente compreendido, pois conhecer todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade, assim, todos os fatos juntos não significam ainda a totalidade (KOSIK, 2002).

[...] a compreensão dialética da totalidade significa não só que as parte se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por

cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (KOSIK, 2002, p. 42).

O conhecimento de uma realidade pressupõe o conhecimento das contradições e para tanto, isso só se torna possível na interação entre a historicidade, totalidade e contradições.

A sociedade atual é resultado da superação de antigas sociabilidades, o sistema econômico capitalista sucedeu o feudalista, essa transição se deu gradativamente e com isso muitas mudanças e avanços foram sendo realizados, a educação e a escola acompanhou esse processo. As mudanças na realidade social e na sociedade provocam a mudança na legislação.

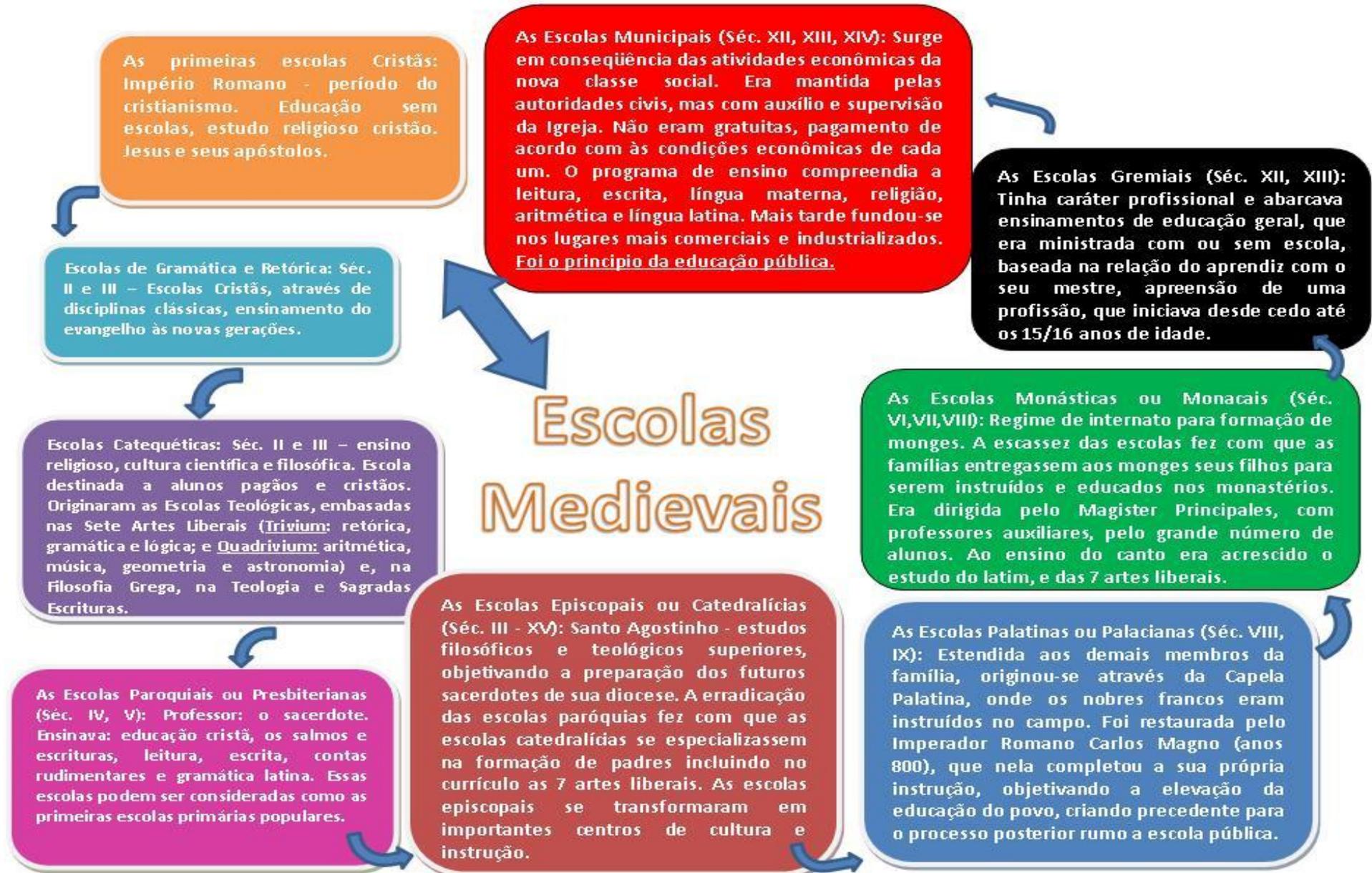
A sociedade feudal vigorou do século V ao XIII, e suas características eram de uma sociedade medieval, ou seja, uma sociedade que em nível hierárquico consistia: em 1º lugar a Nobreza Feudal (senhores feudais, cavaleiros, condes, duques, viscondes), os donos das terras e da arrecadação dos impostos; em 2º lugar o clero, membros da Igreja Católica, também com grande poder na sociedade, não pagavam impostos e ainda arrecadavam dízimos; e por último, estavam os servos ou camponeses, que pagavam impostos e tributos aos senhores feudais para poderem utilizar suas terras. No modo de produção feudal a propriedade da terra era o princípio da estrutura social, pois “[...] o feudo pertencia a um nobre (senhor), que sujeitava os produtores diretos (servos); a terra arável era dividida entre a parte do senhor e a parte que, em troca de tributos e prestações, era ocupada pelos servos (gleba)” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 68).

As relações sociais desse período eram marcadas por exploração e violência no local do trabalho, cabia aos próprios senhores a administração da justiça no interior de seus feudos “o servo estava preso a terra e as mudanças ou fugas eram duramente punidas” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 69).

A educação nesse período tinha relação direta com a igreja católica, ou seja, fé e educação unidas para formar e conformar, “o sentido espiritual dado à Educação Medieval através de suas diversas escolas foi o de produzir um certo estado em atitude da alma, um “habitus” do ser moral, preparando e operando a conversão da alma” (RATO, 1995, p. 19). A igreja católica também “detinha grandes extensões de terras, fonte da riqueza que respaldava seu enorme poder” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 69). Cabe ressaltar que a educação era destinada aos descendentes dos nobres.

Algumas mudanças na forma de ensinar foram ocorrendo mesmo dentro do período da Idade Média, mas “a hegemonia do ensino medieval só foi realmente destruída a medida que organizou um ensino realista, científico, laico destinado à totalidade da população das nações do ocidente” (RATO, 1995, p. 19). A figura a seguir explicitará a constituição das escolas medievais a partir da obra “A Diversidade das “Invenções” Escolares Medievais”. E dessa forma será explicitado os sujeitos que na época mencionada detinham o direito de serem ensinados, como os nobres da era medieval, mais precisamente, os filhos descendentes do sexo masculino.

Figura 1 - Escolas Medievais.



No final da Idade Média, entre os séculos XI e XII surgem às escolas Catedrais, diferentes das Escolas Monásticas, eram escolas urbanas, onde o mestre deveria receber uma remuneração, e que tinha como orientação os conhecimentos de Aristóteles e Platão. Já não pertencia apenas a Igreja Católica, outras culturas começaram a ser absorvidas, como: judaica, árabe e persa. Tratava-se de uma nova fase da sociedade, inspirada pelo mercantilismo manufatureiro. E o ensino começa a ser oferecido também a outros seguimentos sociais, o seu desenvolvimento era a critério do mestre/professor, era ele quem se responsabilizava pela educação, pelo espaço físico por onde ensinaria, bem como com as suas formas de remuneração. A educação exercia uma significativa importância aos sujeitos, e o mestre era endeusado.

Até esse período (séc. XI-XII) da escola e da sociedade, a educação era destinada apenas aos filhos homens. Uma sociedade machista<sup>3</sup> que não reconhecia a mulher e tão pouco a família como sujeitos de direitos. Foi a partir da importância adquirida através e pela educação que a instituição família começou a se reorganizar.

Os tratamentos destinados aos educandos da época condiziam com o sistema de disciplina cada vez mais rigoroso “o chicote ao critério do mestre” (ARIÈS, 1981, p. 117). A educação moral, religiosa e disciplinar era papel da escola e para isso utilizava métodos carregados de castigos corporais e psicológicos.

Ao final da era medieval, encontra-se o cenário do Período do Renascimento (XIV – XVI), que começou na Itália. Seu objetivo era o conhecimento do mundo e do homem, privilegiando a matemática e as ciências da natureza, afirmando a dignidade do homem e o tornando investigador da natureza. Ou seja, um sentimento mais filosófico de si mesmo, da vida e do mundo.

[...] a visão de mundo predominante na Europa feudal era orgânica e apesar da hegemonia da Igreja católica nas diferentes esferas da vida, a ordem natural ainda regulava a vida em geral. O resgate do pensamento grego limitava-se a sistemas aceitos pela Igreja. A tensão entre percepções da natureza como integrada e espiritual e visões da natureza como entidade externa e matemática, projeto racional da Criação, desembocou vívida na Europa renascentista. (CIDADE, 2001, p.107).

---

<sup>3</sup> O termo machismo no texto remonta ainda o período da história em que as discussões permeavam apenas o feminino e o masculino, um tempo de profundas desigualdades de gênero. “Homem e mulher, mulher e homem, dois seres tão distintos e tão iguais ao mesmo tempo! Nenhum engrandece tanto o outro; nenhum o apequena tanto. (...) Nada mais dissociativo e desagregador do que homem e mulher quando seguem por caminhos de discórdia, de preconceitos e de opressão. Nada mais abrangente na história da humanidade que a desigualdade entre homens e mulheres, quase sempre desfavoráveis a elas” (ROSO, MATTOS, WERBA, STREY, 1999, p. 7).

Com isso o conhecimento passava enfim a ser autônomo e “a Europa dos séculos XVI e XVII tornou-se sede de um florescimento da cultura e das artes, com o resgate de valores estéticos da era clássica, o Renascimento” (CIDADE, 2001, p. 109), o que acabou por influenciar as práticas educativas da época. E no período dos séculos XV – XVIII, a escola, a sociedade e a família começam a sofrer profundas redefinições e reorganizações.

[...] a escola e o colégio que, na Idade Média, eram reservados a um pequeno número de clérigos e misturavam as diferentes idades dentro de um espírito de liberdade de costumes, se tornaram no início dos tempos modernos um meio de isolar cada vez mais as crianças durante um período de formação tanto moral como intelectual, de adestrá-las, graças a uma disciplina mais autoritária, e, desse modo, separá-las da sociedade dos adultos. (ARIÈS, 1980, p. 107).

Essas mudanças também permeavam as relações familiares. Para falar da educação e da instituição escola, é preciso também reconhecer a evolução da família nas sociedades. Família e educação são categorias indissociáveis.

Na Idade Média, conforme Ariès (1981), não existia o sentimento de família que se tem hoje, não se reconheciam às diferenças entre adultos e crianças, como se a criança e o adolescente fossem adultos em miniatura, com isso não havia preocupação com a educação e socialização das crianças, ou seja, elas aprendiam sendo misturadas aos adultos, na convivência. Não existia sequer preocupação em saber a idade da criança. A missão da família nessa época era a conservação dos bens e não do afeto.

A mudança começa no século XVII quando a escola substituiu a forma de ensino e aprendizagem, antes a cargo da família no espaço do lar, e assim a criança deixa de ser misturada aos adultos e passou a ser mantida a distancia, na escola, antes de ser solta no mundo. Um processo de enclausuramento – com o nome de escolarização. A origem dessa separação vem do movimento de moralização dirigido por reformadores católicos ou protestantes ligados a igreja, às leis ou ao Estado, no qual as famílias foram “cúmplices sentimentais” (ARIÈS 1981). Ou seja, a família passa a ser um lugar de afeição, fato atribuído pela importância dada para a educação. Os pais se interessavam e acompanhavam os estudos dos filhos (XIX – XX). Com isso a família passou a dar importância e se organizar em torno da criança. A criança sai do anonimato, não era mais possível perde-la ou substituí-la sem dor, e para se poder cuidar dela, passou-se a limitar o número de filhos, como

consequência disso houve “a polarização da vida social (XIX) em torno da família e da profissão, e o desaparecimento da antiga sociabilidade”. (ARIÈS, 1981, p. 109).

A escola se torna a aliada da família, sua tarefa nessa época é formar, ensinar os conteúdos didáticos, mas também o comportamento em sociedade, uma prática da disciplina e de métodos repressivos. As formas de internato começaram a dar espaço ao “colégio moderno, instituição complexa, não apenas de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude” (ARIÈS, 1981, p. 110).

O século XVI marca o início da instituição colégio, começa a se realizar um processo de reorganização disciplinar da escola, racionalização e controle do ensino, elaborou-se métodos de ensino/educação. O colégio se legitimou como importante instrumento de educação para crianças e jovens.

Mais tarde, nos séculos XVII – XVIII houve também a separação por idades, crianças menores e maiores. A política escolar da época eliminou de sua atenção as crianças ainda muito pequenas.

[...] Até o meio do século XVII, tendia-se a considerar como término da primeira infância a idade de 5-6 anos, quando o menino deixava sua mãe, sua ama ou suas criadas. Aos sete anos, ele podia entrar para o colégio, e até mesmo para o 7º ano. Mais tarde, a idade escolar, ao menos a idade da entrada para as três classes de gramática, foi retardada para os 9-10 anos. Portanto, eram as crianças de 10 anos que eram mantidas fora do colégio. (ARIÈS, 1981, p. 114).

No final do século XVII, entrada do século XVIII, crianças (10-14 anos), adolescentes (15-18 anos) e rapazes (19-25 anos) freqüentavam as mesmas classes escolares, somente a partir do século XIX que se começou a separar os homens de mais de 20 anos. Na verdade ainda não se tinha clareza dos significados de cada idade, principalmente em relação à segunda infância e a adolescência, e não raramente ainda permaneciam juntos. Essas misturas de faixas etárias prejudicavam a segurança e conservação da criança.

Segundo Donzelot (1986), a necessidade de conservação e cuidados da infância, da saúde da criança foi pautado por médicos sanitaristas e educadores (séc. XVIII), que colocavam em questão os métodos de educação realizados pelas famílias, como a prática de abandono das crianças nos hospícios, a questão das amas-de-leite<sup>4</sup> e da educação artificial destinada as crianças ricas. Os “hospícios”

---

<sup>4</sup> O termo ama-de-leite significa que outra mulher, que não a mãe da criança, a amamente. Fato muito utilizado na época da escravatura, onde uma escrava em período de amamentação era incumbida de alimentar o filho de sua dona/sinhá. (FREYRE, 1998)

eram casas administradas pelo Estado Francês, que recebia as crianças abandonadas para que quando crescessem pudessem servir ao Estado, mas a realidade é que cerca de noventa por cento dessas crianças morriam, devido aos cuidados que recebiam, muito antes de se tornarem “úteis ao Estado”, (DONZELOT, 1986, p. 16). A existência das amas-de-leite configurava um abandono disfarçado, pelo qual as famílias e as mães resolviam entregar a criança aos cuidados de nutrizas, pagavam por isso, ficavam afastadas de seus filhos por um longo período de tempo, e não se preocupavam com a qualidade do cuidado. As nutrizas cuidavam de várias crianças ao mesmo tempo, já as famílias ricas dispunham de uma nutriz exclusiva para o cuidado da criança, e geralmente eram as escravas que ocupavam esse papel, e dependendo da relação estabelecida com os seus donos, tratava e educava bem ou mal as crianças.

Acreditava-se que o caráter da criança estaria vinculado a amamentação e com isso as crianças poderiam adquirir os comportamentos de suas nutrizas (DONZELOT, 1986). Essa mulher que amamentava, também era a responsável pela educação da criança, e não estando preocupada com a educação moral e intelectual, e tão pouco capacitada para isso, imprimia nas crianças a forma de vida que levava, e que era muito diferente da que a família poderia oferecer.

Começava então a interferência na vida das famílias, impondo que elas retomassem os cuidados com as crianças, rompessem com as amas-de-leite, e assumissem a vigilância dos pequenos. Era preciso uma reorganização dos comportamentos educativos das famílias, com isso, médicos de família prescreviam os cuidados com as crianças e as mães os realizavam. As interferências do setor público nas famílias se davam através da determinação de regras e ajustes na forma como organizavam sua vida social e econômica (DONZELOT, 1986).

Em relação à educação pública das crianças até o século XIX o que existia eram espaços de amontoamento, enclausuramento, violência e promiscuidade (DONZELOT, 1986), o que desencadeou, a partir da pressão dos pais dos alunos, a busca de alterações profundas na relação família e escola.

[...] o princípio de uma educação mista, familiar e escolar, onde os pais preparam a criança para aceitar a disciplina escolar, mas, ao mesmo tempo, velam pelas boas condições da educação pública: melhoria da salubridade dos internatos, supressão dos vestígios de punição corporal, supressão de perigos físicos que podem ameaçar seus filhos (cacos de vidro nos muros...), desenvolvimento de ginástica, vigilância dos arredores dos liceus,

dos quiosques de jornais, dos bares, dos exibicionistas e das prostitutas que aí circulam. (DONZELOT, 1986, p. 26).

Há então, maior preocupação com a proteção da infância, leis começaram a ser criadas, a criança passou a ter mais visibilidade. Na história da infância, da família e da educação, constata-se que a criança foi vítima de muita violência ao longo dos séculos passados, maus tratos no âmbito da família que se estendia aos demais espaços que ocupava. As primeiras instituições de ensino, em nome da educação e dos bons costumes morais da época, destinavam tratamentos ríspidos e coercitivos às crianças. Foi uma história de tortuosos castigos físicos, chicotes, palmatórias, etc.

Um advento significativo de mudanças da família e da educação, entre outros, está no período da revolução industrial e ingresso da sociabilidade capitalista, sendo assim no item 2.2 buscar-se-á dar visibilidade a transição do sistema econômico de ordem feudal para o capital, relacionando com a educação desse período.

## 2.2 A SOCIEDADE REGIDA PELO CAPITAL E A EDUCAÇÃO

A transição do modo de produção feudal para uma economia de base mercantil surge quando as terras, o cultivo e a pecuária já não traziam todos os recursos e as riquezas necessárias aos grandes senhores, ou seja, a produção começou a se esgotar, e assim as formas de exploração passaram a sofrer reformulações.

[...] mediações de natureza mercantil penetram as relações básicas da economia feudal entre os próprios senhores (a terra começou a ser objeto de transação mercantil) e entre senhores e servos (as prestações em trabalho e espécie começam a ser substituídas por pagamentos em dinheiro). (NETTO; BRAZ, 2007, p. 71).

Netto e Braz (2007) descrevem que o processo da transição do feudalismo para o mercantilismo e capitalismo vem acompanhado da revolução Burguesa<sup>5</sup>, conduzindo a sociedade para o mundo moderno. E “aquilo que era próprio de um segmento da ordem feudal (...) pouco a pouco iniciou uma irreversível expansão” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 72).

---

<sup>5</sup> A Revolução Burguesa “inicia-se com os grupos mercantis tornando-se figuras centrais na economia, conformando-se numa nova classe social, o que se processa entre os séculos XV e XVII, e prossegue nos séculos XVII a XVIII, quando a nova classe, já constituída, constrói a sua hegemonia político-cultural e reúne condições para o enfrentamento direto com a feudalidade, derrotando-a nos confrontos maiores de 1688/89 (Inglaterra) e 1789 (França)”. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 75).

Na Inglaterra, o capitalismo emergia, iniciando a transição de uma sociedade agrária para o que viria a ser uma vida urbana e industrial. Alguns dos principais países da Europa da época, como Espanha, Portugal, França e Inglaterra, haviam inaugurado a fase dos descobrimentos e lançaram as bases do colonialismo, como possibilidade de expansão do capitalismo comercial ou mercantilista. (CIDADE, 2001, p. 109)

Segundo Acanda (2006) as Revoluções Burguesas, entre elas a inglesa, a norte americana e a francesa abriram caminho para a modernidade, e o capitalismo se constituiu no “conteúdo econômico da modernidade” (ACANDA, 2006, p. 53). Nesse sistema econômico o objetivo é a expansão da economia de mercado, contínua e ininterrupta, uma economia a favor do mercado.

No capitalismo, a racionalidade econômica se impõe – numa relação contraditória e tensa – a todas as outras (política, religiosa, artística etc.) e condiciona com suas regras as mais variadas esferas da vida social. As relações entre as pessoas são configuradas segundo o modelo das relações econômicas. (ACANDA, 2006, p. 54).

Com o surgimento do capitalismo, três bens fundamentais para a sociedade foram transformados em mercadorias, entre eles a força de trabalho, a terra e a moeda (ACANDA, 2006, p. 60). Nessa relação mercadológica da força de trabalho, os indivíduos são compelidos e submetidos no seu cotidiano a incessantes competições e disputas, do contrario resta a realidade do desemprego.

Essa transição de sistemas econômicos acarretou muitas possibilidades, uma delas está centrada na noção de liberdade individual orientada pelos preceitos positivistas, em que cada indivíduo é responsável pela sua ascensão ou decadência. Fato é, que essa liberdade está condicionada a inúmeras limitações, ou seja, a liberdade existe, mas antes de tudo é preciso de um mínimo de condições, entre elas a financeira, para acessá-la. E em uma sociedade capitalista permeiam grandes contradições sociais que criam obstáculos reais para essa liberdade.

A industrialização foi um significativo avanço para a sociedade do capital e da transformação do trabalho, pois com o processo de industrialização que teve seu início em XVIII, houveram profundas transformações no âmbito do processo produtivo e do trabalho, bem como de cunho econômico e social. A Revolução Industrial teve como característica a incorporação de maquinários ao processo de produção.

A estratégia taylorista/fordista de organização do processo produtivo implicava a produção em série e em massa para o consumo massivo, uma rígida divisão de tarefas entre executores e planejadores, o trabalho

parcelar fragmentado e a constituição do “operário massa” (IAMAMOTO, 2004, p. 29).

Esse novo modelo de produção industrial exigia que os trabalhadores se qualificassem, com isso a forma de educação sofreu transformações, o ensino precisava adensar conhecimentos para esse novo trabalhador, para essa nova forma de gestão do trabalho, o que mais tarde, inclusive, inspirou a redação da política educacional, em seu item preparação para o trabalho.

No decorrer do século XIX, conteúdo e método de ensino fizeram parte do intenso debate sobre a questão política da educação popular e os meios para efetivá-la, entre eles, a melhor organização pedagógica para a escola primária. Em toda parte, difundiu-se a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social. A idéia de uma escola nova para a formação do homem novo articulou-se com as exigências do desenvolvimento industrial e o processo de urbanização (SOUZA, 2000, p. 11).

Formar o trabalhador para o trabalho formatá-lo. Formar significa, em seus sinônimos: compor, constituir, criar, moldar, dar forma a, modelar, educar, instruir, formatar (RIOS, 1999, p. 285). E com essa direção de formar, vai se moldando, se formatando os sujeitos de acordo com o interesse do momento, e na atualidade, do capital. Desde seu nascimento o trabalhador vai sendo formatado, ainda antes do ingresso a escola, na família começam as primeiras formatações/educações “o que quer ser? No que vais trabalhar”. E a escola tem um papel importante nessa formatação, tendo como um de seus objetivos a formação para o trabalho. (p. 23)

Segundo Souza (2000) nesse período a escola foi objeto de reflexões acerca da ação política e pedagógica, dos métodos de ensino, dos programas, disciplinas e materiais didáticos, bem como a formação dos professores e a disciplina escolar, em consonância com a moral da época. No Brasil ao final do século XIX “a escola popular foi elevada à condição de redentora da nação e de instrumento de modernização por excelência” (SOUZA, 2000, p. 12).

A ampliação do programa com a introdução de novos saberes objetivando desenvolver a educação física, intelectual e moral significou para as camadas populares maiores oportunidades de acesso à cultura. No entanto, esse saber enciclopédico sumário tinha um caráter de classe e compreendia a cultura disponibilizada para a instrução popular. Não obstante, as concepções que nortearam a seleção dos conteúdos de ensino e definiram as suas finalidades revelam a configuração de um projeto político-social civilizador, isto é, um projeto nitidamente direcionado para a construção da nação, para a modernização do país, a moralização e a disciplinarização do povo. (SOUZA, 2000, p. 24)

Cury (1995) reflete que a educação deve ser pensada no seu processo dialético como parte integrante da superestrutura da sociedade, sendo assim, frente a uma sociedade capitalista é preciso “considerá-la no processo das relações de classe, enquanto essas são determinadas, em última instância, pelas relações de produção” (CURY, 1995, p.13), uma vez que essas relações se fazem presente na educação.

A educação é também fomentada pelas relações presentes na sociedade, assim as contradições desta também estão presentes no espaço da escola. Os discursos pedagógicos não dão conta do real tal como ele se apresenta na sociedade contemporânea, devido a não captação das contradições presentes. É preciso uma articulação desse discurso com a sociedade real/contemporânea, que só se faz por meio do entendimento das contradições (CURY, 1995).

A escola quer formar, quanto à classe subalterna, o cidadão dócil e o operário competente. A coesão que quer tirar dessa contradição se autoproclama na escola como transmissora de conhecimentos apolíticos, acima e por cima das classes, a serviço de todos e voltada para o atendimento potencial de cada um como indivíduo. (CURY, 1995, p. 62)

Com isso há a formação e preparação da mão de obra voltada para a reprodução ampliada do capital. “A educação como mediação tanto funciona, embora em graus diferentes, para a afloração da consciência como para impedi-la, tanto para difundir, como para desarticular” (CURY, 1995, p. 66). Ela pode se configurar em um instrumento importante pela luta da hegemonia de classe, ou seja, ela não precisa ser necessariamente o lugar da reprodução e da alienação, ela pode ter papel transformador de consciência política, de mudanças de pensamento e de novas concepções de mundo, enfim, de transformação social. “A apropriação de um saber revelador torna-se momento de denuncia de um saber dissimulador das contradições e anuncia a possibilidade de novas relações sociais” (CURY, 1995, p. 67).

A luta pela transformação da educação não pode estar desvinculada/desarticulada dos movimentos sociais. O educador, dependendo de seu entendimento e visão de mundo, pode colaborar efetivamente no processo de formação de consciência das classes subalternas. No item 2.3 será explicitado o desenvolvimento da legislação que fundamentou a Política Educacional da atualidade.

## 2.3 CONSTITUIÇÕES FEDERAIS: A LEGISLAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

A educação brasileira, assim como algumas políticas sociais, foi pensada de acordo com o sistema capitalista, sendo parte integrante deste, e dessa forma foi destinada primeiramente aos trabalhadores, e quem deveria dar conta desse direito seriam os donos dos meios de produção. Dessa forma, mulheres e crianças não dispunham desse direito, e a educação só foi estendida aos demais membros da família quando o Estado assumiu esse papel progressivamente a partir das constituições federais, sendo que o caráter de universalidade começou a ser efetivado na Constituição Federal de 1988.

O Plano Nacional de Educação (2001-2010), diz que a educação é um dos principais instrumentos de cidadania, mas sabe-se que, cidadania em um sistema capitalista entende o sujeito consumidor, contrariando a Política Nacional de Educação que ainda não consegue garantir a relação: educação e cidadania.

A cidadania compreende vigoroso chamado à participação na vida social e no Estado, obras dos homens e patrimônios comuns a todos. Além do mais, a cidadania constitui um princípio de igualdade, realizado na igualdade jurídica e materializado numa sucessão de direitos (VIEIRA, 2004, p. 192).

A educação como direito fundamental que concebemos hoje, foi uma conquista ao longo dos tempos e das constituições federais que o Brasil elaborou, assim como a criação e reelaboração de órgãos/instituições/legislações de proteção como: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA), os Conselhos Tutelares, entre outros. No quadro a seguir buscou-se dar visibilidade a evolução da educação ao longo das últimas seis (6) Constituições Federais do Brasil. Esse quadro foi elaborado a partir de considerações da constituição dos direitos sociais discutidos pela Dr<sup>a</sup> Berenice Rojas Couto na sua tese de doutoramento (2003) “O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?”.

### Quadro 1 - Constituições Federais Brasileiras e a Educação.

<b>CF 1934</b>	Proibição do trabalho a menores de 14 anos; Estimulo a educação eugênica; amparo a maternidade e a infância; atendimento a famílias com prole numerosas; direito a educação primaria integral e gratuita. Escolarização básica de (4) quatro anos; 1931: Reforma Francisco Campos e organização do ensino secundário
<b>CF 1937</b>	Ensino pré-vocacional e educacional destinados às classes menos favorecidas, enquanto prioridade do Estado; amparo a infância e a juventude; aos pais miseráveis assiste o direito de serem auxiliados na educação da prole; ensino primário obrigatório e gratuito. 1942: Reforma Capanema para o ensino secundário.
<b>CF 1946</b>	Educação primaria gratuita e obrigatória; empresas industriais, comerciais e agrícolas com mais de 100 empregados são obrigadas a manter ensino primário e de aprendizagem ao trabalho; assistência à maternidade, à infância e à adolescência. 1953: criação do Ministério da Educação. 1961: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Conselho Federal de Educação.
<b>CF 1967</b>	Lei especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação de Excepcionais <sup>6</sup> ; Direito a educação primaria. 1964: Salário Educação; 1968: Reforma Universitária.
<b>CF 1969</b>	Lei especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação de Excepcionais; 1970: Mobral (programa de alfabetização); 1971: Extensão da Escolaridade básica para 5 anos; 1972: Livros didáticos; 1983: Vinculação de receita tributaria. Extensão do direito a creches e pré-escolas; Tentativa de tomar as universidades públicas em fundações; prioridade ao ensino fundamental; desestruturaração das universidades públicas, com aposentadoria de inúmeros professores.
<b>CF 1988</b>	Universalização do ensino fundamental; destinação de recursos públicos para esse nível de ensino e para a erradicação do analfabetismo; gratuidade do ensino público em todos os níveis; transformação da creche em um serviço educacional.

Fonte: Sistematização da autora a partir da obra de Couto, 2003.

Muito da transformação da educação no Brasil, referindo-se as constituições mencionadas no quadro 1, se deu por exigência da industrialização que incorporou as técnicas dos modelos de gestão do trabalho taylorista/fordista.

[...] No campo educacional, o principal objetivo era o conhecimento técnico, reiterado, de certa maneira, a política da formação voltada ao trabalho urbano-industrial. Assim sendo, a questão do analfabetismo passou também a ser uma preocupação, uma vez que se fazia necessário a alfabetização dos trabalhadores, especialmente pela paulatina incorporação das técnicas do modelo de gestão do trabalho assentado no paradigma fordista/taylorista, que já requisitava um trabalhador possuidor de um certo conhecimento específico. (COUTO, 2003, p. 123)

Tratava-se portanto, de uma educação para o trabalho. Outra consideração importante é a preocupação com o analfabetismo, pois até a Constituição de 1988 os analfabetos eram proibidos de votar, e essa preocupação invadiu o chão da

<sup>6</sup> Excepcionais – termo hoje substituído por Pessoa Com Deficiência (PCD).

fábrica, no enquadramento do trabalhador, na medida em que ele tinha que ser alfabetizado para compreender e responder ao novo modelo de trabalho.

Dessa forma, a partir da Constituição Federativa de 1988, a educação passa a ser

Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, [1988]).

Sem dúvida, um avanço significativo desse direito, um avanço na história do Brasil, também uma conquista dos direitos da criança e do adolescente. Uma das principais preocupações da política educacional é com a qualificação para o trabalho.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, [1996])

Conforme o Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9.394/1996) O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Os princípios da Política Educacional primam por uma educação de qualidade, universal, que atenda o aluno de forma integral e contemplem desde o campo das ideias, do conhecimento aos diferentes sujeitos envolvidos (alunos, profissionais), na sua totalidade. Mas no cotidiano da escola esses princípios por vezes são desvinculados da prática, segundo o depoimento do professor Lelê<sup>7</sup> referente aos princípios da LDB

---

<sup>7</sup> As identificações dos entrevistados são de ordem fictícia, nomes escolhidos pelos próprios sujeitos no momento da entrevista.

“Eu acho tudo muito genérico, muito solto. Na verdade estão lá e tal, mas é muito faz de conta, não existe interesse em concretizar isso. (...) Plano Nacional de Educação, discurso! No fundo quem é que implementa? Quem é que fiscaliza? Tu dá a aula que tu quiser na verdade, na escola pública, tanto do Estado quanto do Município”.

Esse depoimento denuncia a distancia entre o texto, o papel, a Lei e a realidade, onde o que está escrito deveria ser garantido. Segundo o professor Lelê as responsabilidades não estão definidas e exercidas “quem implementa? Quem fiscaliza”.

O depoimento da professora Jaqueline em relação aos princípios da Lei de Diretrizes e Bases (1996), se aproxima do professor Lelê quanto a fragilidade de clareza e a interpretação ampla. Ela ainda problematiza que a direção do trabalho será definida pelo compromisso de cada profissional, o que coloca em risco a legitimação da própria política.

“Eles deixam aberto para múltiplas interpretações e ações, eles são bem amplos então eles deixam margem para cada um constituir um trabalho de uma forma, tentando atingir todos os princípios. Nisso vem quem tem flexibilidade, quem tem boa intenção, quem tem compromisso e responsabilidade com o humano e o futuro, mas também vem quem está tão pouco direcionado e aí fica a coisa meio jogada, abandonada”.  
(Professora Jaqueline)

A escola como se concebe hoje é uma criação da modernidade, todas as leis que regem a política educacional estão direcionadas na formação dos sujeitos individuais e coletivos, bem como na consciência de seus direitos e deveres na e para com a sociedade. Ao longo dos tempos a escola precisou se adequar, mas ainda não está pronta e no Brasil, ainda não conseguiu romper com alguns aspectos herdados ao longo da cultura social, como o clientelismo e o autoritarismo. As escolas refletem a realidade social mais ampla, é um “micro” que reflete o “macro” e tem contido entre seus muros os mesmos processos que se presencia no contexto maior, na superestrutura da sociedade. “A escola faz parte da superestrutura, que são instituições criadas para reproduzir e garantir as relações de produção” (GUARESCHI, 2003, p. 99).

A sociedade brasileira, assim como o restante do mundo, vivencia constantes transformações, mudam as tecnologias assim como mudam os valores morais, e por muito tempo se atribuiu a escola todas as responsabilidades da educação dos sujeitos, e a escola foi abarcando, sendo que os recursos e apoio da política e do

governo não acompanham a dinâmica dessas transformações contínuas, e isso impacta diretamente no cotidiano escolar, na sua defasagem. Da mesma forma, a família, ao longo dos tempos, tentando se enquadrar nas transformações da sociedade, vivenciou transformações, houve um tempo em que as mães ficavam em casa para educar e cuidar dos filhos. Atualmente a necessidade por se manter inserido nessa sociedade capitalista faz com que o tempo destinado ao contato de pais com os filhos seja cada vez mais escasso, e dessa forma, a educação intelectual e moral é também ministrada em outros espaços da sociedade, e principalmente na escola, pois é nesse ambiente que a criança e o adolescente passam maior parte de seu tempo, e onde de certa forma recai o resultado dessa transformação da sociedade.

“o adolescente de hoje é resultado de um movimento de modernidade que não deu certo, que tirou pai e mãe de dentro de casa para o mercado de trabalho, acreditando que essa ausência iria reverter em conquistas, em progressos, em conforto e aí quando isso não deu certo teve uma desorganização socioeconômica e uma desorganização emocional também para essas famílias (...)” (Professora Jaqueline).

Segundo essa professora a ausência da família, seja por motivos de trabalho, acaba por tornar ausente a figura do cuidador das crianças e dos adolescentes, com uma ausência, uma lacuna, uma resposta negativa na educação e na relação dos adolescentes com os outros.

“não no sentido da pessoa física, isso eles tiveram, não tiveram é alguém que soubesse ocupar esse lugar de cuidador, de formador, e isso vem desencadeando em um adolescente que esta aqui hoje que desconhece relações familiares, que desconhece autoridade, que desconhece limites, que desconhece disciplina” (Professora Jaqueline).

É uma realidade que não se pode mais negar, pai e mãe, a família trabalhadora vive cada vez menos tempo no espaço do lar, menos tempo em companhia de seus filhos, resultado dessa sociedade do trabalho de hoje, onde o trabalhador vende sua força de trabalho, seu intelecto, seu tempo e seu espírito, dessa forma pouco sobra para seus entes mais queridos. Como é possível educar o adolescente sem conseguir ter uma supervisão e acompanhamento direto? Tarefa desafiadora para as famílias que vivem da venda de sua força de trabalho. E nisso outros sujeitos ocupam o papel da família, como a mídia, a internet, os amigos, a escola, etc, a educação desses sujeitos vai tomando forma de acordo com o que almejam os seus transmissores.

Essa realidade invadiu os muros da escola que precisa reconhecer seu papel importante na educação desses atores sociais. A união entre a família, a escola e a sociedade possibilitará o cuidado de qualidade do sujeito adolescente, ajudando-o no seu processo de formação, crescimento e amadurecimento.

Seguindo a análise do desenvolvimento histórico da sociedade e da educação, no item 2.4 dar-se-á visibilidade aos movimentos sociais que contribuíram para transformações da educação pública.

## 2.4 MOVIMENTOS SOCIAIS PELA EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO

A história dos movimentos sociais, de inúmeras lutas contra a ditadura militar, por uma nova forma de governo, uma nova ordem societária, por democracia, por direitos humanos, por uma nova constituição federal mais humana e igualitária, etc., lutas pautadas pela classe trabalhadora, reconhecidas entre si, já não ocupa palco nos dias atuais.

Essas mudanças na forma de pressão dos movimentos sociais começaram a surgir na década dos anos 90, e as práticas dos movimentos passaram a ser mais institucionalizadas, começou a se praticar Fórum de Participação Popular, Orçamento Participativo, entre outras formas de Controle Social. Com isso os movimentos sociais dos anos 70 e 80, que fizeram diferença na forma de organização societária até então, foram perdendo a sua visibilidade. Gohn (2000) levanta a questão que esses movimentos sempre foram heterogêneos e setorializados, sendo que o que realmente unificava suas demandas era a realidade socioeconômica. E devido a essa institucionalização, os movimentos somente têm espaço de participação no âmbito do político.

Hoje os movimentos sociais se tornaram uma espécie de rede social, existe o campo sindical, institucional, político partidário, religioso, sem falar das inúmeras Organizações Não Governamentais. Estão separados de acordo com seus grupos de interesses.

Assim como todos os movimentos sociais, o movimento pela educação começou sua atuação por uma sociedade mais igualitária para todos, onde a educação pudesse ser gratuita e universal. No quadro 2, a seguir será abordado alguns fatos importantes na história da sociedade e da educação, nos períodos compreendidos entre 1931 a 1995.

## Quadro 2 - Movimentos Sociais pela Educação no Brasil

<b>1931</b> – Movimento dos Pioneiros da Educação	Movimento nacional relacionado à área do sistema educacional formal brasileiro. Foi gerado por uma série de educadores que propunham a criação de um sistema nacional para a administração de políticas sociais para a educação. Ensino público gratuito e de caráter universalizante, e a não diferenciação de sexo nas escolas.
<b>1947 a 1961</b> – Movimento por Reformas de Base na Educação	Essa foi uma das mais longas lutas pela educação no Brasil, iniciada a partir do projeto de lei que criava uma legislação geral para o país, no campo da educação. Foram 14 anos de luta, e em 1961 o projeto foi aprovado, estabelecendo uma lei geral e abrangente para todo o sistema escolar.
<b>1979</b> – Movimento de Professores e outros Profissionais da área da Educação, da Saúde, e outros serviços sociais públicos.	O crescimento da ação do Estado, absorvendo a massa de trabalhadores que foram dispensados da indústria na crise de 1981/83, fez com que a categoria profissional se rearticulasse. A escola pública, por alterações estruturais havia se tornado uma escola massificada, com um número grande de funcionários desqualificados. A área da saúde teve um grande movimento popular nessa época, mas a educação, com exceção das creches, não teve quase mobilização popular.
<b>1988</b> – Movimento em Defesa da Escola Pública.	Movimento surgido em torno da constituinte. Elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O movimento foi composto por: intelectuais de universidades e de entidades ou de representantes de diversas categorias do magistério, bem como com o apoio de diversos parlamentares. Entretanto, na tramitação pelo senado a Lei foi bastante modificada, encerrando-se o ano de 1994 sem sua aprovação.
<b>1990 a 1995</b> – Greves no Setor Público da Saúde e da Educação	A novidade dessas greves é que se tornaram usuais e de longa duração, com graves prejuízos a população usuária. Na educação, o 1º e 2º graus foram os mais atingidos. Entre as reivindicações estavam as questões salariais e condições de trabalho.

Fonte: Sistematização da autora a partir da obra de Gohn, 2003.

O fato é que o movimento pela educação ao longo dos tempos foi perdendo a forma de organização e mobilização, quer seja pelo não reconhecimento dos profissionais e educadores, que permanecem reivindicando melhores salários e condições de trabalho, bem como outros fatores mais agravados como a globalização e as transformações da sociedade. A educação pública precisa de reformas efetivas, claro que alguns avanços já estão sendo feitos, mas ainda precisa-se de uma mudança na cultura escolar.

A Educação era uma categoria fundamental para Gramsci, a partir dela seria possível entender o senso comum. A verdadeira revolução sairia da educação, de uma nova forma de educação popular, para ele

[...] a tarefa imprescindível dos grupos que dirigem a revolução é prover as massas populares com a “técnica de pensar”, pois a arte de operar com conceitos não é inata. Essa tarefa, ainda que difícil, não é impossível, pois “não se trata de criar algo novo, mas de inovar e tornar crítica uma atividade já existente”. (ACANDA, 2006, p. 208).

Trata-se de uma nova construção do pensamento, onde esse processo pedagógico atingiria toda a sociedade e evolução da humanidade, mas para isso precisaria de mudanças na forma de ensinar e na relação entre educador e educando, não mais relações entre sujeito e objeto, relação de dominação e subordinação, e sim uma prática de relações horizontais, em que todos possam aprender com todos.

Gramsci, citado por Acanda, ressalta que toda a relação de hegemonia é um ato pedagógico, ou seja a construção de uma hegemonia revolucionária é um ato pedagógico, mas não apenas o pedagógico das relações escolares. “Não se trata de difundir um conhecimento instrumental entre as massas, mas de universalizar a capacidade de pensamento crítico”. (ACANDA, 2006, p. 210).

Século XXI, nova era, mas ainda uma sociedade capitalista pautada na individualidade, na competitividade e na necessidade exagerada de consumo. O capital agora além de fazer parceria com o Estado, também faz com os movimentos sociais.

Os movimentos sociais populares que a princípio assumiram a frente de disputas societárias sumiram, já não são mais os mesmos, se institucionalizaram, viraram recursos sociais do Estado e da população nas chamadas, entre outros codinomes, Organizações da Sociedade Civil, aí também presentes os sindicatos. Algumas dessas organizações fazem uma enorme diferença para determinados segmentos populacionais, ajudam na luta diária e cansativa de se manterem incluídos na sociedade capitalista, mas ainda pouco fazem para de fato transformar essa realidade social.

Os movimentos pela educação, que no início lutaram por ensino gratuito e universal, já não conseguem garantir a qualidade desses serviços e precisam brigar por suas causas trabalhistas cotidianamente. As greves que eram seus instrumentos de reivindicações, já não têm mais poder de pressão. Com isso, a educação não consegue ter avanços na sua qualidade, e quem sofre é a população.

Ainda no ano 2011, no dia 18 de maio, uma professora do Rio Grande do Norte, prestou depoimento em audiência pública sobre a situação da educação pública brasileira, matéria que teve grande repercussão na mídia, tanto em canais televisivos como em sites de redes sociais, e por essa repercussão será apontada aqui, pois confirma o quanto a situação da educação no Brasil mobiliza a população. A professora denunciou a constrangedora realidade dos professores das escolas

públicas do Brasil, apresentou seu contracheque de R\$ 930 reais de salário, o que corresponde a menos de dois salários mínimos. Como professora e com a responsabilidade da educação pública, frente a irresponsabilidade dos gestores públicos relatou que “em nenhum momento de todos os governos que passaram a educação foi uma prioridade (...) “sou eu a redentora do país? Não posso, muito menos com o salário que eu recebo.” Em sua fala pediu auxílio e objetividade ao governo.

Os deputados deveriam estar todos constrangidos com a educação no estado do Rio Grande do Norte e no Brasil. Não aguentamos mais a fala de vocês pedindo para ter calma. Entra governo, sai governo, e nada muda. Precisamos que algo seja feito pelo estado e pelo Brasil. O que nós queremos agora é objetividade (GOMES, [2011]).

Como professora traduziu os sentimentos da classe dos professores em relação à atual situação da educação pública do país. A expectativa por resultados concretos, soluções e não mais promessas.

O governador Tarso Genro do Estado do Rio Grande do Sul, em julho de 2011 apresentou propostas para melhoria da educação pública, entre elas a inclusão de medidas de avaliação por mérito no plano de carreira dos professores, segundo ele “Tem que ter avaliação por mérito. O professor que trabalha melhor, tem uma qualificação melhor, tem de ser reconhecido” (GERMANO, [2011]). Para este governo a avaliação por mérito está de acordo com a meta 14 do compromisso “Todos pela Educação” lançado em 2007, nela consta:

Valorizar o mérito do trabalhador da Educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional (GERMANO, [2011]).

Certamente o reconhecimento do trabalhador da educação precisa de medidas urgentes, trata-se de um passo inicial, mas a educação necessita de mais cuidados e vigilância permanente do poder público. O que não fica claro na proposta é como será realizada essa avaliação e se todos os professores terão as mesmas condições para a conquista do mérito.

As promoções por merecimento relacionam e avaliam atividades e desempenho profissional, entre elas:

1) atividades docentes ou técnico-administrativo-pedagógicas; 2) contribuições no campo da educação; 3) serviços prestados em entidades comunitárias ou em entidades de classe do Magistério, oficiais ou

oficializadas e de utilidade pública, sem delas receber remuneração, prestados fora do regime de trabalho; 4) atualização e aperfeiçoamento, não considerado o curso utilizado para alterar nível. (RIO GRANDE DO SUL, [2011b])

O aperfeiçoamento, atualização e capacitação profissional estão sempre em discussão, evidencia-se que na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) essa questão recebe legislação específica (BRASIL, Lei 6.151/1988):

Art.3º: V- Incentivo - a forma de conferir ao Professor ou Especialista em Educação, retribuição segundo a respectiva qualificação profissional em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento ou especialização sem distinção das séries escolares em que atuem.

Art.24. Os incentivos são formas de atribuir ao Professor e ao Especialista em Educação, no desempenho das atividades próprias do cargo ou função gratificada, vencimentos de acordo com o padrão correspondente à titulação do Magistério, independentemente do grau de atuação.

A partir da política do aperfeiçoamento a SMED reconhece, que deve contribuir no, financiamento de cursos, congressos, seminários, encontros, simpósio, palestras, entre outros, autorizar o afastamento do trabalhador de acordo com as normas previstas no estatuto. O aperfeiçoamento “é o conjunto de procedimentos que visam proporcionar aos integrantes do magistério a atualização, visando a melhoria da qualidade do ensino”. (BRASIL, Lei 6.151/1988, Art.21).

Na Lei Nº 6.672/1974, e suas respectivas atualizações até 2010, declara o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Estado do Rio Grande do Sul. E em seu Art. 3º, refere à questão da capacitação profissional relacionada ao valor da remuneração do trabalhador.

Art. 3º, I, b) remuneração condigna que tenha em vista a maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento e especialização, sem distinção de graus escolares em que atue o pessoal do Magistério e que lhe assegure “status” econômico e social compatível com a dignidade, peculiaridade e importância da profissão que exerce, permita-lhe dedicação ao Magistério e possibilite-lhe o aperfeiçoamento contínuo.

No Art. 91 Dos direitos e vantagens: É estabelecida a licença para o afastamento de trabalho a fins de qualificação profissional, sem prejuízo de vencimentos, que consiste em “VI - ter assegurada oportunidade de freqüentar cursos de formação, atualização e especialização profissional”, que será concedida:

I - para freqüência a cursos de formação, aperfeiçoamento o especialização profissional;II - para participação em congressos, simpósios ou outras promoções similares, no País ou no estrangeiro, desde que referentes à educação e ao Magistério.

Art. 92 - Para a concessão da licença de que trata o artigo anterior, terão preferência os candidatos que satisfaçam a um dos seguintes requisitos:

I - residência em localidades onde não existam unidades universitárias ou faculdades isoladas; II - exercício em escola de difícil acesso ou provimento; III - exercício em regime de quarenta e quatro horas semanais.

Já o financiamento, de acordo com o Art. 104, somente será efetivado após cinco anos de atividade de Magistério e seguirá o critério de seleção disposto em regulamento. Ou seja, o professor somente conseguirá candidatar-se a alguma capacitação a partir de cinco anos de trabalho, do contrário o recurso será próprio. (BRASIL. LEI Nº 6.672/1974)

A política educacional, a escola e os educadores na sua representação precisam se adequar e se qualificar permanentemente às freqüentes transformações societárias de um mundo mercantil e globalizado, que se caracteriza por velocidade de informações globais, consumo exagerado, exploração de bens naturais e mão de obra barata, entre outros. Os avanços tecnológicos exigem qualificação desses trabalhadores, o custo é grande e precisa de investimentos, mas somente com algumas mudanças na forma de operacionalização da política e do cotidiano nas escolas, a educação pública poderá fazer diferença na vida dos estudantes e do futuro da sociedade, ou seja, poderá ter como resposta a sonhada educação para transformação do sujeito social, e em suma, da sociedade.

Na sociedade convivem constantes transformações, e a modernidade em movimento contínuo vai se transformando, se readaptando. Nessa transformação, valores que antes eram considerados tabus ficam, por hora, normalizados, até alcançar outro patamar no desenvolvimento social. Isso também acontece com as tecnologias, e assim o que antes era impensado, vai se tornando indispensável.

À educação e a escola, mais especificamente, tem que ser contemplados aos novos acontecimentos da sociedade, a realidade posta do muro para fora também perpassa a própria escola. Sem um efetivo investimento do Estado e união dos agentes educacionais a educação não terá uma mudança qualitativa.

A realidade que se evidencia hoje na escola perpassa por sucateamento dos recursos físicos, desvalorização do quadro funcional e, uma negação do Estado que propõe recursos mínimos para a política educacional. Tudo isso impacta diretamente na qualidade da educação da população, na população usuária desse serviço. O mundo atual depende de uma educação de qualidade, uma educação que instigue a consciência crítica e política dos sujeitos e principalmente dos adolescentes enquanto sujeitos em formação.

O capítulo três discutirá a relação entre Estado, sociedade e política de educação. A educação pública, a escola estadual e municipal, bem como o documento final da CONAE 2010 e o projeto para Novo Plano Nacional de Educação 2011-2020.

### 3 A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: ESCOLA OU GAIOLA

*Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. (Paulo Freire)*

A educação é um dos braços do Estado, um bem público, um direito social, mas nem sempre foi assim. Como todas as Políticas Sociais Públicas, ela foi se constituindo e moldando-se, mediante movimentos importantes de reivindicações sociais. Com isso o Estado também vai se transformando, se modificando, criando assim formas de mediações entre o mercado e a sociedade.

#### 3.1 DEMOCRACIA, ESTADO E O DIREITO A EDUCAÇÃO PÚBLICA

O Brasil é um país democrático, mas o que é democracia? Vieira (2004, p. 153) reflete que os “modelos de governo e de Estado são múltiplos, configurando democracias e não a democracia”. Sendo assim, pode-se dizer que no Brasil vivenciaram-se tipos distintos de democracias, como a Democracia Totalitária, com uma verdade política única e exclusiva, com um plano centrado unicamente no político, uma aplicação de um projeto/concepção de mundo. Um tipo de democracia que utilizava técnicas e atos de coerção.

As formas de democracia posteriores como a representativa e participativa, dividiram cenário com uma forma de sistema econômico centrado no individualismo, com isso o espaço de representação do povo é cada vez mais minimizado. “O que constatamos no Brasil contemporâneo é que a democracia está se sustentando, mas suas instituições, longe de se consolidarem, estão cada vez mais submetidas aos interesses privados dos setores econômicos”. (BAQUERO, 2001, p.101).

Nessa relação entre interesses do povo e interesses dos setores privados, ambos buscando a atenção do Estado, quem pressiona mais obtém mais, e os brasileiros ainda não reconhecem o poder que tem. O modelo neoliberal vigente consegue estabelecer certas formas de comportamentos aos cidadãos que prejudicam a construção democrática efetiva no país. (BAQUERO, 2001).

O papel dos partidos políticos se vê hoje comprometido na sua função de agregação de interesses, pela insuficiência da consolidação democrática. Por um lado, o modelo político vigente tem permitido maior concentração de

renda, legitimada pelo dogma neoliberal; por outro, constata-se, simultaneamente, um crescimento da exclusão social e o aumento da pobreza, transformando a sociedade brasileira não numa sociedade de interesses, mas numa nação de necessidades. (BAQUERO, 2001, p. 101-102)

Sendo assim, a realidade democrática que se vive hoje pode ser chamada de Democracia Liberal, ou seja, a união entre a democracia e o liberalismo. Um tipo de democracia que se explica através da igualdade de oportunidades segundo a capacidade de cada um, e dessa forma não se trata de uma igualdade social.

O pensamento liberal é produção ideológica que reflete os interesses da sociedade burguesa aparecida com a Revolução Industrial na Inglaterra, sobretudo a partir de meados do século XVIII. Expressão do industrialismo, o pensamento liberal consagra as liberdades individuais, a liberdade de imprensa, a liberdade de contrato, sob a égide do racionalismo, do individualismo e do não intervencionismo estatal na esfera econômica e social. Consagra além disso a liberdade de mercado, fazendo-o reinar soberanamente, elevado a um dom da natureza, responsável pela lei da oferta e da procura. [...] Assim o liberalismo não se opõe a explicação da gênese da riqueza industrial nem a apropriação do excedente do trabalho pelo capital. (VIEIRA, 2004, p. 186)

Com a garantia dessa democracia os sujeitos são livres, mas essa liberdade tem condicionalidades, ou seja, vai depender das individuais condições de escolha, e em uma sociedade desigual, a grande maioria não consegue consumir o que realmente desejaria. O consumo, para ele, em prol dele que os sujeitos vivem em democracia. Na verdade o Brasil ainda não vive efetivamente um Estado Democrático, ainda é preciso que para isso a elaboração das políticas sociais, bem como a resposta delas para com a sociedade, haja um melhor comprometimento e acompanhamento do Estado.

[...] na história do capitalismo, a atuação estatal desmembra-se em setores onde o Estado se afirma e em setores onde ele se nega, ocupando maiores ou menores espaços. Aí o Estado se encontra diante da necessidade de criar condições para o aumento da taxa média de lucro, alimentando a acumulação do capital, ou então diante de pressões de uma sociedade mais ou menos organizada, capaz de possuir classes com recursos para encaminhar e para impor seus reclamos ao poder político. (VIEIRA, 2004, p. 196).

Na trajetória do Brasil e das políticas sociais o Estado sofreu transformações de ordem organizacional e ideológica, transcorrendo no período da história, de um regime ditatorial a um Estado de direito democrático. E o que se evidencia na história é que mesmo um Estado Capitalista pode ter uma preocupação e vontade política voltada ao social, a diminuir os impactos provocados pela desigualdade. A forma de um Estado, bem como o plano de um determinado governo, impacta

diretamente nas políticas públicas, e assim vão sendo reformuladas. Voltando então para o tema da educação, como já anteriormente mencionado no quadro 1, mudanças na política educacional foram pensadas ao longo das cartas constitucionais brasileiras.

Os Planos Nacionais de Educação devem ser revistos a cada dez (10) anos, neles contem orientações e metas a serem operacionalizadas também no âmbito do Estado e dos municípios. Dessa forma, o Plano transcende o período de dois anos de governos, é um plano de Estado e não um plano de governo. O Plano Nacional de Educação (PNE) é para toda nação brasileira e para o seu efetivo desenvolvimento precisa da união das diferentes esferas de governo e da sociedade.

A Lei nº 10.172/2001 não estabelece sanções (em nada se assemelha a uma lei com penalidades), a não ser naquilo que a própria Constituição e a lei já determinaram como sancionáveis. É, antes, uma lei de compromisso, a opção ética por um ideal de educação para o País, o pacto político e técnico por metas necessárias. Os planos estaduais serão encaminhados às Assembleias Legislativas, e os planos municipais, às Câmaras de Vereadores, para sua aprovação, e serão, respectivamente, leis estaduais e municipais. (BRASIL, [2001])

O PNE (2001-2010), vigente, teve como objetivos e prioridades: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010) analisou o sistema educacional brasileiro, destacando cinco (5) grandes desafios que o Estado ainda precisa enfrentar para assegurar de fato e com qualidade a função social da educação, entre eles:

**1) “Construir o Sistema Nacional de Educação (SNE)”**: um sistema responsável por uma orientação política comum única, tendo para isso o trabalho permanente do Estado e da sociedade para a garantia do direito a educação. Essa unificação ainda não se apresenta de forma efetiva, ainda há muitas disparidades entre escolas, ainda um desafio, e para tanto ainda há muito que se avançar para de

fato serem atingidos, o que somente será possível com a união da sociedade e vigilância do Estado. As disparidades entre escolas se apresentam na mesma instância administrativa, mesma região ou até mesmo nos bairros. Recentemente em reportagem da TV globo (jornal da Globo em 21/05/2011), no quadro chamado “Blitz da Educação” repórteres visitaram, mediante sorteios, algumas cidades do Brasil. Chegando também no Rio Grande do Sul, e inevitavelmente, constataram diferenças gritantes entre as escolas. Foi possível visualizar que em determinadas escolas haja um (1) computador por aluno, aulas de filosofia e dança, e em outras escolas além de não ter esses equipamentos e disciplinas a área física apresenta goteiras, vidros quebrados, aulas em contêineres e ausência de segurança. Uma escola com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>8</sup> de 6,6 e outra com 3,6. (JORNAL NACIONAL, 30/07/2011). Uma ausência de iniciativa, até mesmo da própria comunidade escolar e região, um problema de gestão, onde escolas mais informadas que elaboram projetos, captam mais recursos e com isso tem um melhor desenvolvimento e verbas públicas, obtém melhores resultados. Um quadro possível de mudanças, mas somente a partir de um tratamento respeitoso pela educação pública do país, em todos os seus seguimentos, espaços e regiões.

**2) “Promover de forma permanente o debate nacional, estimulando a mobilização em torno da qualidade e valorização da educação básica, superior e das modalidades de educação”:** o debate, mesmo que timidamente, existe, mas essas categorias qualidade e valorização ainda são discrepantes da realidade apresentada pelas escolas da educação pública. Para ilustrar, apresenta-se a fala de um dos sujeitos entrevistados para essa pesquisa:

“A escola municipal é privilegiada, tanto de recursos físicos, de verbas, de materiais e de recursos humanos apesar de algumas precariedades, aqui na escola está faltando oito (8) professores entre o turno da manhã e da tarde, mas ainda é uma realidade privilegiada de RH. A gente sabe que em relação ao Estado essa falta de RH não significa quase nada, o Estado é bem mais precário nesse sentido” (entrevista educadora Jaqueline)

---

<sup>8</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação. Assim, para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e freqüente a sala de aula. O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos. (BRASIL/ Ministério da Educação, 2011).

As diferenças de recursos e desenvolvimentos entre as escolas estão em diversos fatores, inclusive já anteriormente elencados, e essa realidade impacta sobremaneira na qualidade e na valorização.

**3) “Garantir que os acordos e consensos produzidos na CONAE 2010 redundem em Políticas Públicas de Educação”:** a partir da consolidação em diretrizes, estratégias, planos, programas, projetos, ações e proposições pedagógicas e políticas. Esse terceiro desafio aos poucos está sendo efetivado, existem diversos projetos e ações inserindo-se nos espaços escolares, os incentivos estão sendo dados, mas novamente cabe aqui ressaltar que o comprometimento da gestão e da comunidade escolar é fundamental para que essas experiências sejam positivas. Existem inclusive propostas de outras secretarias, de outras políticas públicas que poderiam compor as atividades da escola, mas que não a estão devido ao desconhecimento de seus agentes.

“Tem muitas ações dentro das outras secretarias que dizem respeito a educação, que fazem parcerias, mas nem todas as escolas aderem as vezes porque não tem um profissional que esteja diretamente se apropriando disso para trazer isso para a escola, então ela perde muitas vezes. É prejudicada porque não tem quem traga isso, quem vá buscar essas informações para trazer e beneficiar os alunos. Tem muitos programas de outras secretarias que a gente podia estar acessando, podia fazer mais parcerias e beneficiando ainda mais os nossos alunos”. (fala da Assistente Social João)

**4) “Propiciar condições para que as referidas políticas educacionais, promovam”:**

[...] o direito do/da estudante à formação integral com qualidade; o reconhecimento e valorização à diversidade; a definição de parâmetros e diretrizes para a qualificação dos/das profissionais da educação; o estabelecimento de condições salariais e profissionais adequadas e necessárias para o trabalho dos/das docentes e funcionários/as; a educação inclusiva; a gestão democrática e o desenvolvimento social; o regime de colaboração, de forma articulada, em todo o País; o financiamento, o acompanhamento e o controle social da educação; e a instituição de uma política nacional de avaliação no contexto de efetivação do Sistema Nacional de Educação (SNE).

Esse desafio está no encontro da necessidade da formação integral e de qualidade a ser fornecida aos estudantes, desafio de realmente entender que a educação deva ser integral, e que para tanto precisam apresentar propostas de mudanças e comprometimento a educação atual. Integral na relação de reconhecer o todo que permeia o educando, a realidade social, as políticas sociais, a família,

etc., mas também integral na junção de conhecimentos e articulação entre outras secretarias.

**5) Indicar, para o conjunto das políticas educacionais implantadas de forma articulada entre os sistemas de ensino:** que seus fundamentos estejam alicerçados na garantia da universalização e da qualidade social da educação em todos os seus níveis e modalidades, bem como da democratização de sua gestão.

Este último desafio envolve além da qualidade social da educação e sua possível gestão democrática, a articulação entre os sistemas de ensino e a sua universalização. Voltando a discussão para a qualidade, pois é ela que está em evidência em todos os desafios aqui apresentados, problematiza-se agora a inserção dos estudantes oriundos de escolas públicas a universidade. Ou seja, a qualidade oferecida atualmente pelas escolas públicas de nível básico faz com que os alunos tenham menos condições do acesso à universidade pública.

[...] articular o ensino superior público e outros níveis de ensino público. Sem uma reforma radical do ensino fundamental e do ensino médio públicos, a pretensão republicana e democrática da universidade será inócua. A universidade pública tem que se comprometer com a mudança no ensino fundamental e no ensino médio públicos. A baixa qualidade do ensino público nos graus fundamental e médio tem encaminhado os filhos das classes mais ricas para as escolas privadas e, com o preparo que ali recebem, são eles que irão concorrer em melhores condições às universidades públicas, cujo nível e cuja qualidade são superiores aos das universidades privadas. (CHAUI, 2003, p. 13)

Dessa forma, novamente enfatiza-se a necessidade de aprimorar a qualidade da educação nos níveis fundamental e médio. Do contrário a universidade pública continuará tendo egressos principalmente de escolas privadas e de classe média alta, uma disputa desigual provocada pela forma de ensino e qualidade da educação entre essas as escolas, mais uma expressão da questão social presente no espaço da escola, fruto das relações sociais desiguais resultado de uma sociedade capitalista que faz com que até mesmo o conhecimento seja uma mercadoria.

O Estado tem papel fundamental para essa mudança para a qualidade da educação, em todos os níveis, mas para que se efetive a mudança é preciso que a população exija a intervenção do Estado, exigir “antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço”. (CHAUI, 2003, p. 11)

Um dos resultados da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010) foi à análise do Plano Nacional de Educação em Vigência, contribuindo para a reformulação e elaboração do novo PNE (2011-2020) ainda em discussão, esperando para sua aprovação. Na redação do novo Plano Nacional de Educação Art. 2º estão expressas as novas diretrizes, entre elas:

**I - erradicação do analfabetismo** – em relação a essa diretriz houve uma queda significativa de sujeitos com idade entre 15 anos ou mais no período de 2000 a 2010. No ano de 2000, com uma população de 119.533.048 habitantes o Brasil possuía 16.294.889 analfabetos. Em 2010 a população brasileira contava 144.823.504 habitantes, entre esses 13.940.729 eram analfabetos. A queda foi de 13,63% anos 2000 à 9,63% nos anos 2010. (BRASIL/ Programa Brasil Alfabetizado, [2011]).

**II - universalização do atendimento escolar** – Essa talvez seja a diretriz que mais o Brasil se empenha em cumprir, para isso unem-se outras secretarias como a Assistência Social que impõe a condicionalidade da frequência na escola das crianças e adolescentes para o benefício do Programa Bolsa Família, o Conselho Tutelar e a Política de Saúde. Dessa forma os dados do Censo Escolar de 2010 apontam o índice de matrículas nas escolas de educação básica do Brasil.

Nos 194.939 estabelecimentos de educação básica do país estão matriculados 51.549.889 alunos, sendo que 43.989.507 (85,4%) estão em escolas públicas e 7.560.382 (14,6%) em escolas da rede privada. As redes municipais são responsáveis por quase metade das matrículas – 46,0% - o equivalente a 23.722.411 alunos, seguida pela rede estadual, que atende a 38,9% do total, o equivalente a 20.031.988. A rede federal, com 235.108 matrículas, participa com 0,5% do total. (BRASIL/ Censo escolar [2010]).

Sendo que a matrícula para o ensino médio, profissional e EJA não atinge metade das matrículas do ensino fundamental. No ano de 2010 foram 31.005.341 matrículas para o ensino fundamental, mas a continuação do estudo para o ensino médio foi de aproximadamente 13.570.000, mesmo juntando as matrículas do ensino profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA). (BRASIL/ Censo Escolar [2010]).

**III - superação das desigualdades educacionais; IV - melhoria da qualidade do ensino** - Essas diretrizes se assemelham e se complementam, ambas visam a qualidade da educação, pois superar as desigualdades é em suma querer a melhoria da educação em âmbito geral e universal.

Os Indicadores da Qualidade na Educação baseiam-se numa visão ampla de qualidade educativa e, por isso, abrangem sete dimensões: ambiente educativo; prática pedagógica e avaliação; ensino e aprendizagem da leitura e da escrita; gestão escolar democrática; formação e condições de trabalho dos profissionais da escola; ambiente físico escolar; acesso e permanência dos alunos na escola. (CANAL DO EDUCADOR, [2011])

Dessa forma pode-se dizer que a melhoria depende de uma série de fatores que juntos contribuirão para a igualdade da educação no Brasil. Esses fatores permeiam a forma de gestão da política educacional, bem como a gestão no espaço da escola, os recursos físicos, matérias, financeiros e humanos.

As diretrizes que visam: **V - formação para o trabalho; VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental; VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto** – mencionam pontos principais que a escola ainda precisa investir e avançar, precisa ainda incluir conteúdos pedagógicos que visem o conceito da humanização das relações que estão cada vez sendo mais esquecidas pelos jovens, resultando em inúmeras violências no espaço da escola.

A questão da promoção da sustentabilidade sócio-ambiental e a promoção científica e tecnológica do país trás também o tema da formação para o trabalho, e para tanto atinge a meta de aplicação dos recursos públicos para a educação, porcentagem do PIB. O Brasil investe 5,1% do Produto Interno Bruto na educação, o PNE (2001-2010) havia estabelecido o acréscimo para 7% até 2010, o que não ocorreu. A Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010) aprovou a ampliação de 1% do PIB à educação por ano. A proposta sendo aprovada pelo Congresso Nacional atingiria no ano de 2011 o PIB de 7% e em 2014 10%. Espera-se que seja aceita e incluída no PNE (2011-2020).

**IX - valorização dos profissionais da educação** – para essa diretriz ainda se encontram disparidades entre escolas, dependências administrativas e regiões, como já anteriormente mencionado. Na edição (7) sete do Jornal do Professor, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), relatou que ainda existam muitas desigualdades entre regiões, bem como entre estados e municípios da mesma base territorial. Entre as desigualdades esta a salarial que em alguns casos ultrapassa 400%. Ele destaca que “A solução para este problema consiste na implementação de políticas eqüitativas coordenadas pela União”. (SCHENINI, [2011]).

**X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação** – a gestão democrática do ensino público esta preconizada no inciso VI do artigo 206 da Constituição Federal. A gestão democrática compreende o princípio da participação na sociedade, sendo assim, os espaços escolares que integram essa prática contribuem para uma educação emancipadora. “Essa participação requer, em primeiro lugar, que a comunidade tenha conhecimento e consciência de seu espaço de poder, e de que a “coisa pública” pertence aos cidadãos” (BORDIGNON, 2005, p. 6), uma conscientização da população enquanto sujeito de direitos.

[...] Os cidadãos querem mais do que ser executores de políticas, querem ser ouvidos e ter presença em arenas públicas de elaboração e nos momentos de tomada de decisão. (...) A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. (CURY, 2005, p. 18)

Para se ter um trabalho fundado na gestão democrática, é preciso saber conviver de forma democrática e esse ainda é um desafio nos espaços escolares.

A participação da família na escola, mencionada nas entrevistas realizadas com os professores como “falta de participação”, retratam uma questão que não é “um fenômeno exclusivo da escola, mas que estende-se a outros campos sociais, uma vez que é reproduzido culturalmente e politicamente (...)” (AMARO et al, 1997, p. 45). O fato é que existe uma realidade vivida pelos alunos e seus familiares que são externas a escola e que impactam relação destas famílias com a escola.

No Brasil, as escolas públicas estão inseridas numa realidade social cujos problemas nas esferas da moradia, da alimentação, do acesso a bens culturais, afetam as populações em desenvolvimento e certamente limitam sua participação mais efetiva nas decisões políticas e até mesmo a reivindicação dessa participação. (MENDES, 2009 p. 92).

Dessa forma cabe a escola proporcionar com que a participação seja mais efetiva, criar mecanismos para isso e sobre tudo, conhecer essas famílias em suas realidades que reproduzem desigualdade na sociedade capitalista, e com isso encorajar a participação. Do contrario, a participação vira burocracia, tarefa obrigatória e até forma de punição aos pais e/ou alunos que tem a obrigatoriedade da presença física, porem não exercitam uma participação qualificada, democrática.

(...) a participação ativa dos pais na gestão da escola e as assembleias de eleição dos conselhos escolares torna-se, em algumas escolas, uma ficção, reduzidos a uma lista de assinaturas coletadas para reproduzir um

consenso inexistente, sobre assuntos que nunca foram discutidos. (AMARO et al, 1997, p. 63)

A escola não é somente espaço da criança e do adolescente, é também da família, mas disso depende seu reconhecimento enquanto tal, e com, a participação democrática, outros temas se tornam melhor entendidos e tratados com o respeito que merecem, como: a equidade e a diversidade presente no mundo e na escola.

Pensar em uma escola democrática implica pensar em alunos que são sujeitos do processo educacional. Uma escola democrática precisa ultrapassar os discursos e ter efetivamente hábitos democráticos. (...) uma educação para a democracia não pode concretizar-se apenas em atos esporádicos de exercício do voto em determinadas decisões; ela precisa fazer parte da vida das pessoas. A formação para a democracia pressupõe ações efetivamente democráticas no cotidiano da escola. (MENDES, 2009 p. 110).

As novas diretrizes apontam medidas importantes para a melhoria da educação, incluindo-se entre elas a própria melhoria. Algumas das diretrizes já estão em partes sendo alcançadas, como a questão da erradicação do analfabetismo e universalização do ensino, mas para atingir-se de fato a terceira diretriz, superação das desigualdades educacionais, ainda precisa de muito investimento e empenho dos atores vinculados a essa política, tanto a nível de recursos, como engajamento entre os governantes, profissionais da educação e a própria comunidade.

As diretrizes vêm acompanhadas de metas para o alcance de seus indicadores, e para o ensino fundamental, nível escolhido para esse estudo, são as seguintes:

Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos; Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária; Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica; Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional; Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional; Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. (BRASIL /PNE 2011- 2020, [2011]).

As desigualdades presentes na política de educação, quer seja entre regiões, entre instancias e dependências administrativas, ou ainda entre as próprias escolas da mesma região e dependência administrativa, prejudicam o cotidiano e o

desenvolvimento educacional dos sujeitos mais interessados, os estudantes, as crianças e os adolescentes. São eles os principais atingidos pela ineficiência de gestão dessa política, tanto na falta dos professores, na qualidade do ensino, na qualidade da merenda escolar, entre inúmeros outros fatores que a escola por vezes ainda não tem condições de assumir, que são os fatores da própria realidade cotidiana desses sujeitos, envolvidos pelas desigualdades sociais que assolam os trabalhadores dessa sociedade capitalista. A realidade de vida que está fora/dentro da escola e que o muro já não consegue separar. As escolas precisam se preparar para isso, só assim as metas serão cumpridas, e a formação e desenvolvimento desses sujeitos poderá se tornar integral.

No item a seguir será abordada as diferentes dependências administrativas da educação, o Estado e o Município, ambos responsáveis pela política, mas ainda sem integração e sim disparidades. Para esse estudo optou-se por entrevistar atores dessas duas instancias, pesquisou-se uma escola Estadual e uma Municipal.

### 3.2 O ESTADO E O MUNICÍPIO: SUAS VERSÕES DE ESCOLAS PÚBLICAS

É dever do Estado a garantia do **direito à educação de qualidade**, estabelecido na Constituição Brasileira de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e no Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), considerado direito social e com estatuto de direito humano consignado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional de Direitos Sociais Econômicos e Culturais de 1966. (CONAE, 2010, p. 19)

A oferta ao ensino pode ser ministrada tanto pelo governo Federal, Estadual e Municipal, como ainda através da iniciativa privada. Sendo que todos os níveis e organizações de ensino devem seguir as direções postas pela Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases e pela Política Nacional de Educação em vigência.

Na Lei n.º 5.751 - de 14 de maio de 1969 é estabelecido o Sistema Estadual de Ensino, destacando os fins para a educação estadual tendo como inspiração os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana (Art. 1º):

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum;
- d) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e

vencer as dificuldades do meio;  
f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;  
g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça. (RIO GRANDE DO SUL, 1969)

O texto constitucional do Estado do Rio Grande do Sul de 3 de outubro de 1989 e devidas alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº 1, de 1991, a 59, de 2011, reafirma o direito a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, baseada na justiça social, na democracia e no respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos valores culturais, visando ao desenvolvimento do educando como pessoa e à sua qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania (Art. 196), consoantes com os princípios da educação nacional. Sendo ainda dever do Estado (Art. 199):

I - garantir o ensino fundamental, público, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso a ele na idade própria;  
II - promover a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;  
III - manter, obrigatoriamente, em cada Município, respeitadas suas necessidades e peculiaridades, número mínimo de: a) creches; b) escolas de ensino fundamental completo, com atendimento ao pré-escolar; c) escolas de ensino médio;  
IV - oferecer ensino noturno regular adequado às condições do educando;  
V - manter cursos profissionalizantes, abertos à comunidade em geral;  
VI - prover meios para que, optativamente, seja oferecido horário integral aos alunos de ensino fundamental;  
VII - proporcionar atendimento educacional aos portadores de deficiência e aos superdotados;  
VIII - incentivar a publicação de obras e pesquisas no campo da educação.

É também de competência do Estado zelar pelo acesso e permanência dos educandos, fazendo-lhes chamada pública e comprovando a freqüência dos alunos de nível fundamental a educação. Em relação ao financiamento para a educação, no Art. 202 fica explícito que o Estado deverá aplicar no mínimo trinta e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. Sendo que o financiamento repassado ao município para a educação/escolas municipais, não é considerado receita do Estado para efeito de cálculos.

Art. 202 - § 2º - Não menos de dez por cento dos recursos destinados ao ensino previstos neste artigo serão aplicados na manutenção e conservação das escolas públicas estaduais, através de transferências trimestrais de verbas às unidades escolares, de forma a criar condições que lhes garantam o funcionamento normal e um padrão mínimo de qualidade.

Sendo assim para o repasse e proporcionalidade dos recursos financeiros do Estado aos municípios terão como critérios (Art. 205): I - o percentual orçamentário municipal destinado à educação pré-escolar e ao ensino fundamental; II - o número de alunos da rede municipal de ensino; III - a política salarial do magistério; IV - a prioridade aos Municípios que possuam menor arrecadação tributária.

Aos sistemas municipais cabem ainda, a sua organização de acordo e colaboração com os sistemas Federal e Estadual.

Além dos recursos originários dos entes estaduais e municipais, verbas federais também integram a composição do Fundeb, a título de complementação financeira, com o objetivo de assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano (R\$ 1.722,05 em 2011) a cada estado, ou ao Distrito Federal, em que este limite mínimo não for alcançado com recursos dos próprios governos. O aporte de recursos do governo federal ao Fundeb, de R\$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,2 bilhões em 2008, aproximadamente R\$ 5,1 bilhões para 2009 e, a partir de 2010, será de 10% da contribuição total de estados e municípios (FUNDEB, 2011).

A lei nº 8198/1998 cria o sistema municipal de ensino de Porto Alegre, estabelece a educação como “instrumento da sociedade para a promoção do exercício da cidadania, fundamentada nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade, democracia, justiça social e felicidade humana, no trabalho como fonte de riqueza, dignidade e bem estar”, e tem por fim:

- I – o Pleno desenvolvimento do ser humano e seu aperfeiçoamento;
- II – a formação de cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social e conscientes de seus direitos e responsabilidades, desenvolvendo-lhes os valores éticos e o aprendizado da participação;
- III – o preparo do cidadão, para o exercício da cidadania, a compreensão e o exercício do trabalho, mediante o acesso à cultura do conhecimento humanístico, científico, tecnológico e artístico e ao desporto;
- IV – a produção e difusão do saber e do conhecimento;
- V – a valorização e promoção da vida;
- VI – a preparação do cidadão para a efetiva participação política
- VII – a qualificação ou requalificação profissional do cidadão, através do oferecimento de cursos de educação profissional de nível básico, e técnico nas instituições de ensino municipal. (PORTO ALEGRE, [1998])

De acordo com a proposta pedagógica para o ensino fundamental das escolas municipais de Porto Alegre, o ensino terá duração de nove anos, e será organizado em três ciclos: 1) crianças com idade de 6, 7 e 8 anos de idade; 2) pré-adolescentes de 9, 10 e 11 anos de idade e; 3) adolescentes dos 12 aos 14 anos de idade. Essa organização “visa a respeitar o ritmo, o tempo, as experiências e as características da faixa etária dos alunos” (PORTO ALEGRE/SMED, [2011]).

O site da SMED informa que cabe a cada escola escolher a forma de organização do ensino prestado, a partir de seus projetos político-pedagógicos e regimentos, mas deverá optar por uma modalidade de ensino que poderá ser “organização por complexo temático, tema gerador, projetos, entre outros”. As escolas deverão ainda estabelecer a oferta de equipamentos para a organização dos Ciclos de Formação, conforme:

- a) Formação qualificada dos profissionais em serviço;
  - b) Professor Volante (Itinerante) - um para cada três turmas;
  - c) Reuniões pedagógicas semanais por turno;
  - d) Oferta de Complemento Curricular, também no turno inverso, como Teatro, Música e Artes Plásticas, Informática, Língua Estrangeira, Letramento;
  - e) Coordenação Cultural, responsável pela ampliação da participação dos alunos/as e da comunidade nos eventos culturais da cidade;
  - f) Turmas de Progressão – correção de fluxo;
  - g) Laboratórios de Aprendizagem- oferecidos para os/as alunos/as em turno diferente do que estão matriculados;
  - h) Salas de Integração e Recursos, para atendimento mais especializado.
- (PORTO ALEGRE/SMED, [2011])

A Secretaria Estadual de Educação informa que em Porto Alegre/RS existem 48 Escolas Públicas Municipais e 223 Escolas Públicas Estaduais, para o nível de ensino fundamental. Os dados referentes a matrícula dos estudantes no nível fundamental de ensino, nas duas instancias, no ano de 2010 é de: 105.750 para as escolas estaduais e 39.385 para as escolas municipais. Em relação ao número de professores em exercício da rede municipal é equivalente a 2.408, e da rede estadual é equivalente a 6.240, sendo que um mesmo professor pode estar em mais de uma dependência administrativa, município e escola. (Censo Escolar 2010).

O número de escolas estaduais é muito maior que o de escolas municipais, assim como maior é o número de alunos. Comparando o número de professores ao número de escolas, verifica-se que a rede municipal possua aproximadamente 50 professores por escola, já na rede estadual são aproximadamente 27 professores por escola. É possível ainda, que um mesmo professor ministre aulas em mais de uma escola e em mais de uma dependência administrativa. Falando ainda das diferenças, a remuneração salarial também é uma delas, a rede municipal remunera melhor que a rede estadual. No quadro a seguir, busca-se elencar de forma sucinta e objetiva as diferenças e semelhanças entre as instancias Estaduais e Municipais de educação.

**Quadro 3 - Educação - Diferenças e Semelhas: O Estado e o Município.**

ESTADO	MUNICÍPIO
<p><b>Finalidade da educação estadual:</b> Lei nº 5751/1969</p> <p>Compreensão dos direitos e deveres; respeito a dignidade e a liberdade; desenvolvimento integral; preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos; preservação e expansão do patrimônio cultural e; condenação a qualquer tratamento desigual.</p>	<p><b>Finalidade da educação municipal:</b> Lei nº 8198/1998</p> <p>Desenvolvimento e aperfeiçoamento do ser humano; formação de cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social, conhecedores de seus direitos e responsabilidades; preparo do cidadão para o exercício da cidadania, a compreensão e o exercício do/para o trabalho; a produção e difusão do saber e do conhecimento; a valorização e promoção da vida; preparação para efetiva participação política e; a qualificação ou requalificação profissional do cidadão.</p>
<p>A educação, como <b><u>direito de todos e dever do Estado e da família, baseada na justiça social, na democracia e no respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos valores culturais, visando ao desenvolvimento do educando como pessoa e à sua qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania.</u></b></p>	<p>A educação como <b><u>instrumento da sociedade para a promoção do exercício da cidadania, fundamentada nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade, democracia, justiça social e felicidade humana, no trabalho como fonte de riqueza, dignidade e bem estar.</u></b></p>
<p><b>Proposta pedagógica:</b></p> <p>Ensino fundamental, público, obrigatório e gratuito; progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; oferecer ensino noturno regular adequado às condições do educando; cursos profissionalizantes, abertos à comunidade em geral; proporcionar atendimento educacional aos portadores de deficiência e aos superdotados; incentivar a publicação de pesquisas no campo da educação</p>	<p><b>Proposta pedagógica:</b></p> <p>Ciclos de formação divididos em: 1) crianças com idade de 6, 7 e 8 anos de idade; 2) pré-adolescentes de 9, 10 e 11 anos de idade e; 3) adolescentes dos 12 aos 14 anos de idade.</p> <p>Caberá a escola: Formação qualificada dos profissionais em serviço; Professor Volante; Reuniões pedagógicas semanais por turno; Oferta de Complemento Curricular, no turno inverso; Coordenação Cultural; Laboratórios de Aprendizagem; Salas de Integração e Recursos, para atendimento mais especializado.</p>

Fonte: sistematização da autora a partir das leis: nº 5751/1969 e 8198/1998.

Com essa sistematização elaborada a partir da legislação da educação é possível visualizar que ambas as instancias administrativas afirmam a preocupação com a formação para a cidadania. O município ainda vai mais além, para a preparação efetiva da participação política do cidadão.

A participante familiar Dora relata que a inclusão da forma de ensino por ciclos de formação impactou na queda da qualidade de ensino oferecido anteriormente pelas escolas municipais.

“perdeu muito a qualidade, nem provas ele fazem. Esse método de não reprovar o aluno também não aprova porque eles passam de serie mais não sabem nada, e quando sair da escola municipal e ir para uma estadual vai ser pior”

a familiar Dora menciona que ao trocar seu filho de escola, pois o ensino médio é oferecido pela escola estadual, ele terá de enfrentar dificuldades provocadas pela forma de ensino que teve. A diferença maior observada se refere ao Ciclo de Formação como proposta pedagógica, onde a sistematização cabe a cada escola eleger. Os outros aspectos como finalidade e objetivos para a educação se assemelham entre as duas instancias. Ainda assim, Maria professora entrevistada, relata que “a escola estadual deveria ser a melhor, a mais bem equipada com tudo, oferecer tudo àquele aluno, mas infelizmente isso ainda não acontece” (professora Maria).

As diferenças e disparidades da educação pública ultrapassam a divisão entre instancias Estaduais e Municipais, vai mais além, existem diferenças entre escolas da mesma instancia e mesma localização geográfica. Nessa realidade, verificam-se escolas bem equipadas, com constante manutenção, e qualidade de ensino e Índice de Desenvolvimento elevados, e em outras a realidade é diferente, com baixo Índice de Desenvolvimento, recursos escassos e precários (JORNAL NACIONAL, [2011]). Os motivos das diferenças podem ser indicados como: forma de gestão; parcerias estabelecidas com outras secretarias; desenvolvimento de projetos para complementar a forma de educação prestada; perfil da comunidade onde está localizada a escola, e que podem incidir em maior violência, roubos, vandalismo, entre tantos outros, em constantes evidencias na mídia.

Considera-se importante mencionar, como já apontado no item 2.4, a questão do aperfeiçoamento profissional, que de acordo com a legislação vigente o município se difere do estado, principalmente na questão do financiamento. Os professores do município tem seu direito de afastamento e custeio de cursos de capacitação respaldados, já os professores do estado precisam esperar cinco anos para assim concorrer a bolsas de financiamento.

Outro ponto a se considerar são os exemplos de atividades chamadas “Boas Praticas”, que podem ser consideradas como experiências desenvolvidas na escola ou na comunidade de cunho educativo, esportivo, cultural, entre outros. São

projetos trabalhados pela comunidade escolar, como: Programa Mais Educação<sup>9</sup>; Programa Saúde na Escola<sup>10</sup>; Escola Aberta<sup>11</sup>; Programa Segundo Tempo<sup>12</sup>, e outras tantas atividades, mesmo pequenas, que auxiliem e contribuam para uma educação mais integral, seja através de políticas ou projetos sociais, ou ainda uma ação direcionada por um trabalhador escolar, como: Oficinas de leitura, gincanas temáticas, feira de ciências, oficina de música, oficina de plantio de horta, inclusão digital, etc. Ou seja, boas práticas significam novas técnicas para o desenvolvimento de uma determinada tarefa, no caso a educação escolar. Ações que objetivam o estímulo a soluções criativas em busca da educação integral.

As atividades denominadas Boas Práticas dependem para o seu desenvolvimento, de engajamento, comprometimento e supervisão da escola e da sua gestão, do contrário comprometem os objetivos do programa e sobrecarregam os trabalhadores da escola. Com o seu bom desenvolvimento auxilia na relação da educação escolar e para cidadania, dessa forma a escola que oferece suas boas práticas se torna diferencial.

---

<sup>9</sup> O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educação científica e educação econômica. (BRASIL / MINISTERIO DA EDUCAÇÃO [2011])

<sup>10</sup> O Programa Saúde na Escola (PSE) visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida dos educandos. O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos à saúde e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. (BRASIL / MINISTERIO DA EDUCAÇÃO [2011])

<sup>11</sup> O Programa Escola Aberta incentiva e apoia a abertura, nos finais de semana, de escolas públicas de educação básica localizadas em territórios de vulnerabilidade social. Em parceria, a comunidade escolar e a do entorno ampliam sua integração planejando e executando atividades educativas, culturais, artísticas e esportivas. A proposta do Programa visa fortalecer a convivência comunitária, evidenciar a cultura popular, as expressões juvenis e o protagonismo da comunidade, além de contribuir para valorizar o território e os sentimentos de identidade e pertencimento. A troca de saberes pode redimensionar os conteúdos pedagógicos, tornando a escola mais inclusiva e competente na sua ação educativa, favorecendo novas práticas de aprendizagem e proporcionando oportunidades de promoção e exercício da cidadania. (BRASIL / MINISTERIO DA EDUCAÇÃO [2011])

<sup>12</sup> O esporte, como expressão de cultura, é um fator de desenvolvimento humano, portanto, a educação não pode prescindir dessa produção humana representada pelas atividades de esporte e de lazer, especialmente pelo caráter lúdico e pela atração e fascínio que exerce sobre crianças e adolescentes. Nesse sentido o Ministério do Esporte, em parceria com o Ministério da Educação, na perspectiva do Programa Mais Educação, pretende ampliar o Programa Segundo Tempo para promover o acesso ao esporte, tendo como foco de intervenção a Educação Básica. (BRASIL / MINISTERIO DA EDUCAÇÃO [2011])

Na pesquisa realizada para esse estudo visitou-se duas escolas, sendo uma estadual e uma municipal, ambas em Porto Alegre, mas em regiões distintas. A escola municipal pertence a um bairro de periferia na região extremo sul, já a escola estadual em uma região central, bairro classificado como sendo de classe média alta.

Talvez esse o motivo das diferenças observadas. Desde a localização, os recursos materiais e arquitetônicos, até mesmo os estudantes se mostraram diferentes. Fato que impactou no desenvolvimento do grupo focal realizado com os adolescentes dessas duas escolas. Na escola municipal estavam mais dispostos a participar, tinham reivindicações a fazer da própria escola e desabafos da realidade em que viviam. Na escola estadual as preocupações eram outras, muito mais relacionadas à fase da vida em que estavam do que com a forma de educação que recebiam da escola. Essa escola estadual é uma diferença em relação às diversas outras escolas do Brasil, outras como ela devem sim existir, mas certamente são a minoria.

A qualidade da educação prestada pela escola deve vir acompanhada do conhecimento da realidade na qual ela está inserida, no conhecimento da comunidade, dos alunos e de seus familiares, entender como vivem, pensam e quais são as suas necessidades. E precisa de engajamento entre os profissionais da escola.

“As vezes eu sinto muita falta de um apoio, as vezes tu sabe que aquele aluno precisa que venha pai e que venha mãe, aí tu pede e pede, mas aquilo não volta sabe, então as vezes tu não consegue fazer o teu trabalho tão bem quanto tu faria por falta de apoio da escola, do apoio da direção”  
(Professora Cachorro).

A qualidade da educação também depende da articulação e união entre esses atores: comunidade, família, profissional da educação, e claro, do Estado. Para a efetiva mudança e articulação da realidade social com a escola em prol da sua qualidade, outros profissionais devem integrar-se no espaço da escola, como o Assistente Social que é profissional capaz de fazer a leitura dessa realidade que permeia a escola, que não são tão somente fatores ligados a aprendizagem, capaz de realizar a união e intersectorialidade entre as demais políticas sociais e públicas junto a escola, e assim caminhar para a qualidade da educação brasileira. O qual será mencionado no capítulo a seguir.

## 4 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: UMA EQUAÇÃO NECESSÁRIA

*“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”  
(Provérbio Nigeriano)*

A escola, a princípio pensada como espaço de ensino<sup>13</sup>, aprendizagem<sup>14</sup> e formação<sup>15</sup>, tornou-se também um espaço de cuidado<sup>16</sup>, um espaço de promoção dos direitos da criança e do adolescente, um espaço desses seres que necessitam de proteção e vigília, um dever de toda a sociedade. Sendo assim, é preciso conhecer esse local de ensino, aprendizagem e cuidado, e saber qual é a realidade de seus alunos e da comunidade a que estão inseridos. Somente os conteúdos disciplinares não alcançam a aprendizagem por completo, existe um conhecimento que é maior, que permeia a vida desses sujeitos, que participa da realidade de vida deles, da forma como vivem, dos bens que pode acessar, da cultura, da família, enfim, todos os conhecimentos que estão aí e que ultrapassam, tanto de fora para dentro, como de dentro para fora, os muros e o cotidiano escolar. Dessa forma, o educador sozinho não consegue alcançar todas as necessidades e demandas de seus alunos. E esse é o momento de inserção de novos conhecimentos no espaço escolar. Trazendo essa discussão de inserção à profissão do Serviço Social na educação, torna-se importante o conhecimento da mesma.

### 4.1 ASSISTENTE SOCIAL & POLÍTICA EDUCACIONAL & ESCOLA

O Assistente Social é o profissional graduado em Serviço Social, profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, atua na Questão Social oriunda e parte da “produção e reprodução da vida social” (IAMAMOTO, 2004, p. 27) na sociedade capitalista. É uma profissão regulamentada pela Lei nº 8.662 do ano de 1993 e orientada pelo Código de Ética Profissional, resolução CFESS nº 273 do ano de 1993.

Os princípios fundamentais que orientam a atividade profissional dos assistentes sociais são:

O reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos

---

<sup>13</sup> Ensinar: dar instrução sobre, ministrar conhecimento, doutrinar, indicar, mostrar, instruir. (RIOS, 1999, p. 248)

<sup>14</sup> Aprender: tomar conhecimento, ficar sabendo, reter na memória, entender, informar-se. (RIOS, 1999, p. 103)

<sup>15</sup> Formar: criar dando forma, determinar, estabelecer, instruir, educar, diplomar, promover. (RIOS, 1999, p. 285)

<sup>16</sup> Cuidar: ter atenção, pensar, meditar, proteger, prevenir, assistir, tratar. (RIOS, 1999, p. 200)

indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vista à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CFESS, 1993a)

Dessa forma, tendo como horizonte a construção de uma nova ordem societária, sem qualquer forma de exploração social, e, com o compromisso firmado com a qualidade de seus serviços, os assistentes sociais se inserem nas políticas sociais objetivando amenizar as desigualdades provocadas pela atual sociabilidade.

O objeto de trabalho do Assistente Social está nas múltiplas expressões da questão social, que é compreendida como

[...] expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2004, p. 27)

Nisso o profissional de Serviço Social tem como fim para o seu trabalho participar na construção do sujeito social, conhecedor dos seus direitos e responsabilidades, na concepção mais ampla de cidadania. Um trabalho que envolve sensibilidade humana para as consequências da questão social na vida dos sujeitos usuários de seus serviços. (FAUSTINI, 2004).

A sociabilidade atual, regida pelos parâmetros do capital, tem o seu bem centrado no consumo, na sua valorização, comercialização, capitalização e também financeirização de tudo o que se pode vender e/ou consumir. Dessa forma tudo pode ser objeto de transação econômica, tudo tem um preço.

Todos os sujeitos partes dessa sociedade teriam os mesmos direitos e deveres na participação dessa forma de organização e trocas financeiras, mas o fato é que nem todos tem as mesmas condições e oportunidades, porque é uma sociedade desigual, e dessa forma muitos são os trabalhadores para os poucos donos dos meios de produção e riqueza.

E é essa a raiz da Questão Social, a pobreza entre os trabalhadores, que acarreta em uma serie de competições e individualismo para assim poder se manter inserido no mercado de trabalho. Uma realidade de sociedade na qual convivem as características de condições desiguais entre os sujeitos.

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens (...). Essa inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história da auto-alienação humana. (IAMAMOTO, 2008, p. 48).

Com isso, diversas são as situações vivenciadas pelos sujeitos, que enquanto classe trabalhadora sofre e vive processos cotidianos de alienação, subordinação e exploração. Na busca incessante por sua sobrevivência e de sua família, os sujeitos se digladiam por inserção no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, gerando relações humanas coisificadas, competições desenfreadas, exclusão do mercado de trabalho, sujeitos que não mais conseguem se inserir no mercado de trabalho. E na atualidade, já não se pode classificar o trabalhador desempregado como anteriormente pensado por Marx “exército de reserva”, o desemprego é a realidade.

Enquanto isso o capital se valoriza cada vez mais, não existem mais barreiras para ele, tudo é permitido, o que importa é o lucro. O mundo do capital é global, multinacional, transnacional...

A realidade é uma gradativa inclusão de sujeitos às políticas, aos programas e benefícios sócio-assistenciais. Sujeitos esses que até bem pouco tempo atrás tinham suas carteiras profissionais assinadas e que hoje não conseguem novas inserções.

A questão social cada vez mais é banalizada, a quem diga que existe hoje uma nova questão social, o fato é que é a mesma, com novas reformulações, mas ainda a mesma e cada vez mais expressiva, a metamorfose da questão social se dá na medida em que o capital assume cada vez mais poder na sociedade global subalternizando as sociedades em sua singularidade. (NETTO, 2006).

Com essa sua nova roupagem, não há mais ser humano que esteja inserido/incluído plenamente na sociedade, mesmo os que participam dos bens socialmente produzidos sofrem expressões de insegurança, também fruto da realidade atual, parte da questão social.

Ainda que a Questão Social seja indissociável a essa realidade ocasionada pela sociedade capitalista, ela também tem seu importante espaço de resistência e rebeldia.

É nessa tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2004, p. 28).

A educação teria importante papel nessa questão da resistência se de fato formasse seus educandos, quem recebe a educação, o aluno, para a consciência crítica, capazes de entender o que se passa na sociedade, conhecê-la, conhecer seus direitos de cidadãos e se constituírem em instrumento efetivo de controle social para as políticas e direitos sociais. Talvez ela fosse à ferramenta importante para a transformação social.

A história da educação articula de modo não linear a relação entre as esferas privada e pública, grupal e comunitária, econômica e ideológica da vida em sociedade. Considerando, portanto, a educação como uma dimensão complexa e histórica da vida social, compreende-se a política educacional como uma dada expressão das lutas sociais, em particular, aquelas travadas em torno da disputa pela hegemonia no campo da cultura que não pode ser pensada de forma desconexa da sua dinâmica particular com o mundo da produção. (ALMEIDA, 2004, p. 4).

O direito a educação pública foi uma conquista aos direitos sociais, e a preocupação na atualidade é com a universalidade e qualidade desse direito, não basta que as crianças e adolescentes estejam inseridos, a luta agora deveria ser com a forma e qualidade dessa inserção, manutenção e seu impacto na vida desses sujeitos. A qualidade dessa inserção garante o exercício de cidadania ou pode se configurar como uma inserção que desqualifica, uma inserção que exclui.

São tantas as demandas da escola, para além do seu objetivo inicial de educar, que acabam por atrapalhar a efetiva qualidade de seus propósitos e nisso fica prejudicado o acolhimento integral de seus educandos. Frente a realidade que

vem cada vez mais se apresentando nesse espaço institucional que se dá a necessidade de inserção do assistente social na Política Educacional e na escola.

A presença dos assistentes sociais nas escolas expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial. (ALMEIDA, 2004, p. 6).

A realidade presente em uma sociedade capitalista é permeada por desigualdades econômicas, políticas e sociais, dessa forma, inclusive alguns direitos sociais são negligenciados. O Assistente Social conhecendo a realidade atual de sociedade e em busca de uma sociedade mais justa e igualitária, se insere nas políticas sociais, tentando decifrar a realidade social e dar respostas às expressões da questão social. E a política educacional não é alheia a essa realidade que permeia a sociedade

[...] o sistema de ensino também se constitui em um espaço de concretização dos problemas sociais. No atual contexto brasileiro o sistema de ensino, além de se mostrar “insuficiente” no que se refere a quantidade de vagas para o atendimento dos alunos, temos também como grande desafio da “melhoria” de sua qualidade. (CFESS, 2001, p. 11).

E esse é o ponto de partida, a efetividade com qualidade e respeito! É dever do Estado prover a Educação Pública, garantindo o acesso e a permanência do aluno na escola, mas o quadro que se evidencia na realidade cotidiana das escolas contradiz em parte o que preconiza a lei.

Na escola o ritmo de acontecimentos e trabalho é muito acelerado, o número de sujeitos a serem atendidos é enorme, desde os alunos e suas famílias até mesmo os trabalhadores e educadores, e a supervisão escolar não consegue dar respostas a todas as demandas que se apresentam.

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta (...) possibilitando consequentemente uma ação mais efetiva. (CFESS, 2001, p. 12).

O assistente social inserido na política educacional e na escola poderia contribuir para as questões relacionadas à realidade social que permeiam a vida dos

sujeitos envolvidos a escola, que não sejam somente as de aprendizagem, como informação e busca de acesso aos direitos dos alunos e dos demais membros da comunidade escolar. É profissional capaz de identificar os fatores sociais externos a escola como: trabalho infantil, drogadição, violência doméstica, abusos, entre outros vivenciados por alunos (crianças e adolescentes) que podem resultar no fracasso escolar ou no abandono da escola (AMARO et al, 1997).

É profissional capaz de buscar a articulação e integração dos demais setores e políticas sociais junto a escola em benefício das crianças, adolescentes, família e trabalhadores da escola. Uma perspectiva de promoção da integralidade e intersetorialidade no espaço da escola, entre a política de educação e demais políticas públicas, na busca de uma educação integral e universal com qualidade.

Ainda que, conforme Tonet (2008) a educação integral somente seja possível a partir da construção de uma nova sociabilidade, pois na sociedade regida pelos parâmetros do capital, do lucro e da competitividade não o é possível. Outros atores podem compor essa política pública e iniciar, mesmo que a pequenos saltos, a busca da sua qualidade.

A leitura social do fracasso escolar revela que ele não é apenas uma questão de aprendizagem, mas sim de fatores sociais que estão dentro e fora da escola, e que redundam em “disparidades entre a série cursada e a idade do aluno e ao histórico de repetências sucessivas” (AMARO et al, 1997, p. 27), são temas emergentes vividos cotidianamente na escola e dessa forma ela precisa estar atenta, se conectar com a realidade de vida dos alunos.

O assistente social na escola é “profissional que se preocupa em promover o encontro da educação com a realidade social, através da abordagem totalizante das dificuldades e necessidades infanto-juvenis” (AMARO et al, 1997, p. 30). Como especialista em Questão Social, é profissional habilitado a fazer a leitura e aproximação da realidade vivida pelos alunos com o cotidiano na escola e assim, articular as demais políticas sociais, possibilitando um trabalho interdisciplinar e intersetorial, tendo como objetivos e fins a construção da cidadania.

A escola há muito não é mais representada como o lugar neutro, dedicado exclusivamente a vivência do ensinar e do aprender. Ao contrario, tornou-se ponto de encontro, de convivência social, um palco potencial à fecundação da cidadania. (AMARO, 2011, p. 15).

Seria importante, também, que o assistente social em seu processo de trabalho na escola incluísse a família e os professores, tendo uma abordagem relacionada a orientação, sensibilização e capacitação junto a esses atores, o que poderia proporcionar um melhor relacionamento e apoio mútuo.

Na entrevista realizada com assistentes sociais vinculados a política de educação, questionou-se qual seria a contribuição desse profissional no espaço da escola. Obteve-se as seguintes respostas:

“O assistente social na escola iria contribuir muito para a leitura da realidade, nas relações entre os atores, os profissionais da escola e a família, iria estreitar mais os vínculos, porque muitas vezes a escola não tem pernas para realizar vínculos mais estreitos, de chamar a família. (...) poderia fazer esse acesso e garantir outros direitos para as crianças e adolescentes que não fosse só o escolar, só a educação”. (Assistente Social João)

Enfim uma profissional que pudesse compreender as implicações e relações entre o público, o privado e o singular das vidas das pessoas e do cotidiano da escola, interpretando a luz das categorias que amparam o projeto ético político profissional: totalidade, historicidade, contradição e cotidiano.

Uma profissão comprometida com o acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, dessa forma poderia intervir e realizar articulações de acordo com as necessidades apresentadas, que por vezes passam despercebidas pelos professores no espaço da escola. A assistente social Vans relata que o Serviço Social na escola representa um suporte a mais no trabalho com as crianças, adolescentes e famílias.

“Eu acho que objetivamente o Serviço Social representa um suporte a mais, uma área de saber específico sobre a questão social e é o que falta junto aos profissionais que historicamente se inserem nesses espaços escolares, aos professores. Então o assistente social vai favorecer objetivamente, o grande objetivo, o resultado final do processo de trabalho seria qualificar o processo de ensino aprendizagem na dimensão social da aprendizagem”. (Assistente Social Vans)

A dimensão social da aprendizagem mencionada por Vans diz respeito aos fatores que aparentemente estão fora da aprendizagem, mas que impactam sobre maneira no cotidiano da escola, e da vida das pessoas como: a realidade de vida, necessidades, demandas, conflitos, situação familiar, situação socioeconômica, entre outros tantos, que compõem o sujeito integral.

O assistente social pode assumir, no bojo de suas atribuições, o papel do profissional que articula propostas de ação efetivas, a partir do resgate da visão da integralidade humana e do real significado histórico social do conhecimento. (AMARO et al, 1997, p. 35)

A sua inclusão na equipe escolar, proporciona a realização de um trabalho interdisciplinar, capaz de juntar esforços e conhecimentos na busca de capacitação contínua entre a equipe de trabalho, o que ajudará no entendimento do sujeito que é integral, que participa desse espaço socioinstitucional enquanto ser em formação.

A intencionalidade da ação interdisciplinar e sua explicitação sob forma de atitudes com e na equipe, assim como perante a comunidade de trabalho, é uma das diferenças em relação à experiência multidisciplinar. A responsabilidade individual para com o coletivo é a marca do projeto interdisciplinar, cujas bases são: diálogo, respeito e envolvimento (AMARO et al, 1997, p. 37)

Não significa que toda equipe de trabalho, reunindo diferentes saberes profissionais, sejam equipes interdisciplinares, para isso o trabalho deve ser construído conjuntamente com trocas e comprometimento. Na escola professores, direção e assistente social formam equipe, mas para se classificar como interdisciplinar deve haver engajamento, vontade e construção de competência para o reconhecimento de que um único saber não dá conta da realidade que se apresenta para realmente atender as necessidades do aluno integral. “O que consagra o encontro interdisciplinar é a idéia de complementaridade recíproca entre as áreas e seus respectivos saberes” (AMARO et al, 1997, p. 39).

Em suma, a inserção do assistente social na política de educação e na escola possibilita a aproximação com a realidade, vínculos mais estreitos entre a comunidade escolar, conhecimento dos diversos direitos e recursos sociais que são externos, mas que devem compor os recursos da escola, aproximação com a rede, trabalho de educação para a cidadania, enfim, o tema e o quadro contemporâneo das escolas públicas demanda inserção urgente desse profissional na política educacional e na escola. Segundo Amaro (2011) o papel do Assistente Social na escola se constitui no apoio e na promoção da “superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas, inerentes à relação entre a escola, sua comunidade e as demandas de seus protagonistas” (AMARO, 2011, p. 17), e assim, a construção efetiva de uma escola cidadã.

O documento Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação, produzido pelo Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação do Conselho Federal

de Serviço Social (CFESS) no ano de 2011, elenca as necessidades para a institucionalização do assistente social na política educacional, a partir do seu significado social, considerando:

1) A necessidade de identificar e propor alternativas de enfrentamento às condições sociais, econômicas, aos fatores culturais, às relações sociais marcadas por diferentes formas de opressão que interferem nos processos educacionais, na efetivação da educação como um direito e elemento importante na formação dos sujeitos para o exercício da cidadania; 2) A necessidade de articulação efetiva entre a política de educação e as demais políticas setoriais para que sejam asseguradas as condições de acesso, permanência e sucesso escolar; 3) A necessidade de inclusão dos conteúdos referentes aos direitos humanos na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos; 4) A orientação à comunidade escolar e à articulação da rede de serviços existente visando ao atendimento de suas necessidades e da “Educação Inclusiva”; 5) O incentivo à inserção da escola na comunidade articulando-a as demais instituições públicas, privadas e organizações comunitárias locais, buscando consolidá-la como instrumento democrático de formação e de informação; 6) A articulação das políticas públicas, das redes de serviços de proteção à mulher, à criança e ao adolescente vítima de violência doméstica, do sexismo, do racismo, da homofobia e de outras formas de opressão, do uso indevido de drogas e de outras possíveis formas de violência. (CFESS, 2011)

Os apontamentos sobre a necessidade e importância da inserção do assistente social na educação são inúmeros, mas ainda não há a inclusão desse profissional na rede de ensino público no estado do Rio Grande do Sul. Constatou-se que na Secretaria Estadual de Educação do RS não há assistentes no espaço físico da secretaria e nem nas escolas. Na secretaria Municipal constatou-se, no momento da realização do estudo a existência de duas assistentes sociais, com vaga em aberto para mais dois desses profissionais a serem nomeados por concurso público, trabalhando no espaço físico da secretaria e com a tarefa de realizar assessorias a todas as escolas municipais de Porto Alegre.

“Basicamente a gente faz assessoria as escolas e as regionais de ensino fundamental, especial e infantil. (...) Quando uma escola demanda uma situação que não estão conseguindo mediar junto da escola, passam para a gente da assessoria ou diretamente para gente. Aí a gente faz estudo do caso, diagnostico e começa a montar o plano de intervenção para aquela situação. E casado com isso a gente tem feito o trabalho em redes, e é assim que a gente tem conseguido dar encaminhamento para os casos. (...) São 28 reuniões por mês, porque são varias redes. (...) outra coisa que a gente faz muito é a participação nos conselhos representativos, os comitês e conselhos temáticos que tem dentro da prefeitura. A gente faz essa representação, nos conselhos de drogas, criança e adolescente, situação de rua, violência sexual... naqueles que tem mais a ver com a questão da criança e do adolescente a gente esta inserido. Essa participação fica sendo também atribuição nossa”. (Assistente Social João).

Uma realidade complexa de trabalho, apenas duas profissionais tendo que abarcar assessoramento às escolas, reuniões de rede e reuniões nos conselhos representativos e outras atividades que podem emergir dessa realidade. As 28 reuniões por mês equivalem o mês inteiro, tantas tarefas comprometem a qualidade do serviço, indaga-se a possibilidade, a factibilidade de duas pessoas darem conta dessa realidade.

No depoimento da assistente social João está a afirmação que basicamente o trabalho nessa secretaria se dá por meio de assessoria. Mattos destaca que a origem da palavra assessoria remonta “aquela ação que visa auxiliar, ajudar, apontar caminhos. Não sendo o assessor um sujeito que opera a ação e sim o proponente desta, junto a quem lhe demanda essa assessoria”. (MATTOS, 2009, p. 518).

A assessoria em Serviço Social é uma atribuição privativa do assistente social, podendo ser realizada “a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de serviço social” (Lei n 8662/1993). A assessoria compreende o fazer profissional nos seguintes aspectos: “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com a participação da sociedade civil” (Lei n 8662/1993).

[...] O assessor, na sua privilegiada posição de agente externo e a partir da sua capacidade profissional, pode contribuir apontando caminhos e auxiliando na desvelação de questões que a equipe e o profissional sozinhos, não podem identificar. (MATTOS, 2009, p. 523)

É trabalho de suma importância, mas para tal é preciso de condições básicas para a sua efetividade, uma equipe de apenas duas profissionais não consegue dar conta de toda a realidade social que permeia a vida dos sujeitos da comunidade escolar. Para as realidades apresentadas cotidianamente nas escolas não basta o serviço de assessoria. Mas seria sim de grande importância, se na escola já estivessem profissionais de serviço social, uma supervisão de assessores para somar, auxiliar e propor caminhos a seguir.

Se torna urgente a necessidade de inclusão dos assistentes sociais nas escolas, pois somente o assessoramento pontual não dá conta e nem respostas a questão social da forma como ela se apresenta aos sujeitos sociais na escola, importante aqui mencionar que “o acesso e permanência do aluno figura como

condição preliminar a tão debatida questão da inclusão na escola” (AMARO, 2011, p. 27).

Frente ao exposto, tendo como ponto de partida dessa discussão a inclusão do profissional de serviço social na política educacional e na escola pública, o item a seguir explicitará como essa questão está sendo proposta pelo poder executivo, para tanto apresentam-se alguns projetos de leis já pensados e ainda aguardando aprovação.

#### 4.2 INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: A TRAJETORIA DOS PROJETOS DE LEIS

A discussão acerca da inserção do assistente social na Política de Educação vem ganhando cada vez mais ganhando força, e alguns estados do Brasil já aprovaram leis para a institucionalização do profissional no espaço da escola.

Cada vez mais a profissão e as particularidades da intervenção junto a questão social através das políticas sociais vem ganhando visibilidade, dessa forma o Serviço Social na Política Educação ganha destaque nas discussões dos órgão da categoria profissional. Espaços de discussão sobre a temática são oferecidos e promovidos no conjunto CFESS/CRESS, são os chamados Grupos de Trabalho (GT) sobre Serviço Social na Educação.

Os GTs Serviço Social na Educação possibilitam o reconhecimento da categoria profissional frente ao trabalho na Política de Educação e na escola, bem como a orientação sobre o fazer profissional nesses espaços sócio ocupacionais.

A presença do/a assistente social na área da educação remonta à década de 1930, portanto, desde a origem dos processos sócio históricos constitutivos da profissão. No entanto, é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético político profissional, que se visualiza, no Brasil, um considerável aumento do Serviço Social na área da educação. (CFESS, 2011, p. 5)

Segundo Amaro (2011), o registro mais antigo da participação do assistente social na educação no Estado do Rio Grande do Sul foi em 1946, e sua atividade de trabalhos voltava-se “a identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que

permitissem a “adaptação” dos escolares ao seu meio e o “equilíbrio” social da comunidade escolar”. (AMARO, 2011, p. 19).

Destaca-se as categorias já assinaladas por Amaro como adaptação e equilíbrio social que estavam em consonância com a direção da profissão na época.

A partir da década de 1980, tendo como prisma o reconhecimento da escola como aparelho ideológico do Estado e da sociedade, mudou-se a forma de intervenção dos assistentes sociais na Política de Educação, rumo

[...] a construção de práticas profissionais que não sirvam só à retroalimentação da política educacional como também a problematizem, enfocando nos aspectos econômicos, sócio-políticos e culturais e nas contradições entre a escola e a realidade social. (AMARO, 2011, p. 20)

Na década de 1990, novas configurações, e o assistente social passa a assumir definitivamente as funções de equipe escolar, ampliando seu trabalho na atenção às questões da escola (AMARO, 2011).

A inserção do assistente social na escola vem sendo realizada gradativamente em municípios brasileiros, mediante aprovação de leis específicas. Para que haja a inserção nas escolas públicas no âmbito do Brasil, precisa de aprovação de do Projeto de Lei nacional.

Está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei 060/2007, que dispõe sobre a inserção de Assistente Social e Psicólogo nas escolas públicas e privadas de educação básica no âmbito do Brasil. O PL ainda aguarda aprovação, se aprovado cada escola de ensino básico do país terá em seu quadro de profissionais um assistente social e um psicólogo.

A proposta de inserção do Assistente Social já foi alvo de discussão em cadeiras executivas desde o ano 2000. Apresenta-se o resumo dos Projetos de Lei sobre a inserção do Serviço Social e da psicologia na Educação - (PL 3688/2000, transformado em PLC 060/2007, PEC 13/2007, PL 6478/2009 e PL 6874/2010). (CFESS, julho de 2010):

O PL 3688/2000 após aprovado na Câmara foi transformado em PLC 060/2007, no Senado. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas escolas públicas de educação básica. Apresentado em 2000 na Câmara Federal de autoria do deputado José Carlos Elias (PTB/ES).

Tramitou na Câmara entre 2000 e 2007 na Comissão de Educação e Cultura (CEC) e na de CCJC, com êxito na sua aprovação. No Senado tramitou e foi

aprovado nas Comissões de Educação (CE) e Assuntos Sociais (CAS) entre 2007 e 2009. Aprovado na CAS em abril de 2009. Foi incluído na Ordem do Dia para votação no Plenário do Senado em maio/2009, sendo apreciado e aprovado em 1º. turno em dezembro/2009. Desde então aguarda votação em turno suplementar. O PLC mesmo inserido na pauta das sessões deliberativas do Senado, ainda não teve apreciação.

No aguardo ao respaldo do PL 060/2007, alguns Estados já fizeram a inclusão desses profissionais, mediante sanções de leis Estaduais, como em Minas Gerais, mediante a Lei 16.683/07 que prevê a inserção de Assistentes Sociais nas escolas públicas, de autoria do Dep. André Quintão. Nesse Estado a inserção do assistente social está sendo implantada, gradativamente, em várias localidades do Estado, no âmbito do Programa Poupança Jovem<sup>17</sup>. São 91 assistentes sociais e psicólogos contratados nas oito cidades que contam com o Programa, envolvendo 172 escolas.

No Estado de São Paulo foi aprovado o Projeto de Lei nº 837 de julho de 2005, que dispõe sobre a introdução de Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas. “[...] São Paulo é disparo o estado que mais institucionalizou o Serviço Social na educação. [...] Em municípios como Limeira/SP, tanto a rede pública como a rede privada contam com esse profissional em seus quadros” (AMARO, 2011, p. 24).

[...] há escolas e regiões em que a educação – dado o aporte do Serviço Social escolar – consegue focalizar e desenvolver o encontro da cidadania com a educação, tal como orienta a legislação vigente. Em contrapartida, em outras escolas e regiões desprovidas desse profissional, no compasso

---

<sup>17</sup> Um dos projetos estruturadores do Governo de Minas, o Programa Poupança Jovem, inédito no país, foi criado em 2007 para atender alunos do ensino médio, matriculados nas escolas estaduais, visando contribuir efetivamente para quebrar o ciclo de perpetuação da pobreza. O Programa é coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), que também é responsável por sua metodologia e pelo acompanhamento e monitoramento das ações desenvolvidas em todos os seus níveis. O Programa Poupança Jovem é voltado para jovens de áreas de alto risco social, que recebem uma poupança de R\$ 3 mil após o término dos três anos escolares. Para fazer jus à poupança, o aluno deve frequentar regularmente as aulas, ter bom desempenho escolar, participar de atividades de real interesse para as comunidades, respeitar os valores da cidadania e não se envolver em crimes ou outras ações anti-sociais. O objetivo do programa é capacitar esses jovens para que planejem o seu próprio futuro e realizem suas aspirações pessoais e profissionais, ao mesmo tempo em que contribuem para melhorar a qualidade de vida nas comunidades onde vivem. O Poupança Jovem já está presente em nove municípios (Sabará, Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Ibité, Juiz de Fora, Montes Claros, Governador Valadares, Teófilo Otoni e Pouso Alegre), e alcançou, em 2010, a meta de atender 50 mil jovens mineiros, com acompanhamento permanente do seu rendimento escolar, juntamente com a oferta de programas culturais e cursos técnicos profissionalizantes e de inclusão digital, além de cursos de línguas estrangeiras, prática de esportes e formação de lideranças comunitárias. (MINAS GERAIS, [2011])

em que a mediação escola-estado-sociedade inexistente, os caminhos da educação rumo à potencialização da cidadania no ambiente escolar tornam-se mais acidentados e difíceis. (AMARO, 2011, p. 25).

No Estado do Rio Grande do Sul espera-se a resposta do Senado, complementar, ao PL 060/2007, que decreta:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Necessidades específicas de desenvolvimento por parte do educando serão atendidas pelas equipes multiprofissionais da escola e, quando necessário, em parceria com os profissionais do SUS.

Art. 3º Os sistemas de ensino disporão de um ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A prática profissional do assistente social é pautada através de inúmeras necessidades dos usuários, na educação não seria diferente, poderia articular seus conhecimentos técnicos com o reconhecimento da realidade social, e assim propor alternativas que dêem conta da totalidade dos processos sociais.

Partimos da compreensão de que o trabalho do assistente social integra um processo de trabalho coletivo organizado a partir das diretrizes das políticas sociais e que se materializa nas instituições a partir da mediação de programas, projetos e serviços. Pensar as referências que devem orientar a ação profissional neste campo requer, portanto, considerar as particularidades dos níveis e modalidades que hoje compõem a política de educação e seus respectivos programas e projetos. (CFESS, 2011, p. 58).

Em suma, tende a somar na equipe multidisciplinar da educação e na escola pública, mais um profissional na busca da consonância entre a Política Educacional e o cotidiano nas escolas.

[...] pensar a inserção dos assistentes sociais na área de educação nos coloca o desafio de compreender e acompanhar teórica e politicamente como que as requisições postas a este profissional estão articuladas às tendências contraditórias da política de educação de ampliação das formas de acesso e de permanência na educação escolarizada diante de um cenário em que a realidade local encontra-se cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital. (CEFESS, 2011, p.26)

A realidade de vida dos adolescentes, das famílias e dos profissionais da escola são atravessadas por uma realidade social que é ampla e permeada de contradições resultando na questão social. Necessidades e desigualdades sociais precisam unir esforços de resistências. Não há mais possibilidade de aceitar-se os impasses presentes na educação pública. O assistente social não será o responsável pela transformação dos cenários atuais da escola pública, mas a sua inserção será um passo importante para a efetividade da Política Educacional.

## II PARTE – ENTRE OS MUROS DA ESCOLA

### 5 NAS TRILHAS DA PESQUISA A CAMINHO DA ESCOLA

Sabe-se que uma pesquisa deve seguir um caminho metodológico que contenha claramente um arsenal teórico e metodológico. Nesse capítulo será explícito o Método escolhido para o estudo, o processo de construção da pesquisa (tema, problema, questões norteadoras e objetivos), os instrumentais metodológicos e a fala dos sujeitos da pesquisa no processo de análise de conteúdo. Convida-se o leitor a conhecer a trilha percorrida pelo pesquisador para abrir os portões e entrar na escola, conhecer seus espaços, seus sujeitos, suas motivações. Para além do recreio, a sala de aula, os alunos, professores, familiares e assistentes sociais são os atores que aqui aportam opiniões, desejos, decepções, angústias e expectativas.

#### 5.1 TRILHA ESCOLHIDA

Este estudo do tipo exploratório<sup>18</sup> pode ser entendido como sendo parte de uma pesquisa social, que tem como características o “processo que utiliza metodologia científica, por meio da qual se pode obter novos conhecimentos no campo da realidade social” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 18).

Para tanto, a pesquisa se fundamenta no Método Dialético Crítico, que busca uma interpretação e concepção dialética do mundo, da realidade natural, social e do pensamento. Pois “existe uma realidade objetiva fora da consciência, produto resultado da evolução do material” (TRIVIÑOS, 2007, p. 73).

A Dialética já foi caracterizada na Grécia antiga como sendo a arte do diálogo, e mais tarde ficou conhecida como a arte, através do diálogo, de “demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão” (KONDER, 1981, p. 7).

Na acepção moderna, entretanto, dialética significa outra coisa: é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação. (KONDER, 1981, p. 7)

---

<sup>18</sup> De acordo com Gil “pesquisas exploratórias tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. (...) o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (...) envolvem: levantamento bibliográfico; entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.” (Selltiz et al., 1967, p. 63). (GIL, 2002, p. 41).

De fato, a partir dessa concepção e para atingir seu objetivo, a dialética tem como base categorias e leis, que permite analisar o fenômeno, bem como a realidade concreta do fenômeno.

[...] As leis e as categorias existem objetivamente. Isto é, não são expressões subjetivas nem apriorísticas da consciência humana. Elas se formaram no processo de desenvolvimento histórico do conhecimento e da prática social, características do devenir da humanidade. (TRIVIÑOS, 2007, p. 54).

É a partir da dialética que se torna possível apreender a realidade nos seus aspectos históricos e contraditórios. Dessa forma, o Método Dialético Crítico se organiza através de categorias teóricas, e entre as suas principais características, as quais norteiam esse estudo investigativo, estão: a Historicidade, a Totalidade e a Contradição<sup>19</sup>.

As categorias do Método possibilitam uma visão integral do fenômeno a ser pesquisado, desde sua construção na forma como aparecem na história, bem como em movimento dialético onde se torna possível identificar fenômenos, aparentemente individualizados, como parte integrante da coletividade, na sua totalidade, “qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados” (KONDER, 1981, p. 36).

Chegando então nas chamadas demandas individuais e também coletivas, ou seja, na questão individual parte da Questão Social. E com isso, torna-se possível a articulação entre história e totalidade, onde se obterá a categoria da contradição, na negação do que já está posto, rumo a mudanças em prol da justiça social.

---

<sup>19</sup> A **Historicidade**: A história só é possível quando o homem não começa sempre de novo e do princípio, mas se liga ao trabalho e aos resultados obtidos pelas gerações precedentes. Se a humanidade começasse sempre do princípio e se toda a ação fosse destituída de pressupostos, a humanidade não avançaria um passo e a sua existência se escoaria no círculo da periódica repetição de um início absoluto e de um fim absoluto (KOSIK, 1995, p. 218); **Totalidade**: A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (KOSIK, 1995, p. 42); e a **Contradição**: A contradição é interna - toda a realidade é movimento e não há movimento que não seja consequência de uma luta de contrários, de sua contradição interna, isto é, essência do movimento considerado e não exterior a ele; a contradição é inovadora - não basta constatar o caráter interno da contradição. É necessário, ainda, frisar que essa contradição é a luta entre o velho e o novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que perece e o que se desenvolve; c) unidade dos contrários - a contradição encerra dois termos que se opõem: para isso é preciso que seja uma unidade, a unidade dos contrários. (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 105).

[...] o método dialético crítico contempla, no processo investigativo, o equilíbrio entre condições subjetivas e objetivas, o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade (PRATES, 2003, p.124).

O Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva, utiliza-se da pesquisa para conhecer a realidade e propor alternativas de ação. Sendo assim, a pesquisa torna-se um instrumento de atualização dos pólos teóricos e metodológicos, bem como auxilia na implementação e avaliação de políticas públicas, pesquisar é

[...] a atividade básica da ciência na indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. (MINAYO, 2002, p. 17).

Pesquisar é a busca por conhecimento aprofundado das diversas questões que compõem o determinado fenômeno de estudo. É conhecer a realidade, analisá-la, articular as categorias teóricas e empíricas, é o exercício de se aprofundar tecnicamente ao objeto de trabalho.

E para tanto, esse exercício deve ser de forma técnica, orientado por suas questões norteadoras e objetivos. No a seguir situa-se, nas etapas do estudo, o universo e assim, a amostra da população escolhida pela pesquisadora.

## 5.2 PASSO A PASSO

No passo a passo trilhado nesta pesquisa um passo importante é a definição do universo a ser contemplado e a definição de quem serão os sujeitos que efetivamente participarão.

Para chegar-se na população selecionada para o estudo, e nesse caso, as escolas e os sujeitos a serem entrevistados, é preciso identificar o todo. No município de Porto Alegre, escolhido para a pesquisa, existem 48 Escolas Públicas Municipais e 223 Escolas Públicas Estaduais, para o nível de ensino fundamental. De acordo com o Censo Escolar do ano de 2010, as matrículas para o ingresso na escola pública, realizadas nas dependências estaduais, totalizam 105.750 e nas dependências municipais 39.385. Um total de 145.135 estudantes. Em relação ao número de professores em exercício da rede municipal é equivalente a 2.408, e da rede estadual é equivalente a 6.240, sendo que um mesmo professor pode estar em

mais de uma dependência administrativa, município e escola. (BRASIL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

Uma pesquisa qualitativa envolve-se na interpretação e análise profunda dos fenômenos e fala/depoimentos dos sujeitos entrevistados, dessa forma a amostra não necessita ser extensa. Assim optou-se por incluir na amostra uma (1) Escola Pública Municipal e uma (1) Escola Pública Estadual, tendo como objetivo conhecer as principais instâncias administrativas da educação pública, o Estado e o Município. As escolas foram escolhidas mediante sorteio, onde o nome de cada escola foi escrito em papel e alocado em saco plástico, dois sacos, um para as escolas estaduais e outro para as escolas municipais. Retirando-se um papel de cada saco plástico, obteve-se as escolas a serem pesquisadas.

Em cada escola elegeu-se do quadro de trabalhadores: 01 professor que esteja em sala de aula e 01 gestor (diretor e/ou coordenador pedagógico) os quais foram indicados pela escola, os quais foram entrevistados com roteiro semi estruturado. A atenção da pesquisadora em todos os momentos da investigação foi respeitar as iniciativas (escolhas dos apelidos para nomear na dissertação) e indicação de quem participaria da pesquisa.

Para a coleta junto aos adolescentes utilizou-se a técnica do Grupo Focal, realizando-se a atividade nas duas escolas escolhidas para o estudo, sendo assim, foram dois (2) grupos focais que totalizou trinta e seis (36) adolescentes. A participação dos adolescentes se deu de forma voluntária e espontânea. Essa atividade foi destinada aos alunos inseridos nas turmas de 5° a 8° ano do Ensino Fundamental. A eleição por esses anos se deu devido à obrigatoriedade do ensino fundamental. Essa atividade será abordada no capítulo 6.

A partir da realização do grupo focal com os adolescentes, chegou-se aos seus familiares, dos quais foram entrevistados dois (2) pais/responsáveis, de cada escola, convidados no momento de apresentação do Termo de Assentimento para permissão da participação dos adolescentes na pesquisa.

Também foram entrevistados dois (2) Assistentes Sociais, (1) vinculado a política educacional e (1) vinculado aos órgãos representativos da categoria profissional, mais especificamente ao Conselho Regional de Serviço Social e membro do Grupo de Trabalho em Serviço Social e Educação. Aqui se faz necessário destacar que a profissão Assistente Social ainda não compõe o quadro de trabalhadores escolares da rede pública.

Em relação aos aspectos éticos, o projeto teve aprovação pela Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social/PUCRS e pelo Comitê de Ética em Pesquisa/PUCRS, termos presentes nos anexos. No projeto constou os Termos de consentimento livre e esclarecido, posteriormente assinados no momento da entrevista por cada entrevistado e Termo de Assentimento por se tratar de pesquisa junto a Adolescentes, devidamente assinados pelos adolescentes e por seus pais/responsável<sup>20</sup>. A identidade dos participantes foi preservada, conforme preconizado na resolução 196/96. Dessa forma, o quadro a seguir traz os sujeitos participantes da pesquisa, em seus codinomes.

#### Quadro 4 – Os Sujeitos da Pesquisa.

	Nomes Fictícios, escolhidos pelos próprios participantes.
Assistentes Sociais	Vans; João.
Professores	Jaqueline; Lelê; Maria; Cachorro.
Famílias	Panther; Dora; Foguinho; Ninha.
Adolescentes	Vih; Vivi; Toinha; ET; Gege; Mari; Cabal; Aninha; Lilica; PH; LH; João; Penckezinho; BB; Colono; Jarbas; Gabilene; Sei fazer Miojo; Oliveira; SV 96; 4 pés fora do chão; Kamykazy; Alemão; Mario; Tonia; Myh; Boneca; Dym; Fé; Besourinho; Golpe Baixo; Perigo; Jeroni; Teletubies; Julio; Kaka.

Fonte: sistematização da autora.

Alem dos depoimentos dos participantes, a investigação foi adensada por estudos e análises de dados quantitativos, explicitados em quadros e gráficos, obtidos e sistematizados através da coleta de informações, pela a observação; formulário semi estruturado (perguntas abertas e fechadas permitindo reformulações de questões no decorrer da entrevista) para as entrevistas e o grupo focal.

[...] A abordagem qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis [...] a abordagem

<sup>20</sup> Termos de consentimento e assentimento presente no apêndice 1.

qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2002, p. 21).

A técnica de Grupo focal que permite informações e avaliações qualitativas, onde o participante pode revelar suas experiências, percepções, sentimentos, idéias, valores, etc. referente a determinado tema tratado no grupo.

[...] Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (TANAKA;MELO, 2001, p. 5).

Na bibliografia estudada encontra-se que os participantes do grupo focal devem ter alguma característica em comum, não necessariamente precisam se conhecer, o que é importante é a interação que será estabelecida no momento do grupo, é necessário que o facilitador facilite a discussão do tema entre os participantes, não se trata de uma entrevista em grupo (TANAKA; MELO, 2001). O grupo deve ser composto de aproximadamente quinze (15) integrantes, deve ter um tema específico e o facilitador deverá trabalhar com aproximadamente três (3) questões, utilizando-se também de questões facilitadoras, sempre propiciando a interação entre os membros objetivando as respostas as questões e ao tema. Conforme já mencionado, foram duas escolas e dois grupos focais. No quadro a seguir traz-se a identificação dos adolescentes que participaram do grupo focal, faixa etária e composição familiar.

### Quadro 5 – Identificação dos Adolescentes – Escola Estadual e Municipal

<b>Escola Estadual: Adolescentes</b>		
	<b>Idades</b>	<b>Composição Familiar</b>
Vih	14 anos	Mãe e dois irmãos
Vivi	14 anos	Pai, mãe e dois irmãos
Toinha	14 anos	Pai, mãe e irmão
ET	16 anos	Pai, mãe e irmã
Gege	14 anos	Pai e mãe
Mari	15 anos	Pai, mãe e irmão
Cabal	15 anos	Mãe e irmão
Aninha	16 anos	Mãe, irmã e sobrinho
Lilica	14 anos	Mãe e padrasto
PH	16 anos	Mãe, padrasto e irmão
LH	14 anos	Mãe e irmão
João	15 anos	Mãe, padrasto e irmãos
Penckezinho	14 anos	Pai e mãe
BB	16 anos	Pai e mãe
Colono	14 anos	Pai e avós.
Jarbas	15 anos	Pai e mãe
Gabilene	14 anos	Mãe, padrasto, irmã e sobrinho
Sei fazer Miojo	14 anos	Pais e irmã.
Oliveira	13 anos	Pai e mãe
SV 96	15 anos	Mãe e irmão
4 pés fora do chão	14 anos	Mãe e padrasto
Kamykazy	15 anos	Mãe
Alemão	15 anos	Pai e irmã
Mario	15 anos	Pai, mãe e irmão
<b>Escola Municipal: Adolescentes</b>		
	<b>Idades</b>	<b>Composição Familiar</b>
Tonia	12 anos	Pai e madrasta
Myh	12 anos	Pai, mãe e irmãos
Boneca	12 anos	Mãe e irmãos
Dym	12 anos	Mãe e irmãos
Fé	13 anos	Mãe
Besourinho	12 anos	Mãe e irmão
Golpe Baixo	12 anos	Mãe
Perigo	12 anos	Mãe e irmãos
Jeroni	12 anos	Mãe
Teletubies	14 anos	Mãe, padrasto e irmão.
Julio	14 anos	Pai e mãe
Kaka	12 anos	Pai, mãe e irmãos

Fonte: sistematização da autora.

Os dados quantitativos foram organizados em quadros presentes na extensão do corpo do trabalho, e para a análise dos dados utilizou-se o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977), o qual se caracteriza por ser:

[...] Um conjunto de técnicas de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

O método de análise de conteúdo possui três fases: “[...] pré- análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 1977). A primeira fase corresponde ao início da preparação e organização do material, nela consta: a leitura flutuante dos materiais; a escolha do arsenal técnico e metodológico; formulação e/ou revisão das hipóteses ou objetivos; a formulação dos instrumentos, revisão bibliográfica e de dispositivos legais que cercam o tema. Uma edição formal dos textos que permeiam o assunto pesquisado. A segunda fase é a análise propriamente dita. Consiste na organização dos materiais concomitantemente ao estudo aprofundado do tema, tendo como norte o referencial teórico escolhido pelo pesquisador. É essa a fase da codificação, classificação e categorização dos materiais de acordo com os objetivos da pesquisa. E a terceira fase traz a articulação dos dados coletados a partir da realidade social com a teoria social. Nessa fase o analista pode “propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 1977, p. 101).

Na página 102, Bardin explicita o desenvolvimento de uma análise através de uma figura ilustrativa, onde seriam: Na pré análise (leitura flutuante, escolha de documentos, formulação das hipóteses e dos objetivos, referenciação dos índices, elaboração de indicadores, constituição do corpus, preparação do material, dimensões e direções da análise, regras de recorte, de categorização e de codificação); na fase da Exploração do Material (administração das técnicas sobre o corpus – já dispostos na fase da pré análise); e Tratamento dos Resultados e Interpretações (operações estatísticas, provas de validação, síntese e seleção dos resultados, inferências, interpretação, outras orientações para uma nova análise, utilização dos resultados de análise com fins teóricos ou pragmáticos). (BARDIN, 1977).

No processo de categorização, realizou-se a leitura atenta e flutuante de todas as falas dos sujeitos entrevistados. Em um primeiro momento buscou-se todas as palavras que poderiam se tornar categorias, e em um processo de aproximação entre essas categorias, divididos entre inicial, intermediário e final, elegeu-se as categorias explicativas da realidade, como se pode visualizar no quadro a seguir, e posteriormente no capítulo 6, no qual são conceituadas e analisadas mediante as falas dos sujeitos:

**Quadro 6 – Processo de Categorização**

<b>Categorias Iniciais</b>	<b>Categorias Intermediárias</b>	<b>Categorias Finais</b>
Aprendizagem; Formação; Acesso; Universalização; Educação; Democratização; Igualdade; Cuidado; Responsabilidade; Compromisso; Profissão professor; Motivação; Interesse; Capacitação; Acomodação; Qualificação; Atualização; Relacionamentos; Flexibilidade; Afetividade; Interesse em formação; Acompanhamento; Respeito; Sensibilidade; Desconstrução; Comunicação; Vínculo; Diálogo; Pertencimento; Medo; Práxis; Família; Ausência; Limites; Regras; Adolescência; Direitos; Deveres; Futuro; Linguagem; Amizade; Conflito; Significado; Realidade; Sociedade; Avanços; Transformação; Cultura; Comunidade; Escola pública; Função escolar; Investimento; Tecnologia; Cotidiano; Recursos; Serviço Social; Questão Social; Dimensão Social; Cidadania; Interdisciplinariedade; Intersetorialidade.	Aprendizagem; Formação; Educação; Cuidado; Profissão professor; Motivação; Interesse; Afetividade; Práxis; Relações Interpessoais; Família; Adolescência; Cidadania; Realidade Social; Transformação Social; Escola Pública; Cotidiano; Significado; Questão Social; Dimensão Social.	<b>Educação;</b> <b>Relações Interpessoais;</b> <b>Família;</b> <b>Adolescência;</b> <b>Realidade Social.</b>

Fonte: sistematização da autora.

## 6 ENTRE OS MUROS DA ESCOLA - A ESCOLA E SUA RELAÇÃO COM O ADOLESCENTE E SUA FAMÍLIA

*“[...] talvez aqui ainda seja um espaço de projetar metas com eles, e isso para além da cognição, isso vai para além de aprender logaritmos, é um desafio muito grande, mas talvez, aqui ainda seja para muitos deles, o lugar aonde eles podem ter cuidado, atenção, carinho, ainda é o lugar onde eles podem ter alguém cuidando deles, coisa que na comunidade ou em casa as vezes eles não tem nenhum, e é por isso que as vezes na hora de ir embora mais cedo eles não vão, eles vem pra cá no turno oposto, é bem complexo, é uma responsabilidade bem grande que esta demandando para os professores, mas não tem como negligenciar, é a única alternativa de funcionar enquanto escola é abraçar essa demanda [...]” (Professora Jaqueline)*

Demanda que invade e impacta na dinâmica da escola, é a dimensão social emergindo da pedagógica, mas para além de tudo isso, é o significado que a escola tem, o que ela pode representar na vida das crianças e adolescentes. A afirmação acima representa sinteticamente a motivação por esse tema de dissertação, o importante papel da escola na formação do sujeito integral, desses sujeitos em formação que tem suas historias de vida e em comum participam desse espaço coletivo. Espaço esse que pode ter representações significativas, formar para a cidadania, para o sujeito social. Não é somente uma escola de educação básica, é para esses alunos a sua escola e dela não esquecerão.

Na escola convivem diversos atores, chamada comunidade escolar, que compreende alunos, professores, funcionários, família dos alunos e a própria comunidade que rodeia a escola, que pode ser muito ou pouco participativa. Falar da escola é também falar de relações estabelecidas entre esses atores, para tanto nesse capítulo se dará voz a esses sujeitos, principalmente aos professores, aos alunos adolescentes e a família desses alunos. Será que há separação entre os papéis da escola e da família em educar, ensinar e cuidar?

Os depoimentos foram classificados, separados e analisados de acordo com as categorias explicativas da realidade, capturadas a partir do material coletado: Educação; Relações Interpessoais; Adolescência; Família e Realidade Social.

## 6.1 EDUCAÇÃO

*Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. (Paulo Freire)*

A partir da categoria explicativa da realidade EDUCAÇÃO analisa-se a própria questão da política educacional com o cotidiano na escola, os fatores que permeiam a realidade da escola, bem como alguns dos atores que dela participam, como o trabalhador professor. Dessa categoria também faz parte o significado da escola para o adolescente, sua família e professores.

A educação compreende a união de diversos espaços formativos de troca e interação que vão desde o início da vida, na família, na vizinhança, nos amigos, na mídia, na escola e na sociedade de modo geral.

A educação foi relatada pelos familiares entrevistados como sendo de importância impar.

“Essencial. Eu acho que sem a escola muita coisa se perde na educação, porque eu não conheço outro lugar que tu vá buscar conhecimento se não for dentro de uma escola” (Familiar Dora)

“Eu acho que é fundamental para a gente ter futuro, poder pelo menos lutar por uma profissão melhor, por um melhor nível de vida” (Familiar Foguinho)

“Eu acredito que é a base de tudo, é tudo. Com estudo já está difícil, pior se eles não estudarem” (Familiar Ninha)

Os relatos compreendem a educação escolar como forma de preparação para o trabalho, como projeto de vida, como definidor do futuro. Uma carga pesada de expectativas colocadas na educação e na escola. A educação também é mencionada por algumas famílias como sendo dever da família, vinculando à questão dos fatores comportamentais necessários para a convivência em sociedade, como o respeito. Como expresso na fala do familiar Foguinho

“É na educação também muita coisa em relação ao respeito. Tem muitos pais que não passam uma parte de respeito para os filhos, então isso aí dificulta até para os próprios professores poderem transmitir a parte deles, fazer a parte deles que é a educação”

A familiar Panter concorda com a compreensão de que existe uma educação que vem de casa e uma que se aprende na escola “Para mim a educação é tudo (...) a educação não vem da escola, vem de casa, a escola só completa, mas é importante. Sem estudo hoje em dia tu não é nada”.

Dessa forma, indagou-se quais seriam os deveres da escola para a educação, familiar Panter mencionou que “a escola tem que ser mais rígida com a juventude de hoje”, rígida como mecanismo de contenção e controle, reconhecendo que a escola sofreu alterações desde o período em que ela estudava com os dias atuais. Familiar Foguinho também relatou a necessidade de uma maior rigidez pela escola, o que segundo ele repercutiria na qualidade da absorção dos conteúdos disciplinares,

“os deveres da escola é para com a própria educação. (...) as crianças e os adolescentes tem que ser mais exigidos, hoje em dia tu faz uma pergunta e eles só dão sim ou não, não justificam o porquê, isso aí é uma coisa que tem que ser mais cobrado”.

A família reconhece que a escola precisa investir mais na qualidade da educação prestada, em seus relatos chamam também a atenção aos professores. Familiar Panter menciona que os professores de hoje não tem mais o compromisso que tinham na época em que ela estudava.

“No meu tempo o professor gritava e tu murchava, agora não, eles é que gritam mais alto. Eu vejo quando vou buscar a avaliação que elas estão só fazendo o serviço delas que é dar aula e mais nada, até se aposentarem, só cumprindo horário, não tem mais aquela coisa, aquele compromisso”.

Aqui o depoimento apresenta uma ambiguidade quando associa autoritarismo com compromisso, professor que grita é professor compromissado, ou, professor que não grita, que não impõe respeito e que não tem compromisso. Essa fala traz embutida na questão da falta de compromisso outros fatores. “Agora eles gritam mais alto”, a familiar Panter refere-se aos alunos, nisso entende-se que as relações sociais também mudaram. A mudança nas relações sociais, a fragilidade das figuras de autoridade, a ausência de maior presença da família, e o risco de uma educação permissiva estão presentes nesse depoimento.

Ser professor, contribuir na formação de alguém, tarefa digna de menção honrosa, é uma das profissões mais antigas, e que permeia a vida de todo cidadão. Mas o professor em uma sociedade capitalista, assim como muitos ou todos profissionais, precisa vender sua força de trabalho, pois pertence a esse mundo do trabalho pautado nas relações sociais capitalistas.

Marx (1980) já dizia que trabalho é toda a forma de realização humana, a essência do homem, meio pelo qual nos relacionamos com a natureza, transformando-a em bens que mais tarde se transformarão em valor. Essa relação

do homem com a natureza foi conceituada pelo autor como trabalho abstrato. Ele ainda alertava que “o homem isolado não pode atuar sobre a natureza, sem por em ação seus músculos sob o controle de seu cérebro” Marx (1980, p. 584) partindo daí a noção do trabalho produtivo.

Na sociedade capitalista o trabalho foi reduzido ao emprego, ou seja, da remuneração do trabalho, sendo este capaz de produzir mais valia. Segundo Marx o trabalho produtivo não produz somente mercadorias, mas também mais valia,

[...] o trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital (MARX, 1980, p. 584).

Marx ainda problematiza que “ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar”, pois dessa noção, para alcançar a auto-expansão do capital, esse trabalhador é forçado a prolongar sua jornada de trabalho.

Com esse prolongamento da jornada de trabalho, o trabalhador passa a viver mais no local de trabalho do que com a família e em outros espaços de interação social. Além de sua força de trabalho, ele vende a sua saúde, seu tempo de vida e energia. O trabalho também é mercadoria do capital, tudo gira em volta do alcance da mais valia, do trabalho excedente que faz crescer o lucro de quem detêm os meios de produção.

E o professor faz parte desse jogo, trabalha em mais de uma escola, em mais de um turno, sua mão de obra não é reconhecida pelo capital e para tanto é pago pouco por ela.

Iamamoto (2008) refere que na sociedade do capital, o trabalho é reduzido ao trabalho concreto, ao processo material do trabalho, de mercadoria, do produto e da mais valia. “Onde o próprio trabalhador aparece como um breve vendedor de mercadorias” (IAMAMOTO, 2008, p. 58), ou seja, vende sua força de trabalho e seu tempo de vida na condição de assalariado.

Surge então, a classe trabalhadora, ou, a classe que vive do trabalho, como menciona Antunes (2001, p.102), classe que não se restringe ao “trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado”

[...] A classe que vive do trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como

elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação da mais valia. (ANTUNES, 2001, p. 102).

Pode-se dizer que o trabalho do professor é improdutivo, pois o produto do seu trabalho não é palpável, não faz gerar lucro ao capital, isso na rede pública de ensino, pois na rede privada que qualifica a educação como mercadoria poderia se afirmar que ele faz gerar lucro sim. Mas o fato é que o salário, tanto da rede pública, como da rede privada de ensino básico, é insuficiente para a subsistência do professor e sua família, e isso faz com que ele percorra com jornadas excessivas e cada vez mais alienantes de trabalho.

[...] toda a sociedade torna-se o “lugar” da reprodução das relações sociais. Todo o espaço ocupado pelo capital transforma-se em “espaços de poder – a empresa, o mercado, a vida cotidiana, a família, a cidade, a arte, a cultura, a ciência, entre outros -, tanto aqueles onde a mais-valia é produzida, quanto aqueles em que ela reparte-se e é realizada, abrangendo o conjunto do funcionamento da sociedade” (IAMAMOTO, 2008, p. 50).

E quais são os resultados dessa forma de sociabilidade e trabalho aos professores? O mundo está em constantes transformações, e esse profissional precisa cada vez mais investir em sua capacitação continuada, pois as tarefas cotidianas dos professores vem ganhando um aumento gradativo, precisa ser inventivo, criativo e sobre tudo conectado a informatização e internet, ou seja, acompanhar os processos de transformação social e sobre tudo o resultado dessas transformações que transformam também as pessoas, principalmente as crianças e adolescentes, seus alunos. Todas essas transformações e o despreparo para acompanhá-las pode produzir doenças oriundas das condições de trabalho. O Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (SINPRO) realizou uma pesquisa referente às condições de trabalho dos profissionais da rede privada, destacando o adoecimento desses profissionais, bem como o índice de stress, que acaba impactando no desenvolvimento e aproveitamento dos alunos.

[...] As conclusões do relatório INEP/MEC (2003) apontam para diversos problemas encontrados em nossa pesquisa com os professores, e dentre eles podemos destacar a extensa jornada de trabalho e o grande número de atividades extraclasse que, nas palavras do relatório, “compromete a qualidade do trabalho docente e reflete-se no baixo índice de aproveitamento dos alunos (CAMPOS; ITO, 2009, p. 25).

Nessa pesquisa foi relatado que os principais problemas não estão diretamente relacionados ao ambiente físico de trabalho, mas sim por episódios de

humilhação no espaço de trabalho, destacando também a questão do assédio moral. Na rede privada o professor é constantemente cobrado pelo diretor/coordenador, pelos pais e pelos alunos, ele precisa dar resultados à escola, precisa ser multifacetado, criativo, ou seja, todos os recursos para aumentar o lucro dessa empresa educadora.

Uma pergunta feita os professores, familiares e adolescentes, indagava sobre a característica ou competências que, segundo eles, deve ter um professor para trabalhar com os adolescentes. Dessa forma os professores mencionaram que precisa realizar o movimento da teoria com a prática, que precisa ter sensibilidade, como se pode identificar no depoimento abaixo:

“Ter pré disposição para a práxis, tem que ter essa coisa de fundamentação teórica latente, formação continuada sempre, tentar fazer uma transposição disso para a prática e fazer uma reflexão de como essa transposição se deu, sempre com busca de teoria para amparar isso. (...) é costurar teoria e pratica, numa reflexão coletiva. (...) a sensibilidade, de se permitir ser sensível ao outro, tanto o colega quanto o aluno. E todo o movimento hoje é o contrario disso, é de tu ti fechar, é de tu desisti, de tu vim só cumprir horário, só cumprir tempo para a aposentadoria, e não é isso que vai te ajudar. De te permitir perceber um olhar assim diferenciado pro teu aluno”.  
(professora Jaqueline)

Um olhar diferenciado e sensibilidade ao aluno envolve o comprometimento e amor a profissão. Conseguir ser afetivo e trabalhar isso na escola seria tarefa primordial nos dias de hoje, mais uma ferramenta em prol da chamada educação para a paz. Moreno et al (1999) ao falar da importância do afeto no conhecimento do meio natural, social e cultural, salienta que em todo o processo histórico da escolarização e da educação “parcelas muito importantes do universo humano, concernentes aos afetos, aos sentimentos, às relações interpessoais e a tudo aquilo que faz parte da chamada “vida cotidiana”, estão excluídas do que é considerado digno de constituir objeto de conhecimento e, portanto, de ser ensinado na escola” (MORENO et al, 1999, p. 44).

O professor Lelê em seu depoimento reflete, com base nas características de uma sociedade democrática, que precisa haver o respeito às diferenças. Para ele ser professor é ter paciência, conhecer o aluno e criar vínculos com ele, e para isso ele utiliza as artimanhas das redes sociais.

“Em primeiro lugar tem que ser alguém muito democrático, no sentido de entender que a sociedade é formada por pessoas diferentes. (...) Tem que ter abertura, muita paciência, as vezes eu não tenho... acho que todo mundo tem momentos... que cansa, situações que cansam... mas, é preciso

abertura, paciência, muita leitura, obrigatoriamente tem que estar utilizando internet, tem pessoas que se negam a usar internet, só que tu não consegue entender o adolescente hoje sem ter algum contado né. Eu tenho dois perfis no orkut, já praticamente lotados de alunos e ex alunos. e eu acho que isso é uma das chances que tu tem de criar um vínculo, porque eles adoram isso. Isso podia fazer parte do trabalho, para te dar entendimento de algumas coisas”. (professor Lelê).

Todos os professores entrevistados mencionam que é preciso principalmente o conhecimento do aluno, as suas características, modo como vivem, como pensam “é conhecer as características daquela faixa etária, o conhecimento do aluno que eu tenho. (...) Conhecer basicamente com quem eu estou trabalhando, é primordial”. (professora Maria). Para esses professores o ensino não se realiza entre pessoas desconhecidas, ou seja, para eles ensinar é mais do que trabalhar conteúdos, exige relação, interação e vínculo.

A professora Cachorro relata que também é preciso ter pulso firme e noção dos conteúdos a serem ministrados, segundo ela por vezes é preciso parar a aula e falar sobre assuntos que se tornam emergentes no momento.

“Tem que ter um pulso firme. Eu acho que também tu tem que ter uma noção de saber até onde tu pode ir, tipo essa questão do conteúdo, é importante o conteúdo claro que é, mas tem horas que outras situações passam a ser mais importantes para aquele aluno. (...) Tu precisa ser mais próximo do aluno em si, porque tu ta vendo que dentro da sala de aula cada um daqueles ali é uma pessoa, cada um tem uma realidade diferente da outra, mas isso eu acho que é uma coisa que tu demora um tempo para entender”. (professora Cachorro)

Para a profissão professor cada dia se apresenta como um desafio, ele deve dar conta dos conteúdos disciplinares, mas sobre tudo à realidade social e de vida dos seus alunos, para tanto a capacitação deve ser permanente, mas a capacitação não está somente em cursos de aperfeiçoamentos esporádicos, ela esta na sociedade, na mídia, nos jornais, na vizinhança, etc... Para se capacitar é preciso estar atento e ter a devida sensibilidade para isso, do contrario não se aproxima da realidade do aluno.

Desvendar a figura do professor vai além das instâncias institucionais. É preciso uma retomada da função social e educacional do mesmo. Existia um profissional que constituía-se, acadêmica e culturalmente, num técnico para transmitir informações aos seus alunos. Hoje, o profissional docente tornou-se um mediador na construção do conhecimento e, conseqüentemente, tem que assumir novos papéis e responsabilidades no exercício da sua profissão. (SANTOS; ANTUNES; BERNARDI, 2008, p. 47)

Se capacitar continuamente é dever de todo segmento profissional. E esse aprimoramento profissional pode estar em qualquer parte: em cursos, palestras, literaturas, noticiários, pesquisas, etc., mas principalmente deve estar na capacidade de leitura da realidade, do reconhecimento do objeto de seu trabalho. Compreende a articulação dos seus ensinamentos com a realidade vivida pelos seus alunos, a prática e a instrumentalidade, e isso pode surgir até mesmo dos questionamentos dos alunos. “A problematização da realidade pressupõe diferentes movimentos de imersão no real. Implica uma investigação reflexiva, crítica e sucessiva realizada pelo aluno e orientada pelo professor”. (FAUSTINI, 2004, p. 124)

Paulo Freire (1996), sobre os saberes necessários à prática educativa, afirma aos leitores que a importância da prática de ensinar exige: rigorosidade metódica; pesquisa; respeito aos saberes do educando; criticidade; estética e ética; aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação; reflexão crítica sobre a prática; reconhecimento e a assunção da identidade cultural; consciência do inacabamento; reconhecimento de ser condicionado; respeito à autonomia do ser do educando; bom senso; humildade; tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores; apreensão da realidade; alegria e esperança; convicção de que a mudança é possível; curiosidade; segurança, competência profissional e generosidade; comprometimento; compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo; liberdade e autoridade; tomada consciente de decisões; saber escutar; reconhecer que a educação é ideológica; disponibilidade para o diálogo; e querer bem aos educandos.

“A prática docente crítica, implica do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 1996, p. 38), o que possibilitaria em análise e superação de realidades impostas e contraditórias.

Ensinar é uma arte em que toda a sociedade participa, seja nos exemplos e repetições, é tarefa da família, da escola e de todos, mas a formação deve ser consciente, auxiliando assim na dialética do aprendizado e constituição do ser social, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47).

A capacitação profissional é também, e em suma, a imprescindível articulação da teoria com a prática em prol de uma atividade profissional de acordo com a realidade social. A investigação faz parte do processo de capacitação, é parte importante do reconhecimento da realidade, qualificando a atividade profissional.

Ser professor, face a tantas exigências políticas, sociais e profissionais que são impostas no exercício da profissão, requer uma diversidade de saberes que vão muito além de uma formação acadêmica. O exercício da docência, no panorama educacional da atualidade, requer uma gama de qualidades pessoais e interpessoais que possam contribuir para uma prática de ensino personalizada, motivadora e sucessora, que só a formação continuada pode compor e, contudo, ainda não é efetiva, em grande parte das instituições educativas. (SANTOS; ANTUNES; BERNARDI; 2008, p. 42)

A motivação para a capacitação permanente é imprescindível, ela é a responsável por fazer abranger os horizontes de visão dos professores para o seu fazer profissional. Frente a todas essas características que devem ter os professores na atualidade surge então a curiosidade em saber qual a motivação que levou esses sujeitos a escolha dessa profissão.

A professora Maria compartilha as motivações para a escolha a profissão “eu gosto, gosto muito do que eu faço, tenho prazer ainda. A minha trajetória é toda voltada para o magistério, eu sempre quis ser professora”. Como ela a professora Jaqueline decidiu por essa profissão relatando que “Ser professor para mim é trabalhar com a formação dos sujeitos, foi isso que me motivou”.

Já o professor Lelê graduado em Filosofia e a professora Cachorro em Biologia, se tornaram professores devido à necessidade de inserção no mercado de trabalho.

“Eu nunca pensei em ser professor, não tinha essa vontade, mas as pessoas me diziam durante a minha vida que eu seria um bom professor. [...] eu era estudante, estava desempregado [...] aí surgiu os contratos emergenciais do Estado na época do Antonio Brito [...] eu não imaginava ser professor. Eu não entrei pra ser professor, nunca pensei na verdade. E aí na segunda chamada que houve eu me inscrevi, e aí eu pensei, vou experimentar um mês e aí se der certo eu continuo se não eu saio... no primeiro dia eu já sabia, no segundo dia eu já estava assim, apaixonado. aí eu percebi que era aquilo que eu queria fazer. [...] foi um acaso da vida, e me identifiquei”. (professor Lelê)

Uma escolha feita pela profissão e não pelo profissional, mas que no seu decorrer deu espaço a um sentimento de que “era isso mesmo que eu deveria fazer”, ou reprisando a fala do professor Lelê “um acaso da vida” seguido de identificação

“[...] na verdade eu queria trabalhar com laboratório. Acabei pegando um contrato no magistério e acabei ficando, ficando... acabei gostando. [...] Depois que eu comecei, não parei, e nunca pensei em fazer outra coisa”. (Professora Cachorro)

A motivação do professor vai desde a escolha da profissão ao cotidiano de seu trabalho, significa gostar de ser professor, requer trocas e interações, a motivação é a vontade de aprender ou fazer algo, não é tarefa que um professor possa fazer por um aluno ou o contrario, ela é um dos componente essenciais no processo educativo, entretanto

[...] partindo da paráfrase de Freire feita por Vasconcelos (1999, p.53) em que declara: “Ninguém motiva ninguém. Ninguém se motiva sozinho. Os homens se motivam em comunhão mediados pela realidade. (FAUSTINI, 2004, p. 120)

E vai além, a motivação requer a mediação entre desejos e interesses. Ainda assim pode-se dizer que o professor não tem capacidade de motivar seus alunos, “mas tem como tarefa auxiliá-los a sintonizarem com a tarefa, a abrirem seus canais de percepção e reflexão, favorecendo novas interações significativas, viabilizando novas aprendizagens” (FAUSTINI, 2004, p. 120), que são possíveis através da interação e da troca com o outro e da curiosidade.

O professor, pela natureza de seu trabalho, efetiva uma mediação na qual também tem lugar seus desejos, interesses e a manifestação da sua própria motivação, participando do desenvolvimento de uma realidade que vai sendo construída pela interação social que retroalimenta permanentemente a todos. (FAUSTINI, 2004, p. 120).

A qualidade da educação não depende somente da vontade, motivação e capacitação dos professores, reconhecimento e investimentos. Existem fatores que são maiores, que envolvem a subsistência do profissional, como bem menciona a professora Cachorro: “A questão financeira é uma questão que já se arrasta há muito tempo (...) eu dou aula porque eu gosto, tu tem que gostar do que tu faz, porque são tantas as adversidades, a começar pelo salário”, o reconhecimento também vem em forma de melhores condições de trabalho e remuneração. Muitos caminhos ainda precisam ser percorridos para a qualidade da educação, um deles seria rumo ao reconhecimento do professor, mas para isso esse segmento profissional precisa se reconhecer enquanto categoria profissional, firmando parcerias efetivas com seus órgãos de representação profissional.

A categoria profissional dos educadores ainda não conta com uma legislação profissional, não possui código de ética que os norteie, legitime e proteja, bem como não há obrigatoriedade do registro em conselhos profissionais, a única categoria de professores que possui conselho específico é a Educação Física, o restante dos

educadores se orientam pela legislação da Política Educacional e/ou pelo estatuto/regimento presente em seu local de trabalho.

Para a atividade docente não é necessário o registro em conselhos profissionais, nem para engenheiros e arquitetos, nem tampouco para professores de Educação Física. A obrigatoriedade do registro se dá quando, além da docência, o profissional exerce atividade profissional específica, cuja atividade-fim não seja a de instituição de ensino. (SINPRORS, [2011]).

O sindicato dos professores do Rio Grande do Sul têm posição contrária a obrigatoriedade do registro de professores aos conselhos de categoria profissional, reafirmando que “quem leciona é professor, portanto, deve estar subordinado unicamente à legislação que rege a Educação”. (SINPRORS, [2011]). Dessa forma são também contra a existência de um código de ética profissional, que poderia ser ferramenta capaz de proteger, qualificar e reconhecer esse segmento profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (Lei 9.394/1996), em seu artigo 13, estabelece incumbências aos docentes, entre elas:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL, [1996])

Essa lei normatiza toda a educação nacional, bem como os objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino do país. Em seu artigo 61 afirma que a formação profissional deverá ter associação entre teorias e práticas, e que os professores deverão ter capacitação continuada em serviço.

Em relação aos direitos dos profissionais da educação a lei 9.394/1996 estabelece:

- Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:
- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
  - II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
  - III - piso salarial profissional;
  - IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho. (BRASIL, [1996])

Como se vê existe um regimento a nível de Política Pública, articulando deveres, direitos e objetivos da Educação Nacional, seus recursos e seu quadro de profissionais, contemplando inclusive o seguimento de professores/educadores, mas a categoria não possui uma legislação específica enquanto trabalhadores.

Seguindo a análise da educação no próximo item apresenta-se a categoria Relações Interpessoais, que a partir das falas expressas traz mais um ponto em encontro ao tema da relação da escola pública com o adolescente e sua família.

## 6.2 RELAÇÕES INTERPESSOAIS

A categoria **RELAÇÕES INTERPESSOAIS** analisa a própria relação da escola com a família dos adolescentes e com os próprios adolescentes, frente às relações sociais no espaço da escola, tendo em vista as questões relacionadas ao respeito, afetividade, sensibilidade, aproximação e vínculo estabelecido com o adolescente e sua família. Também explora-se nessa categoria os fatores que envolvem o cuidado e proteção destinados a crianças e adolescentes, que está presente em todos os espaços em que esses sujeitos transitam, na escola, na família e na sociedade. Envolve compromisso, responsabilidade, ensino, proteção, direitos e deveres. Papel da escola, da família e da sociedade.

Na realidade macro social, em uma sociedade regida pelo ordenamento do capital as relações sociais e interpessoais sofrem impactos provocados por acirramento das competições de trabalho e individualidade na busca de inserção e manutenção de emprego. Uma realidade que por vezes impede o exercício de consciência crítica que permeia esse fenômeno, a organização e movimento social. Dessa forma os relacionamentos sociais são permeados por disputas e interesses, o que impacta nos relacionamentos afetivos entre os seres humanos.

A questão dos relacionamentos interpessoais, e de sua inerente dimensão emocional, é crucial para a vida associada, pois são esses processos interativos que formam o conjunto de sistemas que a organizam. As condições em que ocorrem tais relacionamentos definem a forma de convivência entre os seres humanos, que são seres de relações, e destes com a natureza. Fazem a diferença entre sofrimento e bem-estar e definem como a vida social é construída em seu cotidiano. Deteriorações nas relações interpessoais resultam em deterioração das relações sociais, das relações inter e intra-organizacionais. (LEITÃO; FORTUNATO; FREITAS, 2006, p. 804)

Nisso pode se dizer que a escola enquanto parte de uma realidade social reproduz formas de relações social presentes na mesma. Assim, relações entre professores, entre professores e alunos, entre os tantos trabalhadores da escola, entre os alunos, entre família e escola, família e professores, etc. são estabelecidas de acordo com as da sociedade de modo geral.

Na escola convivem sujeitos de gerações diferentes, de profissões diferentes, de classes sociais diferentes, com isso a responsabilidade do educador toma formas cada vez mais amplas, que acabam por impactar no bem estar docente.

A responsabilidade de ser professor, a diversidade de papéis sociais assumidos, as precárias condições de trabalho, a dificuldade de manter relações pessoais saudáveis em ambientes educativos, muitas vezes hostis, geram, entre outros fatores, mal-estar docente e desmotivação. Assim, torna-se necessário um novo olhar sobre a figura do professor, a partir de uma análise crítica dessa realidade e que possibilite estabelecer ações que evidenciem a construção do bem-estar docente. A começar por um caminho de afetividade, de uma personalidade saudável. (SANTOS; ANTUNES; BERNARDI; 2008, p. 48)

Essa dificuldade de manter relações respeitadas em ambientes educativos aparece na pesquisa como uma dificuldade até mesmo de se colocar no lugar do outro, de entender, no trabalho com o aluno adolescente, o que essa fase da vida representa, como se comportam, ter sensibilidade para isso, do contrário não há entendimento e o relacionamento se torna conflituoso.

“Numa sala de aula um questionamento de aluno em geral é visto como uma agressão e não é, muitas vezes só esta te questionando, ontem na aula sobre ética surgiu, entre os assuntos um questionamento de uma aluna “Sor o que isso tem a ver com filosofia?”, se tu não tem entendimento, acha que foi petulância. Mas não, ela só estava me questionando mesmo, do jeito dela bem adolescente, mas eu sei de professores que interpretariam isso como uma falta de respeito, capaz até de tirar o aluno da sala. E no fundo é uma situação que tu deveria querer que acontecesse, de o aluno perguntar porque que esta aprendendo aquilo, a curiosidade. As vezes tem situações que acabam se tornando situação de violência sem nenhuma necessidade, falta um pouco de sensibilidade, de saber onde tu esta também, que se tu esta numa vila de periferia ali na frente o cara ta vendendo de tudo, tu sabe disso e vai fazer de conta que não sabe?” (Professor Lelê)

O professor Lelê aproveita os questionamentos, mesmo que sejam expressados de forma rude, em linguagem adolescente. Ele reconhece que precisa conhecer a realidade do aluno e da comunidade em que vive. Alguns comportamentos entre professores e alunos são provocado por falta de entendimento e compreensão pelo outro.

Indagou-se sobre o entendimento e opinião dos professores sobre os direitos da criança e do adolescente e como ele é expressado e acionado pela escola, primeiro questionaram muito a participação da rede socioassistencial e do Conselho Tutelar, como se a garantia dos direitos fossem efetivadas mediante acionamento e não no cotidiano escolar.

“Os direitos presentes no ECA contribuíram para bagunçar o resto, porque tem situações que tu precisa ser mais firme só que tu sabe que se tu fizer “isso aqui” no aluno... e até nessas situações que aparece todo dia no jornal, as brigas, o bullying... tu fica na duvida de como intervir quando tem dois alunos brigando, porque se tu segurar um já vai sobrar uns sopapos para ti, se tu segurar outro já vão dizer que tu não pode encostar em aluno... então para algumas coisas serviu para piorar ainda mais a situação”.  
(Professora Cachorro)

Uma visão distorcida dos direitos, conhecimento superficial da redação presente do Estatuto da Criança e do Adolescente. Já a professora Jaqueline tem uma visão diferenciada “Dar limites, cobrar deveres, cobrar responsabilidades deles também é educar, também é cuidar, também é formar, e aí se abandonou isso, se tem uma visão superficial do ECA de que só protege os direitos deles, e não é assim”.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca - Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990) estão presentes os direitos e deveres desses sujeitos, e sobre tudo orientações de como efetivá-los, de como garantir o cuidado desses sujeitos em formação. O ECA menciona em seu Art. 2º que são consideradas crianças os sujeitos até os doze anos de idade incompletos, e adolescentes os sujeitos entre doze e dezessete anos de idades incompletos.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.  
(BRASIL, 1990)

O direito surge da necessidade de proteção desses sujeitos, do entendimento de que ainda não estão maduros para o mundo adulto, dessa forma se torna dever da família, da comunidade, da sociedade em geral a efetivação desses direitos “referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL/ECA - Art. 4º, 1990).

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.(BRASIL, 1990)

A escola, os trabalhadores escolares na sua plenitude deveriam conhecer melhor a redação dos direitos da criança e do adolescente, o que poderia contribuir para a sua compreensão e posterior efetivação e vigilância. Impactando na melhoria das relações interpessoais, principalmente no trato com o adolescente.

O espaço escolar é um ambiente de representações sociais, lugar para o estabelecimento de interações entre as pessoas, mas, acima de tudo, constitui-se em um marco de relações sociais e suas trocas afetivas e cognitivas, com importantes e decisivas transformações pessoais. Essas relações de interpessoalidades são constituídas nas e pelas interações de indivíduos entre si, através das atividades diversificadas compartilhadas no cotidiano. (SANTOS, ANTUNES, BERNARDI, 2008, p. 48)

E no cotidiano da escola, em ritmo muito acelerado, diversas situações acontecem, e nisso surgem implicações provocadas pela ausência de respeito e sensibilidade. Os alunos adolescentes relataram que por vezes sofrem situações de desrespeito pelos professores.

“Se o cara não entende um negócio na aula e vai pedir explicação, chamam o cara até de burro”. (Adolescente Teletubies)

“É mais isso significa alguma coisa (risos). A gente tem uma professora que tudo significa alguma coisa pra ela, se a gente fala alguma coisa ela diz “Ah isso significa outra coisa”, dando a entender que o cara é gay”. (Adolescente Golpe Baixo)

“Tem uma professora que na hora da aula o cara vai mal e aí na prova tira uma nota boa ela diz que o cara ta colando. Aí ficou de *carão* comigo, achou que eu estava colando”. (Adolescente Besourinho)

Esses depoimentos remontam acontecimentos ditos cotidianos pelos alunos, realidades de conflitos interpessoais. E nessas situações a relação interpessoal entre alunos e professores vai se fragilizando, sendo palco de conflitos, resultando falta de comunicação e sensibilidade, o que impacta no aproveitamento escolar dos estudantes.

“A Vih às vezes reclama de alguns professores que só escrevem no quadro e diz que não consegue acompanhar, reclama que não entende. Eu acho que falta mais comunicação, nem todos, mas de alguns professores, de comunicação na aula e de dar o direito da pessoa se explicar” (Familiar – Ninha).

A questão da escrita no quadro já não acompanha a dinâmica e transformações tecnológicas vivenciadas pelos alunos adolescentes. É ainda ferramenta imprescindível de transmissão de conhecimentos, de exercício da escrita, mas de fato os estudantes de hoje já não o reconhecem como.

Alguns conflitos nos relacionamentos entre professores e alunos, principalmente alunos adolescentes, se dá pela dificuldade de se colocar no lugar do outro, entender seu momento de vida, suas características nessa fase da vida, mas para isso precisa vontade, disposição e conhecimento.

[...] a gente não consegue compreender emocionalmente esse funcionamento, porque a gente não consegue se colocar no lugar deles, é uma diferença muito grande entre professores e alunos, por mais pobre que um professor tenha sido aqui, ele viveu uma outra estrutura de família, uma outra realidade de pobreza, a gente é muito platéia". (Professora Jaqueline)

Existe uma diferença entre esses atores, principalmente em uma realidade de escola pública da periferia, onde a cultura, a classe social, a realidade de vida e necessidades são diferentes entre alunos e professores. Dessa forma para o bom relacionamento precisa de envolvimento e todos e de cada um, e o trabalho profissional deve ser amparado no conhecimento da realidade social onde trabalha.

Chega-se a questão da capacitação, que não somente esta ligada a fatores e técnicas de aprendizagem, mas que no mundo atual anseia o reconhecimento da realidade social, dos fatores morais, da compreensão do processo. Ao questionar os professores sobre se sentir capacitado para o trabalho que desempenham, o professor Lelê reflete que:

[...] acho que parcialmente capacitado, porque a gente nunca esta totalmente capacitado porque é muito móvel, tudo muda muito rápido. Mas acho que professor que consegue criar um laço de empatia de afeto com os alunos já é 50% de ser professor, eu acho que sem criar vinculo não existe aula, eu não consigo me imaginar, por exemplo, odiando um professor, eu enquanto aluno odiando um professor eu não vou aprender".

Professor Lelê reitera a importância do afeto, do vinculo com os alunos, do prazer em aprender e ensinar, certamente é muito mais fácil e agradável a aprendizagem com afeto, motiva a todos.

Professora Maria reflete sobre fatores ligados a necessidade de se por no lugar do outro como sendo uma ferramenta para a compreensão do sujeito com o qual trabalha. Relata também que não se pode aceitar todo o tipo de comportamento

e desrespeito pelos simples fato de justificar como sendo parte da fase da adolescência.

“E eu acho que o mais difícil é poder se colocar no lugar do outro, ter compreensão, porque hoje o aluno ele vem muito sem limite, ele não respeita autoridade, ele não sabe o que é autoridade, ele não tem essa coisa de hierarquia, ele não respeita isso, como se tudo fosse igual, ele não respeita pai e mãe, vai respeitar professor? Então fica difícil, então eu acho que a questão dos limites é uma questão bem importante e que fica bem claro na escola que não tem, que não é trabalhado em casa, muita permissividade “ah ele é adolescente, isso é dessa fase, é assim mesmo”, mas as coisas não são bem assim”. (Professora Maria)

Conviver com adolescentes, dependendo da forma como se relacionam com eles, pode vir acompanhado de conflitos. A questão do limite está sempre em debate, dar limites é também cuidar. Mas o que são limites na sociedade atual? Onde esses sujeitos estão cercados de informações que por vezes eles ainda estão construindo o discernimento quanto ao que é certo e errado, conceitos esses que são relativos, modificam conforme a época e são impregnados de juízo moral. A família cada vez mais tem dificuldades de estabelecer limites, de cobrar, de impor respeito a esses sujeitos. Relembrando a fala da professora Maria, o adolescente “não respeita pai e mãe, vai respeitar professor?”. Talvez seja o momento de rever essas relações, de estabelecer acordo, pois a imposição e hierarquia já não tem o seu poder com os adolescentes da atualidade.

Para contemplar essas mudanças de relações entre adultos e adolescentes e a necessidade de trabalhar estes aspectos, considera-se novamente a importância da capacitação profissional capaz de dar respostas a esses dilemas, mas para isso é preciso vontade, motivação, condições de trabalho, e acreditar na transformação do outro, compreende-lo.

“[...] tem gente que já não acredita neles “gurizada de vila, não vão entender nada”, eu conto historia grega pra eles e eles adoram, não é tragédia grega é humana, e eles adoram, claro que se tu chegar com o texto pra eles, eles não vão querer ler, mas se tu conta a historia acaba criando a curiosidade e eles vão na biblioteca e retiram o livro. Agora como fazer isso é que é o drama”. (Professor Lelê)

Professor Lelê menciona como sendo “drama” apanhar os alunos pela curiosidade, pela alegria de aprender e ensinar. Ser professor é isso, é instigar o aprendizado, é conhecer o aluno, a sua realidade, acreditar ainda na mudança social.

O item a seguir tratará desse sujeito, dessa fase do desenvolvimento humano que, no mínimo, não deixa a rotina cair na monotonia, o adolescente.

### 6.3 ADOLESCÊNCIA

*(...) me disseram que a escola era meu segundo lar  
E é verdade, eu aprendo muita coisa realmente  
Faço amigos, conheço gente, mas não quero estudar pra sempre!  
Então eu vou passar de ano. Não tenho outra saída  
Mas o ideal é que a escola me prepare pra vida  
Discutindo e ensinando os problemas atuais  
E não me dando as mesmas aulas que eles deram pros meus pais  
Com matérias das quais eles não lembram mais nada (...).  
(Gabriel Pensador)*

Na categoria ADOLESCÊNCIA são analisadas as características dessa fase da vida, desse sujeito em formação, que precisa ser cuidado, educado e acompanhado. Verificando como se dá a relação da família e da escola com esse sujeito, se há compreensão e como se dão as relações entre esses atores tendo em evidencia o período da adolescência. E também as mudanças relacionadas a realidade de sociedade.

A adolescência é uma fase de confusão, tanto para o adolescente quanto para quem convive com ele. Estão em formação e com isso tendem a ousar mais, desafiar mais. Cada vez mais a família se vê surpreendida pelas transformações sociais e culturais que permeiam e moldam o comportamento do jovem na atualidade.

Tentando sobreviver à adolescência algumas sociedades e culturas adotaram ao longo da historia ritos de passagens, que caracterizam-se como um evento ou atividade realizada pelo adolescente.

Muitas tentativas de resposta já foram produzidas, porém, nenhuma delas conclusiva. Etimologicamente falando, adolescência provém do verbo “*adolescere*”, que significa brotar, fazer-se grande. Em geral, acredita-se que o fenômeno da adolescência é um processo de mudança que marca a passagem da infância para a fase adulta, esse processo é sinal distintivo das sociedades consideradas menos evoluídas, pois, em inúmeras tribos, podemos identificar ritos de passagem que denotam esta operação definitivamente. (CHAGAS, [2011])

Talvez fossem através dos ritos de passagem que as tribos canalizavam as energias dos adolescentes, para assim não causar danos a comunidade, pois ao

retornarem a vida normal já estariam mais calmos, os hormônios alinhados e prontos para a vida adulta.

Ser professor de adolescente é tarefa complexa, é preciso utilizar de estratégias articuladas ao processo pedagógico, para chamar atenção, pois nesse período da vida é comum um comportamento de aversão às regras, de transgressão e desafio.

O fato é que a adolescência é uma das fases do desenvolvimento humano, e o adolescente é um sujeito em desenvolvimento e formação.

Papalia (2000) ao discutir o desenvolvimento humano no período da adolescência destaca pontos característicos dessa fase da vida como sendo “uma transição no desenvolvimento entre a infância e a idade adulta que envolve grandes e interligadas mudanças físicas, cognitivas e psicossociais” (PAPALIA, 2000, p. 310).

A adolescência tem seu período compreendido entre 12 à aproximadamente 20 anos de idade, isso se considerar-se o aspecto físico e o cognitivo dos adolescentes, pois em âmbito de legislação ela é compreendida entre 12 à 17 anos incompletos.

Pode-se dizer que a adolescência é iniciada pelo período da puberdade e da capacidade de reprodução humana.

As alterações físicas durante a puberdade incluem o surto do crescimento da adolescência, o início da menstruação nas meninas, a produção de espermatozoides nos meninos, a maturação dos órgãos reprodutivos, o desenvolvimento de pelos pubianos e voz mais grave, e o crescimento muscular, o qual atinge o auge aos 12,5 anos nas meninas e aos 14,5 nos meninos. (PAPALIA, 2000, p. 312).

Esse período de transição da infância para a idade adulta decorre de muitas mudanças e também de descobertas e é considerado “o período mais intenso de todo o ciclo de vida (...) período de oportunidades de crescimento na competência, autonomia, auto-estima e intimidade” (PAPALIA, 2000, p. 310).

De fato, a adolescência está ligada à ousadia, no viver intensamente e conseqüentemente aos grandes riscos para a saúde e vida adulta. Necessitam estar entre seus iguais, em grupo, ser aceito, e isso por vezes pode ocasionar na aproximação com drogas e sexualidade precoce. Os riscos que correm estão muitas vezes relacionados ao que os amigos fazem juntos e suas conseqüências, e nisso

vem também acompanhado o uso abusivo de álcool e outras drogas, e o comprometimento de sua saúde sexual.

Um dos grandes paradoxos da adolescência é o conflito entre o anseio do jovem de afirmar uma identidade única e um desejo irresistível de ser exatamente como seus amigos ou amigas. (PAPALIA, 2000, p. 315).

O amadurecimento precoce ou tardio pode ocasionar desconforto ao adolescente que, em seu ciclo de amigos, tem características diferentes dos demais. Pode ser considerado infantil e não conseguir acompanhar o desenvolvimento dos amigos, ou, no caso do amadurecimento precoce, ter problemas para dar respostas às expectativas de acordo com seu tamanho físico, pois ainda não está tão maduro quanto representam. (PAPALIA, 2000).

Aparência e idade não são as mesmas coisas, ou seja, o físico pode já aparentar o auge de seu desenvolvimento, mas para os aspectos psicossociais ainda tem muito o que se desenvolver. Talvez seja o não entendimento desses fatores que fazem a sociedade por vezes questionar questões legais de direito do adolescente, mais especificamente quando eles são autores de ato infracional.

Sem dúvida crianças e adolescentes são os sujeitos mais mencionados e captados pelas políticas públicas, seja pela primazia dos atendimentos ou por preocupação às suas ações.

[...] o adolescente em si ainda não tem todo discernimento, então a sociedade de modo geral, a escola e a família tem obrigação neles” (Familiar Foguinho).

Atualmente pode-se dizer que as grandes preocupações da família, da escola e da sociedade de modo geral aos adolescentes, estão relacionadas ao uso abusivo de drogas, às doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, a gravidez precoce, e principalmente à violência e o crime (quer seja entre adolescentes, no trânsito, na escola, bullying, etc.). São também preocupações dos adolescentes, eles anseiam por informações, como pode-se observar na fala do adolescente Teletubies

“Aqui eles nem falam em sexo, não falam em nada e é importante falar, nós já estamos crescendo e pá, tá na hora de começar a namorar. Eles tem que falar sobre sexo, mas eles não falam nada. Eu também acho que deveriam aproveitar e falar alguma coisa de bom pra nós na televisão, sobre sexo e drogas, mas nada, não falam. O ano passado fizeram uma palestra aqui sobre sexo, mas não deram uma camisinha pra nós”. (Adolescente Teletubies).

Não basta terem primazia no atendimento, é preciso qualidade e avaliação permanente desses atendimentos, em âmbito geral, mas principalmente nas políticas públicas, e aqui mencionando especificamente a política de educação, foco desse estudo, que poderia estar mais atenta a outras questões que também envolvem a educação integral desses sujeitos.

Voltando para o tema do desenvolvimento humano, mesmo com todos os riscos e conseqüências que sofrem os sujeitos no período da adolescência “a maioria dos jovens deixa a adolescência com corpos maduros e saudáveis e um entusiasmo pela vida” (PAPALIA, 2000, p. 325). Contudo, esse período de transição é também acompanhado da maturação do pensamento e os adolescentes “são capazes de raciocínio abstrato e julgamento moral sofisticado, e podem ter planos mais realistas para o futuro” (PAPALIA, 2000, p. 325).

O desenvolvimento moral está muito relacionado ao certo e errado na convivência em sociedade, bem como aos exemplos, princípios e limites ofertados aos adolescentes, que levando em consideração que são sujeitos em desenvolvimento, é papel da família e de toda a sociedade o acompanhamento do desenvolvimento moral das crianças e dos adolescentes.

O desenvolvimento psicossocial está relacionado à identidade e ao auto-conhecimento do adolescente.

Os adolescentes precisam adotar valores e assumir compromissos. Eles precisam descobrir o que podem fazer e se orgulhar de suas realizações. Eles precisam formar laços íntimos com moças e rapazes de sua idade e serem amados e respeitados pelo que são e pelo que defendem. Isso significa que eles têm que descobrir o que defendem. (PAPALIA, 2000, p. 342).

Precisam muito dos amigos, estar com amigos, pois isso caracteriza a busca de sua independência, mas precisam também do apoio e orientação da família.

É um período incessante da busca da identidade e da liberdade. Precisam descobrir quem são e também, o que fazer com essa descoberta, com suas vidas. E por vezes essas descobertas não cessam na adolescência, invadindo assim o período da fase adulta.

Nos relacionamentos com a família e sociedade, os adolescentes por vezes adotam comportamento de desafio da autoridade dos pais, bem como a de seus

educadores, mas “essa transição geralmente não levam a conflitos familiares de maiores proporções”. (PAPALIA, 2000, p. 356).

Em entrevista com pais e professores indagou-se como são as relações sociais com os adolescentes, como são os adolescentes de hoje, a convivência e ser professor dessa faixa etária, os quais mencionam que a adolescência de hoje sofreu alterações implicadas com a mudança da própria sociedade. A professora Jaqueline afirma que o adolescente de hoje “é resultado de um movimento de modernidade” da sociedade.

O professor Lelê diz que mesmo na atualidade o adolescente é “como sempre dever ter sido a adolescência, as mesmas dúvidas, anseios e dificuldades”. Mencionando que os fatores que realmente contribuíram para a mudança comportamental dos adolescentes está muito relacionada as mudanças da própria realidade, principalmente da informatização, “hoje ele tem um excesso de informações sem ter condições de processar, e eu acho que isso é um problema, muito acesso e pouca condição de criticar aquele acesso” (professor Lelê).

As professoras Maria e Cachorro enfatizam que é uma fase de formação, que eles ainda são despreparados e precisam de escuta.

“Estão justamente numa faixa etária que precisa de muita escuta, não existe essa escuta”. (professora Maria)

“Eu acho que eles são despreparados, eu acho que eles tem muitas duvidas. (...) E muitas vezes eles nem tem com quem esclarecer as duvidas que eles chegam nessa idade”. (professora Cachorro)

A família menciona que é uma fase complicada de se conviver, como pode-se observar na fala da familiar Ninha: “É complicado, difícil, tu tem que saber, e ali em casa são três, é difícil, tem a vez dos amigos, de sair, dos namoros, pra mim é complicado lidar com os três”.

Os familiares em geral entendem que é uma fase do desenvolvimento humano que tem suas características típicas, “eles se destacam, querem se mostrar. A adolescência é uma época de confusão”. (Familiar Dora)

“É uma transição, tu não é mais criança, quer ser adulto e ao mesmo tempo quer a proteção dos pais. É uma transição da criança para o adulto e tem aquele conflito desses dois lados. Querem muito, mas não fazem nada. [...] Ela quer roupa de grife, eu digo para ela que ela tem que compensar, merecer”. (Familiar Foguinho)

Reconhecer as características é também entender que são sujeitos em formação que precisam de cuidados, disciplina e limites.

“Os adolescentes de hoje em dia estão muito rebeldes, tu fala uma coisa eles já saem atravessados falando outra. (...) Eles acham que já são superior aos pais, eles acham que por sair na rua e ir para o colégio, jogar o futebol e ir no centro sozinho que já são donos da verdade, donos deles mesmos, mas não é assim. O adolescente ta muito avançado do que era antigamente, hoje em dia eles são mais exigentes. Eles são rebeldes, por mais que a gente dá educação e conversa, de vez em quando eles saem fora da casinha, mas eu de vez em quando chego aos trambolhão”.  
(Familiar Panter)

Os adolescentes têm comportamentos desafiadores e por vezes agressivos, falam e agem muitas vezes sem pensar nas conseqüências, os hormônios estão “a flor da pele”. E esses comportamentos às vezes incomodam, desconcentram, confundem e não dimensionam riscos. Para os adultos que não conseguem ouvi-los, é difícil para muitos entender que embora seja um corpo adulto é um sujeito ainda em formação, nem tão criança, mas tão pouco adulto. E com isso, o termo adolescência fica marginalizado no apelido pejorativo “aborrescência”.

A utilização inadequada do termo “aborrescência”, ouvido comumente nos corredores escolares, evidenciam a falta de entendimento acerca desta fase. O termo mencionado por educadores nos remete não só a esta falta de conhecimento, mas também a dificuldade que possuem ao lidar com os sujeitos o que, conseqüentemente, influencia no estabelecimento das relações de ensino e de aprendizagem. (FELIX, 2009, p. 59).

A utilização desse termo especifica o quanto é difícil o trato com o adolescente, e se na família já não é tarefa fácil, imagine um professor em uma sala de aula com vários deles.

O educador como um profissional que atua diretamente com o sujeito e que é em sua essência seu instrumento de trabalho, deve trabalhar primeiramente com as suas questões referentes a auto-estima, autoconceito e autocontrole. Devendo estar preparado para o inesperado, para lidar com as questões dos sujeitos e compreendê-las como deles, estabelecendo um espaço de confiança e podendo ser continente a ponto de fazer com que se deparem com as suas possibilidades, limitações e capacidades sendo, então, capazes de lidar com sua aprendizagem. (FELIX, 2009, p. 17 e 18).

O fato é que na adolescência as relações e atitudes são intensas, desproporcionais, passionais, os adolescentes “são dotados de uma enorme capacidade de amar e se deixam apaixonar com grande facilidade” (SOUZA, 1996, p. 7), é uma fase em que super valorizam as amizades, o maneirismo. E na verdade

chocam pelas suas atitudes de contestação e suas formas de expressão e vestimentas, que no conjunto das relações muitos adultos também têm dificuldades de aceitação.

A escola “experiência organizadora central na vida da maioria dos adolescentes” (PAPALIA, 2000, p. 332) é a instituição capaz de oferecer

[...] informações, dominar novas habilidades, aperfeiçoar habilidades já adquiridas; participar nos esportes, nas artes, e em outras atividades; explorar as opções vocacionais; e estar com amigos. (PAPALIA, 2000, p. 332).

O espaço de escola tem elevado grau de importância na vida dos adolescentes, é lá que eles passam boa parte de seu tempo, mas dependendo da qualidade de ensino dessa escola, também pode representar um obstáculo ao desenvolvimento. “Os pais, os pares, o bairro, a qualidade de escolarização, todos influenciam o desempenho educacional” (PAPALIA, 2000, p. 338).

A escola representa para os adolescentes mais que um local de ensino e aprendizagem, é nela que eles constroem seus afetos, amizades, vínculos, etc. É um espaço com inúmeros significados. No grupo focal os adolescentes expressaram os seus sentimentos em relação a escola, o que mais gostam ou não, como se dão as relações sociais nesse local, e o que eles gostariam que fosse diferente.

A importância da escola é mencionada por eles como o lugar da brincadeira e do esporte. “Gosto da hora do recreio, é fera” (adolescente Dym), “gosto do campeonato de futebol, quase todos aqui participaram, menos as gurias”; (adolescente Teletubies) “eu não gosto de sábado e domingo porque não posso ver meus colegas” (SV96). As relações de amizade são o que mais mencionam, adolescentes valorizam muito a amizade, o grupo que frequentam.

Em relação ao motivo que levam eles a ir para escola, mencionam o futuro, o trabalho, a preparação para o emprego:

[...] Tem que vir para o colégio para depois ter um futuro melhor, ter um futuro bom”. (adolescente Besourinho)

[...] a gente tem que estudar pra arrumar emprego bom, se o cara não tem estudo ninguém vai querer, vai querer o que tem estudo não tu que é um analfabeto”. (adolescente Teletubies)

[...] Até pra ti ser lixeiro tem que ter o primeiro grau”. (adolescente Tonia)

[...] eu acho que a escola ajuda pro futuro”. (adolescente Jarbas)

[...] se a gente não vir vamos fazer o que? Mendigando na rua?” (adolescente João)

[...] tem que vir para ser alguém, arrumar emprego, fazer uma faculdade”. (adolescente SV96)

“[...] pra gente ter mais oportunidade no mercado de trabalho, a gente tem que ter mais que o ensino fundamental, precisamos do ensino médio para pegar um trabalho”. (adolescente Gege)

“[...] tem que vir pro colégio para ser alguém na vida, pra não ser lixeiro”. (adolescente ET)

O futuro para os adolescentes é tido como muito distante, eles ainda não tem noção exata da rapidez com que o tempo passa, e isso ainda os faz pensar que a idade dos 40/50 anos já seja velhice. Mesmo que ainda não pensem em trabalhar, relatam o medo de no futuro precisarem trabalhar na coleta de lixo, relatam que é por isso que vão a escola. Também tem o fator da obrigatoriedade imposta pela família, “eu só venho por causa dos meus pais, se não eu nem estudaria (adolescente SV96)”; “é melhor vir pro colégio do que ficar em casa, se eu não venho a minha mãe fica xingando, fica falando o dia todo (adolescente Teletubies)”.

Nessa relação de amor e ódio da escola, eles também mencionam disciplinas e professores que gostam.

“[...] A aula de filosofia é bala. Ah, é porque é o professor que tem mais dialogo com a gente, conversa bastante”. (Adolescente Besourinho)

“[...] É o professor que é mais fera, mais atencioso, os outros só gritam, só gritam”. (Adolescente Teletubies)

“[...] eu gosto da professora de matemática, porque ela é a única que pára para me ouvir”. (Adolescente Cabal)

“[...] eu gosto também, ela é legal, ela conversa, ela brinca, ela não é sempre braba como as outras, não sei, ela é diferente das outras”. (Adolescente Lilica)

“[...] eu gosto da sora de geografia porque ela fala da vida com a gente, da nossa vida”. (Adolescente SV96)

Eles querem atenção, dialogo que falem da realidade, da vida deles. Dessa forma o professor que faz isso vira o herói deles e a disciplina que ele ministra a favorita.

Todos os familiares entrevistados relataram a falta de interesse dos adolescente para com seus estudos, a falta de comprometimento: “Ele não tem nada de interesse, é meio empurrado” (Familiar Dora); Não tem muito interesse, tu tem que estar sempre em cima. Não gosta de ler e é muito sonhadora” (Familiar Foguinho); “Ela reclama demais, não quer estudar, não copia a matéria” (Familiar Ninha); “Muita vontade ele não tem, não é aquele aluno estudioso. Tu não vê nele aquele aluno com caderno completo, lendo um livro” (Familiar Panter). O item a seguir traz os aspectos relacionados a família.

## 6.4 FAMÍLIA

*Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. (Paulo Freire)*

A análise da categoria FAMÍLIA envolve os conceitos, configurações e papéis da família na educação dos adolescentes, bem como a sua relação com a escola. A família é parte integrante da comunidade escolar, instituição que também educa, ensina e cuida.

É o núcleo familiar o espaço insubstituível de proteção e socialização primárias, independentemente dos formatos, modelos e feições que ele tem assumido com as transformações econômicas, sociais e culturais contemporâneas. O novo cenário tem remetido, inclusive, a discussão do que seja hoje a família. (...) A família é provedora de cuidados aos seus membros e, como tal, precisa também de cuidados e proteção do Estado (BRASIL, 2005, p.3).

A família, bem como a escola sofreram transformações ao longo dos tempos, como já fora mencionado no capítulo 2, modificações atreladas a própria realidade social que também mudou.

A retrospectiva histórica aponta que a família e sua organização alteraram-se significativamente. É possível afirmar que hoje, mais do que nunca, a tradição, os hábitos, os rituais estão sendo visceralmente modificados por toda uma avalanche de informações, pelo acesso e invasão de conteúdos e determinações que chegam via tecnologias da informação e comunicação. A família no seu pequeno e poderoso reduto é jogada diariamente em um mundo diferente, inovador, assustador que caracteriza a vida moderna. (BELLINI, 2009, p. 7)

As fortes mudanças da forma de comunicação, sua rapidez e informatização contribuíram para as mudanças nas relações sociais e também na família. Ainda assim a família é considerada a base da sociedade. O reconhecimento e a importância da família aparecem no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, quando ressalta que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (BRASIL, 1988).

“Eu acho que é todo esse modernismo que esta evoluindo nesse tipo de coisa. Na internet porque exemplo, tem milhares de coisas que passam ali, e hoje criança com oito anos já tem internet e aí ela esta ali e esta aprendendo um monte de coisa e ai os pais saem pra trabalhar e fica só ele naquela internet, e aí a gente larga eles de um jeito e quando a gente volta eles estão outros, estão de outro jeito”. (Familiar Panter)

A mídia e os meios de comunicação são também importantes instrumentos de educação, na atualidade são responsáveis por profundas mudanças na forma de comunicação e interação principalmente ao público adolescente. E através de combinações realizadas mediante a internet se mobilizam e tomam distintas atitudes de forma rápida e cotidiana. A família esta aprendendo a lidar com essa transformação social hoje informatizada.

A família é o primeiro grupo social a que pertence o homem. Sua importância na vida dos indivíduos já foi explorada resultando em várias concepções a respeito, desde as que consideram como um grupo vital até as que questionam sua positividade na sobrevivência e crescimento do indivíduo (BELLINI, 2002, p.53).

A família é a primeira instituição onde estabelecem-se as relações afetivas e sociais, local em que aprendem-se o convívio e interação com o outro “aprendendo a ceder e buscar o espaço de socialização entre os membros pertencentes, e que nos prepara para a vida extra-familiar, de atuação social, política e ética”. (BELLINI et al, 2010 A, p. 21).

Dentro dos referenciais sociais e culturais de nossa época e de nossa sociedade, cada família terá uma versão de sua história, a qual dá significado à experiência vivida. Ou seja, trabalhar com famílias requer a abertura para uma escuta, a fim de localizar os pontos de vulnerabilidade, mas também os recursos disponíveis (SARTI, 2007 p.26)

No relacionamento entre família e escola existe um jogo de empurra, onde a escola cobra da família e a família cobra da escola. A escola identifica que as mudanças de alguns aspectos sociais impactaram no cuidado e supervisão dos familiares para os adolescentes.

“A família hoje toda ela, as pessoas trabalham e por isso não se envolvem mais com esse adolescente, eles ficam sozinhos, os pais saem pela manhã e voltam a noite e em função disso também não existe mais aquela supervisão em cima do filho, se ele aprendeu ou não aprendeu”. (Professora Maria).

A necessidade de inserção no mercado de trabalho de todos os membros familiares, principalmente da mulher, ocasionou em ausência de cuidados da família as crianças e adolescentes.

“Esses nossos adolescentes são filhos de pais que não tiveram pais e que esses pais não tiveram então seus respectivos cuidadores, não no sentido da pessoa física, isso eles tiveram, não tiveram é alguém que soubesse ocupar esse lugar de cuidador, de formador, e isso vem desencadeando em um adolescente que esta aqui hoje que desconhece relações familiares, que

desconhecem autoridade, que desconhece limites, que desconhece disciplina” (Professora Jaqueline).

O depoimento acima exemplifica que na atualidade ocorrem mudanças nas características dos adolescentes e da instituição família, fator que impacta nas relações sociais, em toda a sua extensão, por onde esses sujeitos passam. Dessa forma a escola se torna também um espaço de escuta, de educação e também de cuidado, unindo assim o que seria, na antiguidade, tarefa apenas da família.

“Tem muito aluno que nem conversa com os pais “Ah, meu pai chega de madrugada e sai de manhã cedo para trabalhar”, então assim, nem passa perto do filho, então as vezes eles tem até uma certa carência de alguém para conversar, de poder falar “Ah, eu to com problema com aquilo, com aquilo outro”, que se tu pensar eles são crianças ainda, até mesmo na 8ª série tem uns que ainda não tem maturidade”. (Professora Cachorro).

Para essa acolhida aos adolescentes da atualidade, com essas características de sociedade e de relações familiares, a escola e os profissionais da educação precisam estar motivados e engajados, ter a sensibilidade para isso. Dessa forma torna-se fundamental a união da escola e da família.

“A gente tem que ter uma estrutura, que é difícil, a gente passa o dia todo no corre corre, mas a gente tem que tentar resolver os problemas, ver o que a gente pode fazer, conversar bastante. Nem sempre é possível, porque as vezes a gente já chega irritado com os problemas que surgem no dia a dia da gente, mas de alguma forma a gente tem que tentar resolver. Até porque eles são nossos problemas”. (Familiar Foguinho).

Familiar Foguinho reconhece que passa por processos de ausência e acompanhamento de seus filhos devido ao seu trabalho. Assim como ele outros pais sofrem com a falta de tempo para os filhos, dessa forma a família deve fazer parte do projeto político pedagógico da escola em que participam seus descendentes, cabendo a escola propor e encorajar essa participação.

Criar mecanismos criativos e críticos que viabilizem a aproximação recíproca da família com a escola parece ser, hoje, o grande desafio social que cabe aos administradores escolares e a todos os segmentos da comunidade escolar, entre estes os próprios pais ou familiares responsáveis pelo aluno. (AMARO, 1997, p. 47).

O papel de educar e cuidar das crianças e adolescentes é de toda a sociedade, da escola e da família. De acordo a essa afirmação, finaliza-se com a fala da professora Maria “a formação do adolescente vem da família e da escola. Se a família tem a sua função e exerce direitinho, se a escola também complementa. A família é formadora, a primeira instituição que tem é dentro da família. A escola traz

o conhecimento. Se juntar, tu vai formar adolescentes e cidadãos adequado com o que foi trabalhado nesses espaços”.

## 6.5 REALIDADE SOCIAL

No desenvolvimento dessa dissertação a categoria realidade social foi a mais complexa de ser destacada em sub capítulo por estar presente em toda a análise elaborada. O exercício realizado neste item tentou aprofundar especificamente essa categoria porem reitera-se que em toda a produção ela está sendo utilizada como base.

Na categoria REALIDADE SOCIAL avalia-se o resultado provocado pela transformação da sociedade ao longo dos tempos e como ela se apresenta na atualidade, os valores, as tecnologias, o processo de modernidade da sociedade. Também envolve a relação feita entre a vida dos adolescentes, a sua realidade, e os ensinamentos escolares, a vinculação das disciplinas com o real.

No decorrer do trabalho fora mencionado a importância de se conhecer a realidade social e de vida dos sujeitos que participam da escola, os professores reconhecem isso, reconhecem que o mundo muda, que as relações são outras a cada dia, que assim como a tecnologia os valores morais vão sendo transformados. Professor Lelê traz a questão da utilização da internet pelos adolescentes de hoje

“[...] talvez hoje a dificuldade maior seja conseguir dar conta de acompanhar o desenvolvimento da tecnologia, acho que isso é complicado, porque até a linguagem dos adolescentes é muito ligada a linguagem produzida pela tecnologia, e se a gente não acompanha minimamente, começa a não ter o que falar com eles. (...) 50% dos alunos tem computador em casa e quase a totalidade tem acesso a internet, ao menos três vezes por semana, então eles tem muito acesso, a questão é não saber usar, ou só usar pra orkut e MSN”. (Professor Lele).

O acesso aos meios informatizados e redes sociais são fatores que moldaram as relações interpessoais de todos, não somente dos adolescentes. Hoje o computador, o mundo informatizado é uma realidade em evidencia, mesmo quem não possui computador de alguma forma fica ligado a internet, a questão, como diz professor Lelê é de não saber utilizar essa categoria. E nessa relação se informa, a tempo e a hora, os acontecimentos e os sentimentos do momento, isso para o adolescente pode ser perigoso, pois relatam tudo na internet, anexam fotos suas,

sua intimidade todos ficam sabendo, e isso pode criar desacordos, transtornos para o futuro, expõem a vida de todos a transparência.

No relato abaixo expressa que a intimidade e as relações sociais aconteciam mais no espaço da rua

“[...] em tempos atrás a gente tinha quermesse, a gente se unia, ia para as casas dançava e se divertia, era festa de São João as ruas fechavam... e não tinha nada, não acontecia nada. Hoje em dia tu vai fazer uma coisa dessa aí? Com os adolescentes de hoje, vai ser uma gangue vindo de lá e outra daqui, e no fim aquela festa bacana que tu ia fazer, vira tragédia, acontece morte. A maneira do adolescente de agora, na cabecinha dele agora, se a pessoa não tiver um jogo de cintura pra sentar, conversar e analisar, ele ta perdido, esta no mundo da lua, no dia a dia esta acontecendo coisas modernas, principalmente com a ajuda da internet”. (Familiar Panter)

Esta presente na fala acima o fator da violência, que faz parte também das transformações da sociedade, resultado de uma sociedade cada vez mais competitiva e individualista. As tecnologias informatizadas e as telecomunicações são ferramentas formadoras de opinião, familiar Foguinho menciona que as vezes a mídia explora temas de uma forma que os torna banais, e isso vai modificando os valores morais,

“[...] a mídia esta dando muita ênfase para a banalização das coisas. Não adianta tu passar varias propagandas de educação e respeito, se daqui a pouco tu vai ver uma novela, que hoje em dia todo mundo assiste até as crianças, uma pessoa que vai casar e tem um relacionamento com outro, ou um cara que rouba e se dá bem”. (Familiar Foguinho)

E nisso o respeito ao outro a possibilidade de se colocar ao no lugar do outro fica comprometido, assim como o discernimento do certo e do errado, “não existe mais o certo e o errado, é até estranho as vezes tu querer dizer pro teu filho que isso é errado, pois muitos amigos dele fazem determinada coisa... tu procura dizer, mas tem que contar com o bom senso da pessoa”. (Familiar Dora)

São realidades que a escola precisa estar atenta, porque isso subsidia a compreensão dos fatores que estão ligados aos comportamentos dos adolescentes, que permeiam a violência, a motivação em estar na escola, as necessidades individuais e coletivas. E é aí que a escola, dependendo da relação que tem com esses sujeitos, os apanha, os conecta com o mundo real e consegue fazer a diferença na educação, ter um significado para a vida

“[...] as relações que eu construí que vão me marcar para sempre, não é sentar um atrás do outro, fechar a boca e engolir a aprendizagem, é

construir, e tu constrói isso nas relações prazerosas, mas principalmente de tu valorizar isso para tua vida (...) dando um desconto da idade, da maturidade, tem muito a ver , de eles não saberem porque que eles estão aqui, eles não vêem o menor sentido em estudar o relevo do RS, não tem desafio, não tem pesquisa, não tem relação com a minha vida lá fora. Então se houver uma significação maior para a vida presente e futura desse sujeito eu acho que a gente pode começar a resolver alguns problemas”.  
(Professora Jaqueline)

A realidade social está permeada na dinâmica de todos os fatores que envolvem a vida em sociedade, faz parte do todo, esta presente na historia e sofre com as adaptações frente as mudanças. Falar sobre realidade social em uma categoria explicativa corre o risco de redundância, pois o corpo do trabalho, desde sua introdução veio permeado pelos acontecimentos do passado e suas transformações, seguidas de suas interpretações. Falar da escola, da família e da sociedade, é falar da sua interação e da sua realidade social. Falar sobre a possibilidade de inserção do assistente social na escola é considerar que a realidade de vida e de sociedade está presente também na escola

[...] a atuação do Serviço Social espraia-se como possibilidade de enfrentamento das manifestações da questão social, seja no atendimento imediato dos educandos/as, familiares e comunidade, seja na ampliação ou redefinição da leitura da realidade pelos diversos educadores do sistema de ensino e ainda, apresenta-se como possível interlocutor que alarga o diálogo com as demais Políticas Sociais e com os diversos sujeitos individuais e coletivos. (CEFESS, 2011, p. 64)

Dessa forma todos os conhecimento e tecnologias, também resultado de transformações societárias, devem se incluir e agregar na Política de Educação e na escola, buscando assim minimizar os impactos causados pela questão social e, enfim, incluir de forma efetiva os sujeitos na sua totalidade.

## **7 LIMPANDO O QUADRO NEGRO: APAGANDO/ACENDENDO A LUZ**

Chegando ao final do trabalho retoma-se o depoimento da professora Jaqueline que relata a representação da escola para os alunos, dizendo que ela talvez “seja para muitos deles, o lugar aonde eles podem ter cuidado, atenção, carinho, ainda é o lugar onde eles podem ter alguém cuidando deles, coisa que na comunidade ou em casa às vezes eles não têm nenhum, (...)”. Essa fala reafirma a motivação pelo estudo da escola pública e sua relação com o adolescente e a família.

O tema de estudo partiu de questionamentos referentes à forma de educação e a relação da escola com os adolescentes, já que é um espaço em que ficam em boa parte de seu tempo, onde estabelecem relações afetivas e de aprendizagem e que participa na sua construção enquanto sujeito. Evidencia-se que na atualidade, por diversos tencionamentos, a escola tem dificuldades de acolher seus alunos, no que seria a educação integral.

Reafirma-se que a escola tem um papel importante na educação do ser humano, participa visceralmente das transformações sociais. Para dar conta dessa realidade em constante movimento deve conhecer a realidade em que está inserida, seus alunos e os processos sociais que por vezes moldam seus comportamentos, compreender os fatores que atingem os adolescentes na atualidade, incluindo aí as famílias.

A escola, e nela seus atores, precisam de apoio, investimento público, participação ativa da sociedade e da família enquanto parte fundamental da comunidade escolar.

Deve ser destacado de forma especial o investimento federal na destinação de verba para a educação. Nesta verba deve ser contemplado: salário e incentivos para professores, condições de trabalho, equipamentos para as salas de aula e escola, condições físicas adequadas, inserção de outras tecnologias, conhecimentos e profissionais, acesso garantido, livros, materiais didáticos, etc.

Iniciou-se o estudo considerando que o adolescente enquanto sujeito de direitos, não era compreendido pela escola e pelos seus educadores. Aos poucos na maturação do estudo e da pesquisa, principalmente a partir da escuta dos depoimentos dos professores e familiares, outras dimensões foram sendo levadas

em conta, e percebeu-se que todos atores estão envolvidos, todos são sujeitos, todos tem poder e protagonismo.

Em alguns momentos foi possível perceber que as necessidades são as mesmas: ser escutado, ser atendido nos seus direitos, ser compreendido nas suas necessidades, respeitado nas suas possibilidades. Isso vale para professor, aluno e família, portanto essa necessidade se configura como uma demanda da escola.

Existe uma realidade que é dinâmica e contraditória ultrapassando os muros escolares, a escola e seus professores não podem mais fugir, virar as costas, não tem esse poder. Constatou-se que as escolas reconhecem essa dinâmica, mas como a família e o restante da sociedade não conseguem acompanhá-la como são cotidianamente vivenciadas por seus alunos. Reconhecem que precisam de mais capacitação, de mais paciência, de mais possibilidades para compreender e assim conseguir acompanhar o adolescente.

No decorrer no processo de pesquisa a pesquisadora inseriu-se enquanto educadora no Programa Mais Educação em uma escola pública estadual, lá teve a possibilidade de se colocar no lugar do professor escolar. Ministrando oficinas de leitura, produção textual e temas transversais (sexualidade, drogas, respeito, sociedade, direitos, deveres, políticas públicas) junto aos adolescentes pôde compreender como é ser professor de adolescente, seus desafios e também as alegrias que essa experiência trouxe. Esse também é um dos produtos dessa pesquisa: aproximar o pesquisador de uma realidade, construir outros olhares, outras dimensões e, portanto outras possibilidades.

A educação não pode ser identificada como responsabilidade de um sujeito, seja professor, aluno ou família. Para a qualidade da educação e da escola pública precisa da presença efetiva do Estado, outros profissionais no quadro de trabalhadores escolares, assistente sociais, psicólogos, psicopedagogos, pois a mudança para a qualidade da educação integral somente ocorrerá quando essa política pública conhecer todos os fatores que envolvem a vida cotidiana dos sujeitos que da escola participam.

A escola precisa contar com os outros setores e políticas públicas, angariar esforços, parcerias, principalmente em se tratando dos adolescentes nessa realidade de sociedade em que convivem com as expressões da questão social de uma sociedade capitalista.

O Assistente Social é profissional que deveria compor o quadro de trabalhadores da Política Educacional, deveria estar locado na escola e assim garantir o acesso aos outros direitos que permeiam a legislação da criança e do adolescente e que por vezes ficam despercebidos pela dinâmica acelerada da escola. É profissional capaz de fazer a articulação entre as demais políticas públicas e sociais, rumo a uma educação mais integral, como preconizado na lei.

## REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais. In: **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. 2004. Disponível em: <[http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao\\_estagio/documents/13\\_ServicoSocialnaEducacao.pdf](http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducacao.pdf)> Acesso em 15 de setembro de 2011.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação: Bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

AMARO, Sarita; BARBIANI, Rosângela; OLIVEIRA, Maristela Costa. **O Serviço Social na Escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sangra Luzzatto Editores, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. 4 ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAQUERO, MARCELLO. **Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Perspec, 2001, vol.15, n.4, p. 98-104, [2001]. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400011&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400011&script=sci_abstract)> Acesso em: 08 de agosto de 2011.

BELLINI, Maria Isabel Barros. **Arqueologia da Violência Familiar**. 2002. 217 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BELLINI, Maria Isabel Barros. **A Intersetorialidade como elo de Articulação Entre as Políticas de Saúde e de Assistência Social com Enfoque na Abordagem dos Assistentes Sociais com Famílias em Municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina**. Projeto de Pesquisa. GFASSS/NETSI/PUCRS, 2009.

BELLINI, Maria Isabel Barros; RODRIGUES, Daniele Rocha; RAMON, Gisele Selistre; AZEVEDO, Vanessa; ALVES, Renata. **Estudo sobre a inserção do direito a saúde na adolescência nas políticas de Saúde e Educação**. Projeto de Pesquisa. GFASSS/NETSI/PUCRS, 2011 A.

BELLINI, Maria Isabel Barros; RODRIGUES, Daniele Rocha; RAMON, Gisele Selistre; AZEVEDO, Vanessa; ALVES, Renata; DORNELES, Kelen. **Aprender**

**Saúde na Escola:** Articulando Políticas Públicas e Garantindo uma Adolescência Protegida. Projeto de Pesquisa. GFASSS/NETSI/PUCRS, 2011 B.

BELLINI, Maria Isabel Barros; MARTINS, Iara Mara Moreira; SANT'ANNA, Vera Lúcia Nunes; BARD, Jéssica Lis Streit. **Família Cuidadora:** A (Re) Organização Familiar frente ao Adoecimento. Relatório de Pesquisa. GFASSS/NETSI/PUCRS, 2010 A.

BELLINI, Maria Isabel Barros; RODRIGUES, Daniele Rocha; STEDILE, Fabiana; DORNELES, Kelen. **Estudo Sobre a Inserção da Família-Cuidadora em Situação de Vulnerabilidade nas Políticas De Saúde E De Assistência Social.** Relatório de Pesquisa. GFASSS/NETSI/PUCRS, 2010 B.

BELLINI, Maria Isabel Barros; RODRIGUES, Daniele Rocha; SILVEIRA Jacilene Simas da; DORNELES, Kelen; RAMON, Gisele Selistre. **Família-Cuidadora e a Inserção nas Políticas Públicas.** Relatório de Pesquisa. GFASSS/NETSI/PUCRS, 2011 B.

BORDIGNON, Genuíno. Gestão Democrática na Educação. In MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Gestão Democrática da Educação.** Boletim 19, outubro de 2005. [2005] Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151253Gestaodemocratica.pdf>> Acesso em: 21 de setembro de 2011.

BOTOMORE, Tom: **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). [1988] **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 6.151,** de 13 de julho de 1988. Plano de Carreira do Magistério Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <[http://www.atempa.com.br/bancoimg/c080917161223lei\\_6151\\_plano\\_carreira\\_magisterio.pdf](http://www.atempa.com.br/bancoimg/c080917161223lei_6151_plano_carreira_magisterio.pdf)> Acesso em: 18 de dezembro de 2011.

BRASIL. **Lei nº 6.672, de 22 de Abril De 1974.** Atualizada até a Lei nº 13.424, de 5 de abril de 2010. Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[http://www.educacao.rs.gov.br/dados/lei\\_no\\_06672.pdf](http://www.educacao.rs.gov.br/dados/lei_no_06672.pdf)> Acesso em 18 de dezembro de 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Disponível em <[http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/eca\\_L8069.pdf](http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/eca_L8069.pdf)> Acesso em 18 de dezembro de 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LBD. [1996] Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102480>> Acesso em: 08 de agosto de 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Disponível em: <[http://www.cpers.org.br/includes/thumbs.php?src\\_rw=imagens/legislacao/lei\\_do\\_piso\\_nacional.pdf](http://www.cpers.org.br/includes/thumbs.php?src_rw=imagens/legislacao/lei_do_piso_nacional.pdf)> Acesso em: 09 de setembro de 2011.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Censo Escolar 2010**: Resumo Técnico. [2010] Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16179](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16179)> Acesso em 18 de setembro de 2011.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Conferencia Nacional de Educação**: construindo o sistema nacional articulado de educação: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação. CONAE, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view=article)> Acesso em: 30 de julho de 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Brasil Alfabetizado**. [2011] Disponível em: <<http://brasilalfabetizado.fn-de.gov.br/mapa/>> Acesso em: 16 de setembro de 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**: PNE- 2001-2010. [2001] Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>> Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**: PNE – 2011-2020. [2011] Disponível em: <[http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas\\_tecnicas\\_pne\\_2011\\_2020.pdf](http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf)> Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Mais Educação; Programa Saúde na Escola, Programa Escola Aberta; Programa Segundo Tempo**. <[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article)> Acesso em: 19 de dezembro de 2011.

BRASIL. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Manual informativo**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social/Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília: DF, 2005.

CANAL DO EDUCADOR. **Indicadores da qualidade da educação**. [2011]. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/gestao-educacional/indicadores-da-qualidade-na-educacao.htm>> Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

CAMPOS, Wilson Cesar Ribeiro; ITO, Alecxandra Mari. Docência: condições de trabalho e saúde. in **TEXTUAL / Revista Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul**. Vol. I nº 12, outubro de 2009. Porto Alegre: Sinpro/RS, outubro, 2009. Disponível em: <[http://www.sinpro-rs.org.br/textual/out09/textual\\_out09\\_completa\\_novo.pdf](http://www.sinpro-rs.org.br/textual/out09/textual_out09_completa_novo.pdf)> Acesso em: 27 de dezembro de 2011.

CHAGAS, Arnaldo. **Adolescência: Um fenômeno contraditório.** In Revista de Psicologia Catharsis. [2011] Disponível em: <<http://www.revistapsicologia.com.br/materias/hoje/adolescencia.htm>> Acesso em: 08 de dezembro de 2011.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva In: **Revista Brasileira de Educação.** N° 24. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf> > acesso em 15 de setembro de 2011.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. **Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos.** In Revista Terra Livre São Paulo n° 17 2º semestre/2001 p. 99-118 [2001] Disponível em: <<http://www.geoambiente.ufba.br/Arquivos%20extras/Textos/Vis%C3%B5es%20de%20mundo%20Vis%C3%B5es%20de%20Natureza.pdf> > Acesso em: 14 de abril de 2011.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Brasília: CFESS, 1993a. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1993.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf)> Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

CFESS. **Lei De Regulamentação da Profissão.** Lei n° 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: CFESS, 1993b. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_lei\\_8662.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf)> Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

CFESS. **Serviço Social na Educação.** Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Brasília: CFESS, 2001.

CFESS. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação.** Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Brasília, 2011.

CONFERENCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONAE 2010. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação – Documento Referência.** [2010] Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento\\_referencia.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf) > Acesso em: 27 de dezembro de 2011.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 2003. 192 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Princípio da Gestão Democrática na Educação: Gestão Democrática na Educação Pública. In. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Gestão Democrática da Educação**. Boletim 19, outubro de 2005. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151253Gestaodemocratica.pdf>> Acesso em: 21 de setembro de 2011.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

EIZIRIK, Marisa Faermann. **A escola (in) visível: jogos de poder/saber/verdade**. Editora da Universidade da UFRGS, 1995.

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. Ação pedagógica no serviço social: a percepção discente. **Revista Educação**. Ano XXIX, n. 3 (60), Set./Dez. 2006 Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/496/365>> acesso em 21 de setembro de 2011.

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. **O Ensino no Serviço Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FELIX, Daniela Comassetto. **O bom professor na concepção do aluno: adolescentes em busca de um referencial adulto**. 2009.95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 34<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEB). **Financiamento da Educação**. [2011] Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-fundeb>> Acesso em 16 de maio de 2011.

GERMANO, Paulo. **Piratini quer Movimento para debater a Educação: avaliação por mérito**. [2011] Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/17654/piratini-quer-movimento-para-debater-a-educacao/>> Acesso em: 30 de julho de 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos E Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000.

GOMES, Rodrigo. **Professora Amanda Gurgel fala sobre a situação crítica da educação e vira heroína nas redes sociais.** [2011] Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2011/05/18/professora-amanda-gurgel-dorn-fala-sobre-situacao-critica-da-educacao-vira-heroína-nas-redes-sociais-924489175.asp>> Acesso em 30 de julho de 2011.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: alternativas de mudança.** 53 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS - INEP. **Censo Escolar 2009.** <Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>> Acesso em: 16 de novembro de 2010.

JORNAL NACIONAL. **Balanco da Blitz da Educação Mostra Acertos e Desafios das Escolas.** Edição do dia 21/05/2011. [2011] Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/05/balanco-da-blitz-da-educacao-mostra-acertos-e-desafios-das-escolas.html>> Acesso em 30 de julho de 2011.

KRAMER, Miguel. Os 10 mais bizarros rituais de passagem do mundo. In HIPE SCIENCE. Disponível em: <<http://hypescience.com/25866-10-bizarros-ritos-de-passage-de-todo-o-mundo/>> Acesso em: 09 de dezembro de 2011.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética.** 2 ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e Lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEITÃO, Sergio Proença; FORTUNATO, Graziela; FREITAS, Angilberto Sabino de. **Relacionamentos interpessoais e emoções nas organizações: uma visão biológica.** RAP Rio de Janeiro, Set./Out. de 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n5/a07v40n5.pdf>> Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

LOPES, Eleni de Melo Silva. **Serviço Social e Educação: As perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público.** In UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Serviço Social em Revista.** Vol. 8. nº 2. Jan/Jun 2006. Disponível em: <[http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2\\_eleni.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2_eleni.htm)> Acesso em: 04 de maio de 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MATTOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: **Serviço Social:** Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MENDES, Valdelaine. **Democracia Participativa e a Educação:** a sociedade e os rumos da escola pública. São Paulo: Cortez, 2009.

MINAS GERAIS. POUPANÇA JOVEM. **Sobre o programa poupança jovem.** [2011] Disponível em: <<http://www.poupancajovem.mg.gov.br/sobre/>> Acesso em: 27 de dezembro de 2011.

MORENO, Monserrat et al. **Falemos de Sentimentos:** a afetividade como um tema transversal. São Paulo: Moderna, 1999.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza (orgs). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Editora. Vozes, 2002.

NETTO, José Paulo. **A ordem social contemporânea é o desafio central.** 33ª Conferencia Mundial das Escolas de Serviço Social. Santiago do Chile, agosto de 2006. [2006] Disponível em: <[locuss.org/joomllocuss/index.php?option=com\\_docman](http://locuss.org/joomllocuss/index.php?option=com_docman)> Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, José Miguel. **Delírios Proso-poéticos.** [2011] Disponível em: <[http://deliriospoeticos.blogs.sapo.pt/arquivo/2004\\_12.html](http://deliriospoeticos.blogs.sapo.pt/arquivo/2004_12.html)> Acesso em: 28 de novembro de 2011

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento Humano.** 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social:** temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PORTO ALEGRE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED. **Lei nº 8198 de 1998.** [1998] Cria o Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000021926.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>> Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

PORTO ALEGRE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED. **Proposta Pedagógica.** [2011] Disponível em:

<[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smed/default.php?p\\_secao=304](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smed/default.php?p_secao=304)> Acesso em: 30 de maio de 2011.

PROVERBIO NIGERIANO. É preciso uma aldeia inteira para cuidar de uma criança. In PROVÉRBIOS. Disponível em: <<http://proverbios.weblog.com.pt/arquivo/088394.html>> Acesso em: 11 de setembro de 2011.

PRATES, Jane Cruz. O planejamento da pesquisa. in **Revista Temporalis** nº 7. Brasília: ABEPSS, 2003.

RATO, Catherine Carrieres. A Diversidade das “Invenções” Escolares Medievais. In ROEDEL, Leila Rodrigues; SILVA, Andréia C. L. Frazão da. **Anais da III Semana de Estudos Medievais**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / Programa de Estudos Medievais / SR5 - Divisão de Extensão, 1995. Disponível em: <<http://www.pem.ifcs.ufrj.br/AnaisIIISem.pdf#page=19>> Acesso em: maio de 2011.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Texto constitucional de 3 de outubro de 1989 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº 1, de 1991, a 58, de 2010. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/constituicao.htm>> Acesso em: 27 de dezembro de 2011.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 5751 de 1969**. [1969] Disponível em: <<http://www.ceed.rs.gov.br/portal/index.php>> Acesso em: 30 de maio de 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação do RS. **Censo Escolar 2010**. [2011] Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp>> Acesso em: 08 de agosto de 2011A.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Educação do RS. **Seduc estuda novos critérios para promoção dos professores**. [2011b] Disponível em: <[http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias\\_det.jsp?ID=7434](http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?ID=7434)> Acesso em: 18 de dezembro de 2011.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Mini Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: DCL, 1999.

RODRIGUES, Daniele Rocha. **A Relação da Escola Pública com o Adolescente e sua Família: Política Educacional e o Cotidiano Escolar**. Projeto de pesquisa de mestrado acadêmico apresentado ao programa de Pós Graduação em Serviço Social / Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob orientação da Professora Dr. Maria Isabel Barros Bellini. Porto Alegre, 2011.

ROSO, Adriane; MATTOS, Flora Bojunga; WERBA, Graziela; STREY, Marlene Neves. **Genero por Escrito**: saúde, identidade e trabalho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

RUBEM ALVES. Gaiolas e Asas. In A CASA DE RUBEM ALVES. Disponível em: <<http://www.rubemalves.com.br/gaiolaseasas.htm>> Acesso em: 01 de agosto de 2011.

SANTOS, Bettina Steren dos; ANTUNES, Denise Dalpiaz; BERNARDI, Jussara. O docente e sua subjetividade nos processos motivacionais. In: **Educação**: Educação e Processos Motivacionais. Educação/ Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação/ PUCRS. – Vol. 31, n. 1 jan./abr. 2008. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2008. Disponível em: <<http://verum.pucrs.br/F/Q3ALETGUBXB8LX3HBM65TLKJRU4G5I9D4CXYJDA1GAXI32QXAE-60753?func=short-jump&jump=000011>> Acesso em 26 de agosto de 2011.

SANTOS, Bettina Steren dos; CARREÑO, Angel Boza. **A Motivação em Diferentes Cenários**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

SARTI, C. Famílias enredadas. In ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. (org.) **Família**: redes, laços e políticas públicas. 3. ed. - São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais - PUC/SP, 2007.

SCHENINI, Fátima. Professor precisa recuperar o reconhecimento social. In **Jornal do professor**. n 7. [2011] Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/conteudoJornal.html?idConteudo=180>> Acesso em: 18 de setembro de 2011.

SCHÜTZ, Ricardo. **WORD HISTORIES**: Conhecer uma palavra desde sua origem é como conhecer uma pessoa desde pequena. [2011] Disponível em: <<http://www.sk.com.br/sk-hist.html>> Acesso em 28 de novembro de 2011.

SILVA, Ademir Alves da. **A Gestão da Seguridade Social Brasileira**: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SINPRO/RS. Exigência de Registro Profissional a Professores é Questionada. In **Revista Extra Classe**. [2011] Disponível em: <<http://www.sinprors.org.br/extraclasse/out07/educacao2.asp>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2011.

SOUZA, Ronald Pagnoncelli. **Nossos Adolescentes**. 3 ed. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. in **Cadernos Cedes**, ano XX, nº 51, novembro/2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 14 de abril de 2011.

TANAKA, Oswaldo Y.; MELO, Cristina. **Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente** - um modo de fazer. São Paulo: Edusp, 2001.

TONET, Ivo. Educação e Formação Humana. In JIMENEZ, Suzana et al (orgs). **Marxismo, educação e luta de classes**. Fortaleza: UECE/IMO/SINTSEF, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 2007.

VASCONCELOS, Ana Maria. Serviço Social e Prática Reflexiva. In: **REVISTA EM PAUTA**. Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Nº 10, 1997.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos e a Política Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

## APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido Para os pais/responsáveis, educadores, assistentes sociais.

Esta pesquisa pretende analisar a RELAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA COM O ADOLESCENTE E SUA FAMÍLIA: A POLÍTICA EDUCACIONAL E O COTIDIANO ESCOLAR. Tem como objetivo geral: Conhecer como a política educacional preconiza o papel da escola pública na relação com o adolescente e sua família a fim de identificar limites e possibilidade para efetividade da política.

Será utilizado um Instrumento para a realização de uma entrevista, com duração aproximada de 1 (uma) hora e será gravada. Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou dano à pessoa entrevistada. Se no decorrer da pesquisa o(a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

Esta pesquisa está sob a responsabilidade da Assistente Social Daniele Rocha Rodrigues, mestranda pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS, que poderá oferecer qualquer esclarecimento no momento da pesquisa ou posteriormente pelo telefone (51) 84523624 e esta sob coordenação da Prof. Dr. Maria Isabel Barros Bellini, professora da FSS/PUCRS coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI). Telefones: (51) 33203500 ramal 4115 – NETSI, ou (51) 3320.3345 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Após ter sido devidamente informado (a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu

---

concordo em participar desta pesquisa.

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura da Pesquisadora

Porto Alegre, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## APÊNDICE B - Termo de Assentimento

Eu \_\_\_\_\_ aceito participar da pesquisa “A relação da Escola Pública com o Adolescente e sua Família: Política Educacional e o Cotidiano Escolar”. Declaro que a pesquisadora Daniele Rocha Rodrigues me explicou todas as questões sobre o estudo que vai acontecer. Compreendi que não sou obrigado (a) a participar da pesquisa, eu decido se quero participar ou não. A pesquisadora me explicou também que será realizado um (1) único encontro em grupo com demais adolescentes e que neste grupo conversaremos sobre a nossa vida na escola, durante aproximadamente uma (1) hora. O grupo acontecerá dentro da minha escola. Entendi também que esse encontro será gravado, para que a pesquisadora possa prestar mais atenção aos participantes do grupo durante o encontro, e que o que for dito e gravado só poderá ser ouvido por ela e pela sua orientadora Prof. Dr. Maria Isabel Barros Bellini.

As dúvidas sobre esse estudo poderão ser esclarecidas pela própria pesquisadora Daniele Rocha Rodrigues agora, no momento do encontro do grupo ou posteriormente pelo telefone (51) 84523624; pela professora Maria Isabel Barros Bellini pelo telefone (51) 33203500 ramal 4115 ou com as pesquisadoras do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) através do telefone (51) 33203345. Dessa forma, concordo livremente em participar do grupo focal, sabendo que posso desistir a qualquer momento, se assim desejar.

Assinatura do adolescente: \_\_\_\_\_

Assinatura dos pais/responsáveis: \_\_\_\_\_

Ass. Pesquisador: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

**ANEXOS**

ANEXO A – Ofício De Aprovação da Pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

OF.CEP-592/11

Porto Alegre, 11 de abril de 2011.

Senhora Pesquisadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 10/05303 intitulado **"A relação da escola pública com o adolescente e sua família: política educacional e o cotidiano escolar"**.

Salientamos que seu estudo pode ser iniciado a partir desta data.

Os relatórios parciais e final deverão ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,

  
Prof. Dr. Rodolfo Herberto Schneider  
Coordenador do CEP-PUCRS

Prof.ª Dr. Virginia Minghelli Schmitt  
Coordenadora Substituta  
Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS  
CEP - PUCRS

Ilma. Sra.  
Profa. Maria Isabel Barros Bellini  
FSS  
Nesta Universidade

**PUCRS**

Campus Central  
Av. Ipiranga, 6690 – 3º andar – CEP: 90610-000  
Sala 314 – Fone Fax: (51) 3320-3345  
E-mail: [cep@pucrs.br](mailto:cep@pucrs.br)  
[www.pucrs.br/prppg/cep](http://www.pucrs.br/prppg/cep)

ANEXO B - Ofício de Aprovação da Pesquisa na Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, 20 de outubro de 2010

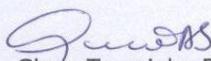
Encaminho o projeto de pesquisa **"A RELAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA COM O ADOLESCENTE E SUA FAMÍLIA: POLÍTICA EDUCACIONAL E O COTIDIANO ESCOLAR"** da mestrandia **DANIELE ROCHA RODRIGUES** que foi revisado quanto ao cumprimento das solicitações realizadas em parecer anterior.

As solicitações foram atendidas:

- Sim  
 Não

Com base nas alterações executadas e de acordo com a avaliação o projeto enquadra-se na seguinte categoria:

- Aprovado  
 Com pendências - anexar parecer  
 Não aprovado - anexar parecer

  
Profª. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães  
Coordenadora da Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - FSS/PUCRS

PUCRS

**Campus Central**  
Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3539 - Fax (51) 3320-3606  
E-mail: [servico-social-pg@pucrs.br](mailto:servico-social-pg@pucrs.br)  
[www.pucrs.br/fss/pos](http://www.pucrs.br/fss/pos)

ANEXO C – PORTARIA Nº 023, DE 18 DE JUNHO DE 2011, ATA Nº 1.841

**PORTARIA Nº 023, DE 18 DE JUNHO DE 2011, ATA Nº 1.841.**

EMENTA: Designa assistentes sociais para integrarem o GT Serviço Social na Educação do CRESS 10ª Região.

A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª Região, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar, a Assistente Social **DANIELA FERRUGEM**, CRESS 10ª Região nº **7193**, como coordenadora e **MARIA SUZETE MULLER LOPES**, CRESS 10ª Região nº **2024**, **NEIDE MARIA DE OLIVEIRA DE LARA**, CRESS 10ª Região nº **4228**, **ELISABETE RAMOS GLASSMANN**, CRESS 10ª Região nº **4347**, membros da Diretoria e **VANESSA LIDIANE GOMES**, CRESS 10ª Região nº **7584**, **ANDRE MICHEL DOS SANTOS**, CRESS 10ª Região nº **6198**, **DANIELE ROCHA RODRIGUES**, CRESS 10ª Região nº **7674**, **LUCIANE DA SILVA**, CRESS 10ª Região nº **4767** e **JAMILLE DE FREITAS SERRES**, CRESS 10ª Região nº **8421**, como representantes de base, para integrarem o GT Serviço Social na Educação do CRESS 10ª Região.

Art. 2ª - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as demais disposições em contrário.

Cumpra-se

Porto Alegre, 15 de junho de 2011

**Miriam Thais Guterres Dias**  
**AS nº 2049 - CRESS 10ª Região**  
**Presidente**